



# ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

### Redação Final ao Projeto de Lei nº 291/11

Estabelece a obrigatoriedade dos Hospitais do Estado do Paraná de afixar, em lugar visível, a lista dos médicos plantonistas e do responsável pelo plantão.

**Art. 1º** Ficam os hospitais, casas de saúde, prontos-socorros e ambulatórios localizados no Estado do Paraná obrigados a divulgar em local visível, nas entradas principais e de acesso ao público, o nome completo do médico, número do registro profissional, especialidade, bem como os nomes dos responsáveis administrativos e dos médicos responsáveis pela chefia de plantão, além dos dias e horários dos plantões médicos.

**Art. 2º** O descumprimento das obrigações estabelecidas na presente Lei sujeitará o infrator às mesmas sanções administrativas previstas no art. 56, da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

**Art. 3º** O Poder Executivo regulamentará a presente Lei.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 12 de dezembro de 2011.

  
ALEXANDRE CURI  
PRESIDENTE

  
RELATOR




**COMISSÃO DE REDAÇÃO**

**Redação Final ao Projeto de Lei nº 315/11**

Dispõe sobre o uso de lagos, lagoas e represas públicas e privadas para a prática de esportes aquáticos.

Art. 1º Fica permitido o uso de lagos, lagoas e represas públicas e privadas do Estado do Paraná, destinadas à captação de água para abastecimento, para a prática de esportes aquáticos que não utilizem motor de combustão por hidrocarboneto.

Art. 2º Os detentores do direito de explorar esses lagos, lagoas e represas de abastecimento deverão apresentar um plano de ocupação no prazo de 180 (cento e oitenta) dias disciplinando o uso, onde seja prevista a proteção e defesa do meio ambiente.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 07 de dezembro de 2011.

  
**ALEXANDRE CURI**  
**PRESIDENTE**

   
**RELATOR**  




**COMISSÃO DE REDAÇÃO**

**Redação Final ao Projeto de Lei nº 342/11**

Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de sistema de aquecimento de água por energia solar e aproveitamento de águas de chuva na construção de prédios públicos, bem como sobre a utilização de telhados ambientalmente corretos.

**Art. 1º** É obrigatória, quando da construção de prédios públicos por parte da Administração Pública do Estado do Paraná, a instalação de sistema de aquecimento de água por energia solar e aproveitamento de águas de chuva a serem consumidas nas edificações, bem como a utilização de telhados ambientalmente corretos.

**Parágrafo único.** Entendem-se como telhados ambientalmente corretos os que colaborarem para evitar o aquecimento global, ou seja, telhados verdes com grama ou jardim plantado, os que utilizam telhas metálicas claras, os que são pintados com tinta branca ou os que forem pintados com tinta não branca com pigmentações especiais.

**Art. 2º** Os materiais e instalações utilizados na implantação do sistema de aquecimento de água deverão respeitar a Normas Brasileiras (NBR's) da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e ter sua eficiência comprovada por órgão técnico credenciado pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO.

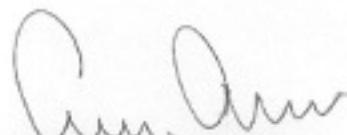
**Art. 3º** Todo edital de licitação de obras de construção de prédio público mencionará, expressamente, a obrigatoriedade de instalação de sistema de aquecimento de água por energia solar e aproveitamento de águas de chuvas, bem como a obrigatoriedade da utilização de telhados ambientalmente corretos.

**Art. 4º** As disposições desta Lei não se aplicam quando, por meio de estudo por profissional habilitado, ficar comprovada a inviabilidade técnica de instalação do sistema.

**Art. 5º** O Poder Executivo regulamentará a presente Lei.

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 12 de dezembro de 2011.



**ALEXANDRE CURI**  
**PRESIDENTE**



**RELATOR**







## **COMISSÃO DE REDAÇÃO**

### **Redação Final ao Projeto de Lei nº 376/11**

Obriga a adoção de medidas de segurança que evitem a troca de sangue em casos de transfusão nas dependências de hospitais públicos ou privados, casas de saúde e maternidade, no âmbito do Estado do Paraná.

**Art. 1º** Ficam os hospitais, casas de saúde e maternidades públicas ou privadas, no âmbito do Estado do Paraná, obrigadas a adotarem as seguintes medidas de segurança, além das já previstas na Resolução RDC nº 153/2004, da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, que evitem a troca do tipo sanguíneo em caso de transfusão.

**Art. 2º** Para consecução dos objetivos do artigo anterior definem-se como medidas de segurança:

I – assinatura de um termo de concordância dos familiares de primeiro grau assentindo com a tipagem sanguínea a ser utilizada para transfusão, o que não exime o médico atendente da responsabilidade, obrigações e cominações previstas na Resolução RDC nº 153/2004, bem como a clínica, o hospital ou qualquer órgão em que o receptor esteja baixado;

II – em caso de negativa dos familiares com relação ao tipo sanguíneo, torna-se obrigatória nova coleta para a realização da contraprova;

III – em casos de extrema urgência e não se conseguindo a comunicação com um dos familiares, o procedimento far-se-á mediante compromisso assinado pelo médico atendente, do responsável pelo laboratório e do banco de sangue, afirmando que o sangue a ser utilizado é compatível com o do paciente nos termos da resolução citada no inciso I.

**Parágrafo único.** Quando existe divergência ou dúvida entre a

informação prestada pelo familiar e a constante no exame laboratorial de tipagem sanguínea, prevalecerá o resultado deste último, devidamente assinado pelo profissional responsável pelo exame no laboratório, que assume todas as responsabilidades pelas informações prestadas.

**Art. 3º** As instituições referidas no art. 1º terão o prazo de 90 (noventa) dias para o cumprimento ao disposto na presente Lei.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 12 de dezembro de 2011.



ALEXANDRE CURI  
PRESIDENTE



RELATOR





## **COMISSÃO DE REDAÇÃO**

### **Redação Final ao Projeto de Lei nº 397/11**

Obriga a exposição de cartaz de advertência sobre acidentes pelos estabelecimentos que comercializarem álcool líquido.

Art. 1º Fica obrigado o estabelecimento que comercializar álcool líquido a afixar cartaz de advertência sobre os acidentes que o produto pode provocar.

Art. 2º O cartaz a que se refere o art. 1º conterá:

- I – imagem de acidente provocado por álcool líquido;
- II – advertência, por escrito, sobre o risco de acidentes decorrentes do uso de álcool líquido.

Art. 3º O cartaz a que se refere o art. 1º será afixado a não mais que 1m (um metro) de distância do local de exposição do álcool líquido.

Art. 4º As despesas de confecção e instalação do cartaz correrão por conta da empresa comercializadora.

Art. 5º Aplicam-se às infrações ao disposto nesta Lei as sanções previstas na Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará esta Lei.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor 120 dias após sua publicação.

Sala das Comissões, 07 de dezembro de 2011.



ALEXANDRE CURI  
PRESIDENTE



RELATOR





# ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

### Redação Final ao Projeto de Lei nº 492/11

Estabelece que as operadoras de telefonia celular e os fabricantes de aparelhos celulares e acessórios, no âmbito do Estado do Paraná, deverão alertar seus usuários sobre a possibilidade de danos à saúde.

**Art. 1º** Esta Lei estabelece que as operadoras de telefonia celular e os fabricantes de aparelhos celulares e acessórios, no âmbito do Estado do Paraná, deverão alertar seus usuários de que o uso excessivo desses equipamentos pode causar câncer.

**§1º** A propaganda desses equipamentos nos meios de comunicação deverá conter advertência escrita e, quando se tratar de rádio e televisão, escrita e falada, com o seguinte conteúdo: "ADVERTÊNCIA: O uso excessivo de aparelhos de telefonia celular pode causar câncer".

**§2º** As embalagens, os pôsteres, os painéis e os cartazes que façam difusão ou difusão ou propaganda de aparelhos, planos e promoções vinculados à telefonia celular deverão conter a advertência mencionada no parágrafo anterior:

**§3º.** O texto da advertência referido no § 1º deverá estar afixado em local de fácil visualização e com tamanho compatível com as dimensões do objeto.

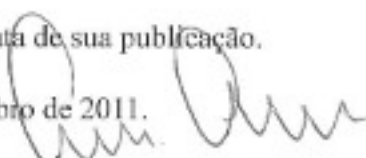
**Art. 2º** O não cumprimento do disposto no art. 1º acarretará aplicação das sanções previstas na forma do art. 56 e art. 57, da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor:

**Parágrafo único.** O PROCON/PR e os PROCONs Municipais farão a fiscalização do cumprimento do disposto nesta Lei e o valor da multa arrecadada será revertido para o Fundo pertinente à pessoa jurídica de direito público que impuser a sanção, gerido pelo respectivo Conselho Gestor, nos moldes do disposto no Decreto Federal nº 2.181/97.

**Art. 3º** O Poder Executivo regulamentará o disposto nesta Lei no prazo de 90 (noventa) dias.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 12 de dezembro de 2011.

  
**ALEXANDRE CURI**  
**PRESIDENTE**

  
**RELATOR**



**COMISSÃO DE REDAÇÃO**

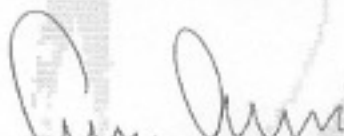
**Redação Final ao Projeto de Lei nº 589/11**

Assegura o acesso gratuito, aos menores de 12 anos acompanhados de responsável, às atividades desportivas realizadas em Estádios e Ginásios localizados no Estado do Paraná.

**Art. 1º** Fica assegurado o acesso gratuito, aos menores de 12 (doze) anos que estejam acompanhados de responsável, às atividades desportivas realizadas em estádios e ginásios localizados no Estado do Paraná.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 12 de dezembro de 2011.

  
**ALEXANDRE CURTI**  
**PRESIDENTE**

  
**RELATOR**





# ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

### Redação Final ao Projeto de Lei nº 616/11

Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município da Lapa, do imóvel que especifica.

**Art. 1º** Fica autorizado o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel denominado "Cine Teatro Imperial", constituído por um lote de terreno quinhão nº 02, descrito na matrícula nº 22.278, do Registro de Imóveis da Comarca da Lapa, ao Município da Lapa.

**Art. 2º** O imóvel doado fica gravado com cláusula de inalienabilidade e impenhorabilidade e será usado exclusivamente para desenvolvimento de atividades culturais, retornando ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.

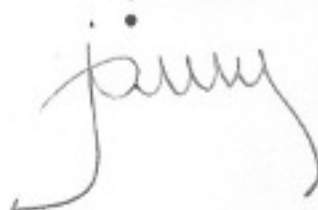
**Art. 3º** O município terá prazo de 02 (dois) anos para a regularização cartorial da titularidade do imóvel doado, caso contrário, o imóvel retornará ao patrimônio do Estado.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 12 de dezembro de 2011.

  
ALEXANDRE CURTI  
PRESIDENTE

  
RELATOR









# ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

### Redação Final ao Projeto de Lei nº 821/11

Institui a Agência Paraná de Desenvolvimento - APD e adota outras providências.

**Art. 1º** Fica instituída a **Agência Paraná de Desenvolvimento – APD**, pessoa jurídica de direito privado sem fins, lucrativos e de interesse e finalidade públicos, sob a modalidade de serviço social autônomo, nos termos desta Lei.

§ 1º A Agência Paraná de Desenvolvimento fica vinculada, por cooperação, ao Governador do Estado, que supervisionará sua gestão e administração.

§ 2º A Agência Paraná de Desenvolvimento terá sede e foro no Município de Curitiba e duração por tempo indeterminado.

§ 3º Equivalem-se, para fins desta Lei, as expressões: Agência Paraná de Desenvolvimento, Agência de Desenvolvimento e a sigla APD.

**Art. 2º** A APD tem por missão institucional a promoção do desenvolvimento econômico e social do Estado do Paraná, através da prestação de serviços de atração de investimentos econômicos ao Estado, com ênfase na identificação de oportunidades de negócios que resultem na conquista de novas empresas e, por consequência, na geração de empregos, na otimização do uso dos recursos energéticos e na modernização tecnológica.

**Parágrafo único.** A APD tem por missão também identificar as áreas potenciais de investimentos e pensar sobre as soluções que existem para introduzir as mudanças necessárias, buscando oportunidades de negócios, fomentando a economia das regiões, com vistas na identidade produtiva de cada um dos municípios do Estado.

**Art. 3º** A APD tem por objetivos:

I – a identificação e proposição de soluções aos problemas de infraestrutura que estejam, de alguma forma, dificultando o desenvolvimento das atividades econômicas das cadeias produtivas;

II – a articulação entre os entes públicos e privados, nacionais ou estrangeiros, para a promoção de oportunidades de negócios e de geração de emprego e renda, fomentando convênios e parcerias público privadas;

III – o auxílio aos municípios paranaenses no atendimento ao investidor e no desenvolvimento do ambiente de negócios;

IV – a atração de novos investimentos, nacionais ou estrangeiros, bem

como a promoção e o estímulo à expansão de empresas instaladas no Estado;

V – o acompanhamento e o desenvolvimento da atividade empresarial, após a instalação da empresa;

VI – a prospecção, no Brasil e no exterior, de oportunidades de investimentos no Estado;

VII – a disponibilização aos agentes econômicos de informações técnicas, científicas e estratégicas que contribuam para o desenvolvimento do Estado;

VIII – a promoção da imagem do Estado como destinatário de investimentos, mediante campanhas e ações;

IX – o estabelecimento e a manutenção de intercâmbios com organismos de atuação similar, agentes financiadores e de fomento e outros organismos nacionais e internacionais que concorram para os mesmos objetivos;

X – a sugestão de ações governamentais que visem ao desenvolvimento econômico;

XI – a articulação com instituições de financiamento de apoio a programas de desenvolvimento;

XII – a centralização e a elaboração de estudos estatísticos ligados à atividade econômica, valendo-se de trabalhos já desenvolvidos por outros órgãos do Estado;

XIII – o exercício de outras atividades que estejam incluídas em seus objetivos sociais.

**Art. 4º** A APD será constituída com recursos do Tesouro Geral do Estado, mediante a abertura de Créditos Adicionais até o limite de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), servindo como recurso quaisquer das formas previstas no § 1º do artigo 43 da Lei 4.320, de 17 de março de 1964.

**Parágrafo único.** Fica o Poder Executivo autorizado a abrir os Créditos Adicionais de que trata este artigo.

**Art. 5º** Constituem receitas da APD:

I - créditos orçamentários que lhe sejam consignados pelo orçamento geral do Estado;

II – recursos provenientes dos lucros decorrentes das ações das quais o Estado do Paraná é titular perante a Companhia Paranaense de Energia – COPEL, em valor anualmente autorizado pelo Chefe do Poder Executivo;

III – auxílios, doações, legados, subvenções federais, municipais e contribuições de pessoas físicas e jurídicas, de direito público e privado, nacionais, estrangeiras e internacionais;

IV - recursos provenientes de acordos, convênios, ajustes ou contratos celebrados com pessoas de direito público ou privado, nos termos da legislação vigente;

V - outras rendas de qualquer natureza.

**Art. 6º** O patrimônio da APD será constituído de:

I - todos os bens móveis, imóveis, instalações e equipamentos que lhe forem destinados e dos que venha a adquirir;

II - doações e legados de pessoas físicas e jurídicas, nacionais, estrangeiras e internacionais; e

III - outros bens não expressamente referidos, vinculados ao exercício de suas atividades.

**Art. 7º** A administração social da APD será exercida por um Conselho de Administração, um Conselho Fiscal e pela Diretoria Executiva, composta por 3 (três) membros, cuja remuneração será definida pelo Conselho de Administração e homologada pelo Governador do Estado.

**§ 1º** A Diretoria Executiva é formada pelo Diretor-Presidente e dois Diretores- Auxiliares, de livre nomeação e exoneração pelo Governador do Estado, sob indicação do Conselho de Administração.

**§ 2º** O Conselho de Administração é composto pelos seguintes membros:

I – o Diretor - Presidente da APD, como presidente do Conselho;

II – o Secretário de Estado da Fazenda;

III – o Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral;

IV – o Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística;

V – o Secretário de Estado da Indústria, do Comércio e Assuntos do Mercosul;

VI - o Diretor - Presidente da Agência de Fomento do Estado do Paraná;

VII – o Procurador-Geral do Estado.

**§ 3º** As autoridades componentes do Conselho de Administração poderão nomear representantes com plenos poderes para, em nome do órgão ou instituição, deliberarem no Conselho.

**§ 4º** O Conselho Fiscal será composto por 3 (três) membros titulares e 3 (três) suplentes, indicados pelo Conselho de Administração na forma estabelecida em estatuto, com mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos uma única vez e nomeados pelo Governador do Estado.

**§ 5º** O detalhamento da composição, as atribuições e competências dos órgãos diretivos da APD, bem como as formas de escolha e de destituição de seus membros, serão fixados em estatuto, sob os balizamentos desta Lei, nomeados pelo Governador do Estado.

**Art. 8º** A representação legal da APD será exercida pelo Diretor-Presidente.

**Art. 9º** A APD contará com quadro próprio de pessoal, sob o regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

**Parágrafo único.** Para o atendimento ao disposto no *caput* deste artigo,

a APD procederá o processo de seleção de pessoal, precedido de edital com ampla divulgação, atendidos os princípios da impessoalidade, moralidade e publicidade.

**Art. 10º.** A APD poderá celebrar contratos de gestão com os entes participantes, bem como convênios, ajustes, termos de parceria, termos de cooperação técnico-científica, além de contratos de prestação de serviços com quaisquer pessoas físicas ou jurídicas, sempre que considere ser essa a solução mais vantajosa para a execução de suas finalidades, observados os princípios da legalidade, publicidade, impessoalidade, moralidade, economicidade e eficiência.

**Art. 11.** O estatuto da APD, que detalhará as normas de funcionamento da Instituição, será aprovado pelo Conselho de Administração, devendo ser convalidado pelo Governador, observado o disposto nesta Lei.


**Art. 12.** As contas da APD serão julgadas pelo Tribunal de Contas do Estado, na forma da lei.

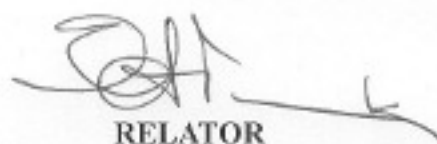
**Art. 13.** Em caso de extinção da APD, a integralidade do seu patrimônio será revertida ao Estado do Paraná.

**Art. 14.** A APD enviará à Assembléia Legislativa relatório semestral de suas atividades e exercício fiscal e/ou financeiro.

**Art. 15.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 07 de dezembro de 2011.

  
**ALEXANDRE CURI**  
**PRESIDENTE**

  
**RELATOR**







**COMISSÃO DE REDAÇÃO**

**Redação Final ao Projeto de Lei nº 909/11**

Cria a Secretaria de Estado do Esporte - SEES, na estrutura organizacional básica do Poder Executivo e adota outras providências.

**Art. 1º** Fica criada, na estrutura organizacional básica do Poder Executivo, a Secretaria de Estado do Esporte - SEES, tendo por finalidade:

**I** - o planejamento, a organização, o acompanhamento e a manutenção das políticas e diretrizes do Governo do Estado para o esporte, lazer e qualidade de vida;

**II** - o incentivo, o apoio e a orientação para a realização de atividades e eventos recreativos e esportivos, profissionais ou amadores, quer no âmbito da Administração Estadual ou da iniciativa privada;

**III** - a articulação com Órgãos e Entidades Federais, Estaduais e Municipais e Internacionais de sua área de atuação;

**IV** - a gestão dos recursos financeiros destinados à promoção do esporte, lazer e qualidade de vida;

**V** - o cumprimento da legislação esportiva;

**VI** - o estímulo e elaboração de estudos e pesquisas sobre assuntos relacionados à sua esfera de competência; e

**VII** - o desempenho de outras atividades correlatas.

**Art. 2º** A entidade autárquica Paraná Esporte, criada pela Lei nº 11.066, de 1º de fevereiro de 1995, passa a denominar-se Instituto Paranaense de Ciência do Esporte - IPCE, ficando vinculada a Secretaria de Estado do Esporte, tendo como competência básica:

**I** - a execução dos programas e projetos definidos pela Secretaria de Estado do Esporte, voltado à área científica do esporte; e

**II** - acompanhamento dos projetos de detecção de talentos



esportivos e de atletas de alto rendimento.

**Art. 3º** Ficam criados no âmbito da Secretaria de Estado do Esporte - SEES os seguintes cargos em provimento em comissão: 01 (um) Secretário de Estado, AE-1; 01 (um) Diretor Geral, DAS-1; 03 (três) Chefe de Coordenadoria, DAS-2; 03 (três) Assessor Técnico, DAS-2; 01 (um) Assessor Técnico, DAS-3; 01 (um) Assessor Técnico, DAS-4; 01 (um) Chefe de Gabinete, DAS-5; 07 (sete) Assessor Técnico, DAS-5; 07 (sete) Assistente Técnico, 1-C; 12 (doze) Chefe de Escritório Regional, 1-C; 09 (nove) Assistente, 2-C.

**Parágrafo único.** Os ocupantes do cargo em provimento comissão de Chefe de Escritório Regional devem, preferencialmente, ter formação superior em Educação física com habilitação em bacharelado, licenciatura ou esporte.

**Art. 4º** Ficam criados os seguintes cargos de provimento em comissão:

**I** - na Secretaria de Estado da Administração e da Previdência: 01 (um) cargo de Chefe de Grupo Administrativo Setorial, símbolo 1-C; 01 (um) cargo de Chefe de Grupo de Recursos Humanos Setorial, símbolo 1-C; 01 (um) cargo de Assistente Técnico de Grupo Administrativo Setorial, símbolo 2-C e 01 (um) cargo de Assistente Técnico de Grupo de Recursos Humanos Setorial, símbolo 2-C;

**II** - na Secretaria de Estado da Fazenda: 01 (um) cargo de Chefe de Grupo Financeiro Setorial, símbolo 1-C e 01 (um) cargo de Assistente Técnico de Grupo Financeiro Setorial, símbolo 2-C;

**III** - na Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral: 01 (um) cargo de Chefe de Grupo de Planejamento Setorial, símbolo 1-C e 01 (um) cargo de Assistente Técnico de Grupo de Planejamento Setorial, símbolo 2-C;

**IV** - Na Procuradoria Geral do Estado: 01 (um) cargo de Procurador Chefe de Núcleo Jurídico da Administração, símbolo DAS-5, a ser ocupado por membro da carreira de Procurador do Estado.

**Art. 5º** Fica a cargo da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência proceder à readequação e os ajustes administrativos necessários, decorrentes dos dispositivos desta Lei, no que se refere à movimentação de servidores e a carga patrimonial.

**Art. 6º** Para implementação do disposto nesta Lei, fica autorizada a expedição de decretos regulamentares e a abertura de créditos adicionais, utilizando como recursos as formas previstas no § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

**Art. 7º** Caberá à Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral a elaboração dos atos para a regulamentação e implantação do órgão e da entidade, objetos desta Lei, nos termos do art. 117 da Lei nº 8.485, de 03 de junho de 1987.

**Art. 8º** O art. 2º, da Lei nº 11.832, de 12 de setembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

*"Art. 2º O imóvel de que trata o art. 1º será cedido à entidade autárquica Instituto Paranaense de Ciência do Esporte – IPCE."*

**Art. 9º** Fica revogada a Lei nº 14.074, de 04 de julho de 2003, bem como o art. 7º da Lei nº 11.066, de 01 de fevereiro de 1995.

**Art. 10.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 12 de dezembro de 2011.

  
**ALEXANDRE CURTI**  
**PRESIDENTE**

  
**RELATOR**






## **COMISSÃO DE REDAÇÃO**

### **Redação Final ao Projeto de Resolução nº 019/11**

**Altera o art. 127, do Regimento Interno.**

**Art. 1º** O Art. 127 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 127. Indicação é a proposição por meio da qual o Deputado ou Comissão sugere a adoção de medidas a serem tomadas pelos Poderes e instituições do Estado ou dos demais entes federados, objetivando:

I - envio de sugestão;

II - pedido de providências;

III - realização de atos administrativos ou de gestão;

IV - a iniciativa de projeto cuja competência lhes seja atribuída com exclusividade.

V - encaminhamento de projeto cuja iniciativa lhes seja atribuída com exclusividade e que não possa ser objeto de iniciativa da Assembleia.

§ 1º a Indicação também poderá ser dirigida a uma das Comissões Permanentes da Assembleia ou a qualquer entidade privada.

§ 2º a Indicação, redigida de forma sintética, com observância dos termos da Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, deve conter todos os elementos necessários à sua compreensão e, devidamente assinada pelo autor, deverá ser protocolada em Plenário.

§ 3º após lida no expediente e recebendo apoio, a Indicação será remetida à Diretoria Legislativa para registro.

§ 4º após registrada, a Indicação será remetida à Diretoria de Assistência ao Plenário para inclusão na Ordem do Dia de uma única Sessão Ordinária e, se não houver pedido de destaque, será considerada aprovada.

§ 5º havendo pedido de destaque, a Indicação será submetida à discussão e votação únicas e, sendo rejeitada, será encaminhada à Diretoria Legislativa para arquivamento.

§ 6º aprovada, a Indicação será subscrita pelo Presidente da Assembleia e encaminhada ao respectivo destinatário, mediante expediente subscrito pelo 1º Secretário.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 07 de dezembro de 2011.



ALEXANDRE CURÍ  
PRESIDENTE



RELATOR



**ANTEPROJETO DE LEI N.º 823/2011**

Súmula: Altera e revoga dispositivos da Lei n.º 16.075, de 1.º de abril de 2009, conforme especifica.

**Art. 1.º** Dá nova redação ao artigo 2.º da Lei n.º 16.075, de 1.º de abril de 2009, passando a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 2.º (...)**

**§ 1.º** O serviço deve ser disponibilizado através de manutenção de um recipiente, em local visível, no próprio estabelecimento, com a indicação de que é destinado para recolher produtos que contenham metais pesados.

**§ 2.º** O descumprimento do estabelecido no *caput* deste artigo sujeitará o infrator as seguintes sanções:

I – advertência por escrito na primeira infração;

II – multa no valor de 8 (oito) UPF/PR – Unidade Padrão Fiscal do Paraná.”

**Art. 2.º** Dá nova redação ao artigo 3.º da Lei n.º 16.075, de 1.º de abril de 2009, passando a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 3.º** Os fabricantes de produtos que trata a presente Lei, e seus respectivos representantes comerciais, estabelecidos no Estado do Paraná, serão responsabilizados pela adoção de mecanismos adequados para reciclagem ou destinação final de seus produtos descartados pelos consumidores, sem causar prejuízo ambiental, ficando obrigados a procederem o recolhimento do material descartado nos estabelecimentos de revenda.

**Parágrafo único.** O descumprimento do estabelecido no *caput* deste artigo sujeitará o infrator à seguinte sanção:

I – multa no valor de 16 (dezesesseis) UPF/PR – Unidade Padrão Fiscal do Paraná, aplicada em dobro nos casos de reincidência.”

**Art. 3.º** O artigo 5.º da Lei n.º 16.075, de 1.º de abril de 2009, fica renumerado como artigo 4.º.

**Art. 4.º** O artigo 6.º da Lei n.º 16.075, de 1.º de abril de 2009, fica renumerado como artigo 5.º.

**Art. 5.º** Fica revogado o artigo 4.º da Lei n.º 16.075, de 1.º de abril de 2009.

**Art. 6.º** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 18 de outubro de 2011, 190.º da Independência e 123.º da República.



**CARLOS ALBERTO RICHÁ**  
Governador do Estado

**MENSAGEM N.º 68/2011**

Curitiba, 18 de outubro de 2011

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que altera e revoga dispositivos da Lei n.º 16.075, de 1.º de abril de 2009, conforme específica.

Inicialmente, cumpre salientar que a presente mensagem se dá por indicação legislativa proveniente da Dep. Cantora Mara Lima.

Apesar de a Lei n.º 16.075, de 1.º de abril de 2009, que "Proíbe o descarte de pilhas, lâmpadas fluorescentes, baterias de telefone celular e demais artificios que contenham mercúrio metálico em lixo doméstico ou comercial, conforme específica e adota outras providências", ser relativamente recente, fora estabelecida uma pena muito branda aos infratores que descumprem a referida lei. Logo, tornou-se tenra sua efetiva funcionalidade.

Em seu artigo 4.º, a lei prevê a seguinte penalidade:

"Art. 4.º Aos estabelecimentos que não cumprirem esta Lei, será aplicada uma multa de 500 (quinhentas) UFIRs, valor que será dobrado em caso de reincidência."

Em que pese a lei trazer em seu texto a previsão de punição aos infratores, com a presente medida objetiva-se incorporar punições mais específicas ao descumprimento da legislação.

Assim, os vendedores finais desses produtos receberão, antes da penalidade propriamente dita, uma advertência por escrito para se adequarem e, caso isso não ocorra, haverá aplicação de multa em espécie. Por sua vez, os fabricantes do produto e seus representantes comerciais serão punidos diretamente com multa de valores, pois a eles compete ofertar e estabelecer as condições de recolhimento desses materiais danosos ao meio ambiente.

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
CURITIBA – PR

Proc. 11.219.767-2 - tfs

Com o estabelecimento de punições mais severas, certamente os revendedores deixarão mais visíveis os compartimentos para depósito desses produtos, culminando, assim, na ação positiva pelos consumidores em descartar de forma correta as pilhas, lâmpadas fluorescentes, baterias de telefone celular, entre outros.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



**CARLOS ALBERTO RICHÁ**  
Governador do Estado

GABINETE DO GOVERNADOR

Palácio das Araucárias – Curitiba, 18 de outubro de 2011  
OF CEE/G 169/11




I – À DAP para leitura no expediente  
II – À DL para providências.  
Em, 18/10/2011  
Presidente

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para providências, a Mensagem n.º 68/2011, relativa ao Anteprojeto de Lei que altera e revoga dispositivos da Lei n.º 16.075, de 1.º de abril de 2009.

Atenciosamente,

  
CARLOS ALBERTO RICH  
Governador do Estado

Anexo

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
CURITIBA – PR

CEE/SRGVF/GUI

Palácio das Araucárias - Centro Cívico - Rua Jacé Loureiro de Campos  
80530-915 - Curitiba - Paraná - Brasil  
Fone: 41 3350 2800 Fax: 41 3254 7345

17:23 18/10/2011 068134 DF ASSINADO ELETRONICAMENTE DO TISSAO





**PARECER AO PROJETO DE LEI 823/11**

**Projeto de Lei nº 823/11**  
**Autor: Poder Executivo**

**Súmula:** Altera e revoga dispositivos da Lei nº 16.075, de 01 de abril de 2009, conforme especifica.

**EMENTA: MEIO AMBIENTE. ALTERA E REVOGA DISPOSITIVOS DA LEI 16.075/09, QUE DISPÕE SOBRE DESCARTE DE PILHAS E DEMAIS ARTEFATOS QUE CONTENHAM MERCÚRIO METÁLICO. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. ARTS. 24 E 225 CF. ARTS. 65, 66 E 87 DA CE. ART. 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

Primeiramente, cabe ressaltar que o projeto de lei ora em tela se dá por indicação legislativa proveniente da Deputada Cantora Mara Lima.

Destarte, este projeto de lei, de iniciativa do Poder Executivo, visa alterar e revogar dispositivos da Lei nº 16.075, de 01 de abril de 2009, que dispõe sobre o descarte de pilhas e demais artefatos que contenham mercúrio metálico, objetivando incorporar punições mais específicas ao descumprimento da legislação.



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:**

**§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:**

**I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.**

É de competência concorrente da União, Estados e Distrito Federal dispor sobre proteção do meio ambiente e controle da poluição, responsabilidade por dano ao meio ambiente, conforme o artigo 24, incisos VI e VIII, da Constituição Federal, determina:

**Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:**

**VI – florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;**



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

D. L.

Fls. 30

VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico; (Gritos nossos)

Além disso, a Carta Magna determina que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações, vejamos:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º - Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

V - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;

Ademais, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o Projeto de Lei ora em tela, conforme aduz o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (Grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifo nosso)

Ainda, o **Decreto Estadual 4.514 de 2001** que dispõe sobre a competência da **SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS - SEMA**:

Art. 1º - A Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA, nos termos das Leis nº 10.066, de 27 de julho de 1992, e nº 11.352, de 13 de fevereiro de 1996, constitui órgão de primeiro nível hierárquico da administração estadual, de natureza substantiva, e tem por finalidade formular e executar as políticas de meio ambiente, de recursos hídricos, florestal, cartográfica, agrária-fundiária, de controle da erosão e de saneamento ambiental.



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Assim, é preciso observar que a CONSTITUIÇÃO ESTADUAL aduz que a iniciativa de Leis que disponham sobre a organização e funcionamento das Secretarias de Estado, bem como que tratam das atividades a serem desenvolvidos por estas Secretarias, **são de iniciativa privativa do Governador do Estado**, nos termos dos artigos 66 e 87, vejamos:

Art. 66 – Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

IV – criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

III - exercer, com o auxílio dos Secretários de Estado, a direção superior da administração estadual. (grifos nossos)

Vislumbra-se, portanto, que o Chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para propor o Projeto de Lei ora em tela.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

. \*



**Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**



**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 22 de Novembro de 2011.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**

**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO ADEMAR TRAIANO**

**RELATOR**





**COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE**

**PARECER AO PROJETO DE LEI 823/11**

Projeto de Lei n. 823/11

Autor: Poder Executivo (Mensagem n. 68/2011)

**Súmula:** Altera e revoga dispositivos da Lei n. 16.075, de 01 de abril de 2009, conforme específica.

**EMENTA:** MEIO AMBIENTE. ALTERA E REVOGA DISPOSITIVOS SOBRE DESCARTE DE PILHAS E DEMAIS ARTEFATOS QUE CONTENHAM MERCÚRIO METÁLICO. POSSIBILIDADE. PARECER FAVORÁVEL. APROVAÇÃO.

**I - SÍNTESE FÁTICA**

O presente projeto de lei de autoria do Poder Executivo (Mensagem n. 68/2011) altera e revoga dispositivos da Lei n. 16.075/2009 especificamente no que diz respeito ao descarte de pilhas e demais artefatos que contenham mercúrio metálico.

O presente projeto de lei recebeu parecer favorável na Comissão de Constituição e Justiça desta Casa na reunião do dia 22/11/2011, estando apto a ter seu mérito analisado também por esta Comissão temática.

*[Assinaturas]*





## **II - MÉRITO**

Vencidas as discussões quanto à constitucionalidade do presente projeto, resta no âmbito desta comissão apenas a análise quanto ao mérito da matéria objeto da proposição, por força do que dispõe o artigo 33-K do Regimento Interno.

Pois bem.

Visa o presente projeto de lei alterar e revogar dispositivos da Lei n. 16.075/2009 especificamente no que diz respeito ao descarte de pilhas e demais artefatos que contenham mercúrio metálico.

A Lei n. 16.075/2009 já proíbe o descarte de pilhas e outros artefatos que contenham mercúrio metálico. No entanto, o objeto do presente projeto tem por finalidade estabelecer punições mais específicas para o caso de descumprimento da legislação, na medida que a atual punição prevista na referida lei é muito branda e torna frágil a efetividade da lei.

O presente projeto prevê que quem descumprir a lei (não oferecendo ao público condições de recolhimento destes materiais danosos ao meio ambiente), antes de receber a punição propriamente dita, receberá uma advertência por escrito para se adequar e, caso isso não ocorra, sofrerão as imposição das penalidades cominadas, em especial a multa pecuniária.

Portanto, em termos de mérito, é indiscutível que o presente projeto de lei é benéfico, uma vez que "com o estabelecimento de punições mais severas, certamente os revendedores deixarão mais visíveis os compartimentos



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Gabinete Deputado Pedro Lupion*



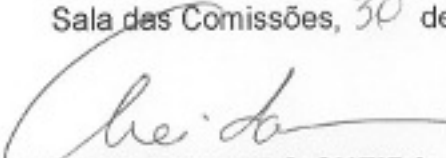
para depósitos desses produtos, culminando, assim na ação positiva pelos consumidores em descartar de forma correta as pilhas, lâmpadas fluorescentes, baterias de telefone celular, entre outros" (fls. 06).

Portanto, não havendo óbice que impeça o trâmite normal deste projeto, opino pela aprovação do presente projeto.

**III - CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei.

Sala das Comissões, 30 de novembro de 2011.

  
**DEPUTADO LUIZ EDUARDO CHEIDA**  
**PRÉSIDENTE**

  
**DEPUTADO PEDRO LUPION**  
**RELATOR**



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Deputado André Bueno**



**COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO**

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 823/11**

**PROJETO DE LEI Nº 823/11**

**AUTOR: PODER EXECUTIVO**

**SÚMULA**

ALTERA E REVOGA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 16.075 DE 1º DE ABRIL DE 2009, CONFORME ESPECÍFICA.

PROÍBE O DESCARTE DE PILHAS, LÂMPADAS FLUORESCENTES, BATERIAS DE TELEFONE CELULAR E DEMAIS ARTEFATOS QUE CONTENHAM MERCÚRIO METÁLICO EM LIXO DOMÉSTICO OU COMERCIAL, CONFORME ESPECÍFICA E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**JUSTIFICATIVA**

Com a punição e sanção mais severas, certamente os revendedores deixarão mais visíveis os compartimentos para depósitos desse produtos, culminando assim, na ação positiva pelos consumidores em descartar de forma correta as pilhas, lâmpadas fluorescente.

## CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pelo PARECER FAVORÁVEL presente projeto de Lei.



DEPUTADO ANDRÉ BUENO  
PRESIDENTE COMISSÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO



DEPUTADO NELSON GARCIA  
RELATOR



Sala de Reuniões, 7 de dezembro de 2011



**PROJETO DE LEI N.º 852/2011**

Súmula: Dispõe sobre normas para licitação e contratação de Parceria Público-Privadas do Paraná (Paraná Parcerias) e dá outras providências.

**Capítulo I**  
**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1.º** Fica criado o Programa de Parcerias Público-Privadas do Paraná (Paraná Parcerias) com o objetivo de aprovar, acompanhar e estruturar parcerias públicas-privadas em projetos de interesse público, inclusive o fomento de atividades privadas nas áreas de tecnologia e inovação, cultura e desenvolvimento econômico.

§ 1.º O Programa mencionado neste artigo será desenvolvido no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual, dos fundos especiais a ela ligados e às demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Estado do Paraná.

§ 2.º Fica vedado aos órgãos, fundos e entidades mencionados no § 1º deste artigo o desenvolvimento e a celebração de parcerias público-privadas fora do âmbito do Programa ora instituído.

**Art. 2.º** Parceria público-privada é o contrato administrativo de concessão, na modalidade patrocinada ou administrativa.

§ 1.º Concessão patrocinada é a concessão de serviços públicos ou de obras públicas de que trata a Lei Federal no 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, quando envolver, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários, contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.

§ 2.º Concessão administrativa é o contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens.

§ 3.º Não constitui parceria público-privada a concessão comum, assim entendida como a concessão de serviços públicos ou de obras públicas de que trata a Lei Federal n.º 8.987/1995, quando não envolver contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.

§ 4.º É vedada a celebração de contrato de parceria público-privada:

I – cujo valor do contrato seja inferior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais);

## GABINETE DO GOVERNADOR



II – cujo período de prestação do serviço seja inferior a 5 (cinco) anos; ou

III – que tenha como objeto único o fornecimento de mão-de-obra, fornecimento e instalação de equipamentos ou a execução de obra pública.

**Art. 3.º** As concessões administrativas regem-se por esta Lei, pela Lei Federal n.º 11.079, de 31 de dezembro de 2004, aplicando-se adicionalmente o disposto nos artigos 21, 23, 25 e 27 a 39 da Lei Federal no 8.987/1995, e no art. 31 da Lei Federal no 9.074, de 7 de julho de 1995.

**§ 1.º** As concessões patrocinadas regem-se por esta Lei, pela Lei federal n.º 11.079/2004, aplicando-se subsidiariamente o disposto na Lei Federal n.º 8.987/1995, e nas leis que lhe são correlatas.

**§ 2.º** As concessões comuns continuam regidas pela Lei Federal n.º 8.987/1995, e pelas leis que lhe são correlatas, não se lhes aplicando o disposto nesta Lei.

**§ 3.º** Continuam regidos exclusivamente pela Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e pelas leis que lhe são correlatas os contratos administrativos que não caracterizem concessão comum, patrocinada ou administrativa.

**Art. 4.º** O Programa Paraná Parcerias observará as seguintes diretrizes:

I – eficiência no cumprimento das missões de Estado e no emprego dos recursos da sociedade;

II – respeito aos interesses e direitos dos destinatários dos serviços e dos entes privados incumbidos da sua execução;

III – indelegabilidade das funções de regulação, jurisdicional, do exercício do poder de polícia e de outras atividades exclusivas do Estado;

IV – responsabilidade fiscal na celebração e execução das parcerias;

V – transparência dos procedimentos e das decisões;

VI – repartição objetiva de riscos entre as partes;

VII – sustentabilidade financeira e vantagens socioeconômicas dos projetos de parceria.



Capítulo II  
DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

**Art. 5.º** Ressalvadas as disposições contidas no §4.º do art. 2.º e no inciso IV do art. 4.º desta Lei, podem ser objeto de parcerias público-privadas:

I – a implantação, ampliação, melhoramento, reforma, manutenção ou gestão de infra-estrutura pública;

II – a prestação de serviço público;

III – a exploração de bem público;

IV – a exploração de direitos de natureza imaterial de titularidade do Estado, tais como marcas, patentes, bancos de dados, métodos e técnicas de gerenciamento e gestão, resguardada a privacidade de informações sigilosas disponíveis para o Estado.

**§ 1.º** O edital de licitação poderá prever em favor do parceiro privado outras fontes de receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados, com ou sem exclusividade, com vistas a favorecer a modicidade das tarifas, conferir maior sustentabilidade financeira ao projeto ou propiciar menor contraprestação governamental.

**§ 2.º** As atividades descritas nos incisos do caput deste artigo, preferencialmente, estarão voltadas para as seguintes áreas:

I – transportes públicos, notadamente rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, hidrovias, terminais de transportes intermodais e centros logísticos;

II – saneamento;

III – segurança, defesa, justiça e sistema prisional, quanto ao exercício das atribuições passíveis de delegação;

IV – ciência, pesquisa e tecnologia, inclusive tecnologia da informação;

V – agronegócio, especialmente na agricultura irrigada e na agroindustrialização;

VI – outras áreas públicas de interesse social ou econômico.

**§ 3.º** Os contratos de parceria público-privada\* poderão ser utilizados individual, conjunta ou concomitantemente com outras modalidades de contratos previstas na legislação em vigor, em um mesmo empreendimento, podendo submeter-se a um ou mais processos de licitação.

Capítulo III  
DO CONSELHO GESTOR DO PARANÁ PARCERIAS

**Art. 6.º** Fica instituído o Conselho Gestor, vinculado à Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação-Geral, com a finalidade de gerir o Programa de Parcerias Público-Privadas (Paraná Parcerias), com as seguintes atribuições:

I – definir atividades, obras ou serviços considerados prioritários para ingressar no Programa, cuja execução possa se dar sob o regime de parceria, determinando a realização de estudos técnicos;

II – apreciar manifestações de interesse em participar de parcerias público-privadas, observados os procedimentos gerais para o registro, a seleção e a aprovação dos projetos, estudos, levantamentos ou investigações a serem definidos por ato do próprio Conselho;

III – encaminhar projetos de parcerias público privadas para deliberação do Governador do Estado, observadas as exigências da Lei;

IV – fixar procedimentos para a contratação de Parcerias Público-Privadas, inclusive aprovar seus respectivos editais;

V – fiscalizar a execução das parcerias público-privadas;

VI – opinar sobre alteração, revisão, rescisão, prorrogação ou renovação dos contratos de parceria público-privada;

VII – instituir padrões digitais e contratos de parcerias público-privadas no âmbito estadual;

VIII – editar manual de orientação técnica para as parcerias público-privadas firmadas pelo Estado do Paraná;

IX – criar sistemas unificados de acompanhamentos da execução de contratos de parceria e sua avaliação;

X – elaborar o seu Regimento Interno.

**Parágrafo único.** Ato do Chefe do Poder Executivo estabelecerá demais atribuições e funcionamento do Conselho Gestor instituído no presente artigo.

**Art. 7.º** O Conselho Gestor terá a seguinte composição:

I – o Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação-Geral, como presidente;

II – o Secretário de Estado da Fazenda;

## GABINETE DO GOVERNADOR



III – o Secretário de Estado da Administração e da Previdência;

IV – o Secretário-Chefe da Casa Civil;

V – o Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística

VI – o Procurador-Geral do Estado.

**§ 1.º** Poderão participar das reuniões do Conselho Gestor, com direito a voz e sem direito a voto, os titulares de órgãos e entidades da Administração Estadual que tiverem interesse direto em determinada parceria, em razão do vínculo do objeto da matéria a ser apreciada pelo Conselho.

**§ 2.º** O Conselho deliberará mediante voto da maioria de seus membros, tendo o Presidente direito ao voto de qualidade.

**§ 3.º** A participação no Conselho não será remunerada, sendo considerado serviço público relevante.

**Art. 8.º** O Conselho Gestor remeterá para a Assembléia Legislativa, semestralmente, relatório detalhado das atividades desenvolvidas no período e de desempenho dos contratos de parceria público-privadas.

### Capítulo IV DA MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE

**Art. 9.º** Os interessados em participar do Paraná Parcerias, quer do setor público, quer do setor privado, poderão manifestar interesse ao Conselho Gestor em apresentar projetos, estudos, levantamentos ou investigações que subsidiem modelagem de parcerias público-privadas, solicitando a sua inclusão no Programa Paraná Parcerias.

**Parágrafo único.** Os procedimentos gerais para registro, seleção e aprovação dos projetos, estudos, levantamentos ou investigações deverão ser definidos através de ato próprio do Conselho Gestor.

**Art. 10.** A autorização do Conselho gestor para a realização de projetos, estudos, levantamentos ou investigações mencionados no artigo anterior:

I – não envolve qualquer compromisso ou obrigação econômica por parte do Estado do Paraná;

II – não significa preferência ao empreendedor solicitante para a outorga de concessão através de parcerias público-privadas;

III – não obriga o Estado do Paraná a realizar licitação para a parceria;

## GABINETE DO GOVERNADOR



IV – não cria, direta ou indiretamente, qualquer direito ao ressarcimento dos valores envolvidos na elaboração de projetos e estudos por parte do Estado do Paraná;

V – não implica em qualquer compromisso, responsabilidade ou obrigação do Estado do Paraná em aceitar os estudos ou ressarcir seus custos.

**Art. 11.** Caso os estudos e projetos realizados sejam adotados pelo Estado do Paraná, o ressarcimento dos custos de sua elaboração poderá ser previsto no edital de licitação como responsabilidade parcial ou integral do vencedor da licitação, conforme autorização do artigo 21 da Lei Federal n.º 8.987/1995.

**Parágrafo único.** O empreendedor solicitante deverá disponibilizar ao governo todas as informações e dados referentes aos estudos, projetos, levantamentos ou investigações sob pena de desclassificação da licitação.

### Capítulo V DA LICITAÇÃO

**Art. 12.** A contratação de parceria público-privada será precedida de licitação na modalidade de concorrência, estando a abertura do processo licitatório condicionada a:

I – autorização da autoridade competente, fundamentada em estudo técnico que demonstre:

a) a conveniência e a oportunidade da contratação, mediante identificação das razões que justifiquem a opção pela forma de parceria público-privada;

b) que as despesas criadas ou aumentadas não afetarão as metas de resultados fiscais previstas no Anexo referido no § 1.º, art. 4.º da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa;

c) quando for o caso, conforme as normas editadas na forma do art. 25 da Lei federal 11.079/2004, a observância dos limites e condições decorrentes da aplicação dos arts. 29, 30 e 32 da Lei Complementar n.º 101/2000, pelas obrigações

contraídas pela Administração Pública relativas ao objeto do contrato; e

d) adequação das tarifas a serem cobradas dos usuários dos serviços à renda disponível dos mesmos, bem como a necessidade da instituição de tarifas sociais ou concessão de subsídios.

II – elaboração de estimativa do impacto orçamentário-financeiro nos exercícios em que deva vigorar o contrato de parceria público-privada;

## GABINETE DO GOVERNADOR



III – declaração do ordenador da despesa de que as obrigações contraídas pela Administração Pública no decorrer do contrato são compatíveis com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e estão previstas na Lei Orçamentária Anual;

IV – estimativa do fluxo de recursos públicos suficientes para o cumprimento, durante a vigência do contrato e por exercício financeiro, das obrigações contraídas pela Administração Pública;

V – seu objeto estar previsto no Plano Plurianual em vigor no âmbito onde o contrato será celebrado;

VI – submissão da minuta de edital e de contrato à consulta pública, mediante publicação na imprensa oficial, em jornais de grande circulação e por meio eletrônico, que deverá informar a justificativa para a contratação, a identificação do objeto, o prazo de duração do contrato, seu valor estimado, fixando-se prazo mínimo de 30 (trinta) dias para recebimento de sugestões, cujo termo dar-se-á pelo menos 7 (sete) dias antes da data prevista para a publicação do edital; e

VII – licença ambiental prévia ou expedição das diretrizes para o licenciamento ambiental do empreendimento, na forma do regulamento, sempre que o objeto do contrato exigir.

§ 1.º A comprovação referida nas alíneas "b" e "c" do inciso I do "caput" deste artigo conterá as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, observadas as normas gerais para consolidação das contas públicas, sem prejuízo do exame de compatibilidade das despesas com as demais normas do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 2.º Sempre que a assinatura do contrato ocorrer em exercício diverso daquele em que for publicado o edital, deverá ser precedida da atualização dos estudos e demonstrações a que se referem os incisos I a IV do caput deste artigo.

§ 3.º As concessões patrocinadas em que mais de 70% (setenta por cento) da remuneração do parceiro privado for paga pela Administração Pública dependerão de autorização legislativa específica.

**Art. 13.** O instrumento convocatório conterá minuta do contrato, indicará expressamente a submissão da licitação às normas desta Lei e da Lei Federal 11.079/2004 e observará, no que couber, os §§ 3.º e 4.º do art. 15, os arts. 18, 19 e 21 da Lei Federal n.º 8.987/1995, podendo ainda prever:

I – exigência de garantia de proposta do licitante, observado o limite do inciso III do art. 31 da Lei n.º 8.666/1993;



## GABINETE DO GOVERNADOR



II – o emprego dos mecanismos privados de resolução de disputas, inclusive a arbitragem, a ser realizada no Brasil e em língua portuguesa, nos termos da Lei n.º 9.307, de 23 de setembro de 1996, para dirimir conflitos decorrentes ou relacionados ao contrato.

**Parágrafo único.** O edital deverá especificar, quando houver, as garantias da contraprestação, subsídios ou quaisquer pagamentos do parceiro público a serem concedidas ao parceiro privado.

**Art. 14.** O certame para a contratação de parcerias público-privadas obedecerá ao procedimento previsto na legislação vigente sobre licitações e contratos administrativos e também ao seguinte:

I – o julgamento poderá ser precedido de etapa de qualificação de propostas técnicas, desclassificando-se os licitantes que não alcançarem a pontuação mínima, os quais não participarão das etapas seguintes;

II – o julgamento poderá adotar como critérios, além dos previstos nos incisos I e V do art. 15 da Lei Federal n.º 8.987/1995, os seguintes:

- a) menor valor da contraprestação a ser paga pela Administração Pública;
- b) melhor proposta em razão da combinação do critério da alínea "a" com o de melhor técnica, de acordo com os pesos estabelecidos no edital; e
- c) outros critérios a serem definidos pela Administração Pública.

III – o edital definirá a forma de apresentação das propostas econômicas, admitindo-se:

- a) propostas escritas em envelopes lacrados; ou
- b) propostas escritas, seguidas de lances em viva voz; ou
- c) por meio eletrônico, como no pregão.

IV – o edital poderá prever a possibilidade de saneamento de falhas, de complementação de insuficiências ou ainda de correções de caráter formal no curso do procedimento, desde que o licitante possa satisfazer as exigências dentro do prazo fixado no instrumento convocatório.

**§ 1.º** Na hipótese da alínea "b" do inciso III do caput deste artigo:

I – os lances em viva voz serão sempre oferecidos na ordem inversa da classificação das propostas escritas, sendo vedado ao edital limitar a quantidade de lances;



## GABINETE DO GOVERNADOR



II – o edital poderá restringir a apresentação de lances em viva voz aos licitantes cuja proposta escrita for no máximo 20% (vinte por cento) maior que o valor da melhor proposta.

**§ 2.º** O exame de propostas técnicas, para fins de qualificação ou julgamento, será feito por ato motivado, com base em exigências, parâmetros e indicadores de resultado pertinentes ao objeto, definidos com clareza e objetividade no edital.

**Art. 15.** O edital poderá prever a inversão da ordem das fases de habilitação e julgamento, hipótese em que:

I – encerrada a fase de classificação das propostas ou o oferecimento de lances, será aberto o invólucro com os documentos de habilitação do licitante mais bem classificado, para verificação do atendimento das condições fixadas no edital;

II – verificado o atendimento das exigências do edital, o licitante será declarado vencedor;

III – inabilitado o licitante melhor classificado, serão analisados os documentos habilitatórios do licitante com a proposta classificada em 2º (segundo) lugar, e assim, sucessivamente, até que um licitante classificado atenda às condições fixadas no edital;

IV – proclamado o resultado final do certame, o objeto será adjudicado ao vencedor nas condições técnicas e econômicas por ele ofertadas.

### Capítulo VI DOS CONTRATOS DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA

**Art. 16.** As cláusulas dos contratos de parceria público-privada atenderão ao disposto nesta Lei, na Lei Federal correspondente, pelas normas gerais do regime de concessão e permissão de serviços públicos, de licitações e contratos administrativos, devendo também prever:

I – as metas e os resultados a serem atingidos, cronograma de execução e prazos estimados para seu alcance, bem como os critérios objetivos de avaliação de desempenho a serem utilizados, mediante adoção de indicadores capazes de aferir o resultado;

II – o prazo de vigência do contrato, compatível com a amortização dos investimentos realizados, não inferior a 5 (cinco), nem superior a 35 (trinta e cinco) anos, incluindo eventual prorrogação;

III – as penalidades aplicáveis à Administração Pública e ao parceiro privado em caso de inadimplemento contratual, fixadas sempre de forma proporcional à gravidade da falta cometida, às obrigações assumidas e à reincidência do inadimplemento;

## GABINETE DO GOVERNADOR



IV – a repartição de riscos entre as partes, inclusive os referentes a caso fortuito, força maior, fato do príncipe e álea econômica extraordinária;

V – as formas de remuneração e de atualização dos valores contratuais;

VI – os mecanismos para a preservação da atualidade da prestação dos serviços;

VII – os fatos que caracterizem a inadimplência pecuniária do parceiro público, os modos e o prazo de regularização e, quando houver, a forma de acionamento da garantia;

VIII – os critérios objetivos de avaliação do desempenho do parceiro privado, inclusive com indicadores objetivos e mensuráveis;

IX – a prestação, pelo parceiro privado, de garantias de execução suficientes e compatíveis com os ônus e riscos envolvidos, observados os limites dos §§ 3.º e 5.º do art. 56 da Lei n.º 8.666/1993 e, no que se refere às concessões patrocinadas, o disposto no inciso XV do art. 18 da Lei n.º 8.987/1995;

X – o compartilhamento com a Administração Pública de ganhos econômicos efetivos do parceiro privado decorrentes da redução do risco de crédito dos financiamentos utilizados pelo parceiro privado;

XI – a realização de vistoria dos bens reversíveis, podendo o parceiro público reter os pagamentos ao parceiro privado, no valor necessário para reparar as irregularidades eventualmente detectadas;

XII – a identificação dos gestores responsáveis pela execução e fiscalização;

XIII – regras e procedimentos para conhecimento do pleito de reequilíbrio econômico, reconhecimento do direito ao reequilíbrio, metodologia de cálculo do valor do desequilíbrio, inclusive da forma de cálculo da taxa de desconto intertemporal e da identificação das formas de reequilíbrio do contrato;

XIV – a obrigação do parceiro privado de prover as informações solicitadas pela Administração Pública; e

XV – regras para extinção da parceria e reversão dos bens para a Administração Pública.

§ 1.º O poder concedente poderá reequilibrar o contrato por meio dos seguintes instrumentos:

I – aumento no valor da tarifa paga pelo usuário;

II – aumento no valor da contraprestação paga pelo poder concedente;

## GABINETE DO GOVERNADOR



III – extensão do prazo de concessão, respeitado o limite previsto no inciso II do artigo 16 desta Lei;

IV – pagamento em espécie ou por meio de títulos em montante equivalente ao valor do desequilíbrio apurado.

**§ 2.º** A decisão final sobre pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser precedida de estudo técnico que comprove o maior custo benefício para o Estado do instrumento de reequilíbrio proposto e das análises previstas no inciso XIII do caput deste artigo.

**§ 3.º** As cláusulas contratuais de atualização automática de valores baseadas em índices e fórmulas matemáticas, quando houver, serão aplicadas sem necessidade de homologação pela Administração Pública, exceto se esta publicar, na imprensa oficial, até o prazo de 15 (quinze) dias após apresentação da fatura, razões fundamentadas nesta Lei ou no contrato para a rejeição da atualização.

**§ 4.º** Os contratos poderão prever adicionalmente:

I – os requisitos e condições em que o parceiro público autorizará a transferência do controle da sociedade de propósito específico para os seus financiadores, com o objetivo de promover a sua reestruturação financeira e assegurar a continuidade da prestação dos serviços, não se aplicando para este efeito o previsto no inciso I do parágrafo único do art. 27 da Lei n.º 8.987/1995;

II – a possibilidade de emissão de empenho em nome dos financiadores do projeto em relação às obrigações pecuniárias da Administração Pública;

III – a legitimidade dos financiadores do projeto para receber indenizações por extinção antecipada do contrato, bem como pagamentos efetuados pelos fundos e empresas estatais garantidores de parcerias público-privadas.

**Art. 17.** A contraprestação da Administração Pública nos contratos de parceria público-privada poderá ser feita por:

I – tarifa cobrada dos usuários;

II – recursos do Tesouro Estadual ou de entidade da Administração Indireta Estadual;

III – cessão de créditos não tributários;

IV – outorga de direitos em face da Administração Pública;

V – outorga de direitos sobre bens públicos dominicais;

VI – outros meios admitidos em lei.

## GABINETE DO GOVERNADOR



**Parágrafo único.** O contrato poderá prever o pagamento ao parceiro privado de remuneração variável vinculada ao seu desempenho, conforme metas e padrões de qualidade e disponibilidade definidos no contrato.

**Art. 18.** A contraprestação da Administração Pública será obrigatoriamente precedida da disponibilização do serviço objeto do contrato de parceria público-privada.

**Parágrafo único.** É facultado à Administração Pública, nos termos do contrato, efetuar o pagamento da contraprestação relativa à parcela fruível de serviço objeto do contrato de parceria público-privada.

**Art. 19.** Sem prejuízo das sanções previstas na legislação pertinente, o contrato poderá prever, para a hipótese de inadimplemento da obrigação pecuniária a cargo da Administração Pública, o acréscimo de multa de 2% (dois por cento) e juros segundo a taxa que estiver em vigor para a mora no pagamento de impostos devidos à Fazenda Estadual.

**Art. 20.** São obrigações do contratado na parceria público-privada:

- I – demonstrar capacidade técnica, econômica e financeira para a execução do contrato;
- II – assumir compromissos de resultados definidos pela Administração Pública, facultada a escolha dos meios para a execução do contrato, nos limites previstos no instrumento;
- III – submeter-se a controle estatal permanente dos resultados, como condição da percepção da remuneração e pagamento;
- IV – submeter-se à fiscalização da Administração Pública, facultando o livre acesso dos agentes públicos às instalações, informações e documentos relativos ao contrato, inclusive os registros contábeis;
- V – sujeitar-se aos riscos do empreendimento, salvo nos casos expressos previstos no edital de licitação e no contrato.

**Parágrafo único.** À Administração Pública compete declarar de utilidade pública área, local ou bem que sejam adequados ao desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao objeto do contrato de parceria público-privada e à implementação de projeto associado, bem como promover diretamente a sua desapropriação, cabendo ao contratado os ônus e encargos decorrentes da liquidação e pagamento das indenizações.



**Art. 21.** O comprometimento anual com as despesas decorrentes dos contratos de parcerias público-privadas, que vierem a ser custeados com recursos do Tesouro Estadual, no todo ou em parte, não excederá o limite previsto no art. 28 da Lei Federal 11.079/2004, expresso em função da receita corrente líquida apurada, tal como definida na Lei Complementar n.º 101/2000.

§ 1.º Atingido o limite a que se refere o caput deste artigo, fica o Estado impedido de celebrar novos contratos de parceria público-privada, até o seu restabelecimento.

§ 2.º Excluem-se do limite a que se refere o caput deste artigo os contratos de parcerias público-privadas não custeados com recursos do Tesouro Estadual, os quais estarão submetidos às condições específicas do respectivo projeto e às estabelecidas pelas partes.

§ 3.º A previsão de receita e despesa dos contratos de parcerias público-privadas constará do Anexo de Metas Fiscais a que se refere o § 1.º do art. 4.º da Lei Complementar n.º 101/2000.

**Art. 22.** As despesas relativas ao Programa de Parcerias Público-Privadas são caracterizadas como despesas obrigatórias de caráter continuado, submissas ao que disciplina a Lei Complementar n.º 101/2000, e constarão dos Relatórios de Gestão Fiscal, inclusive para aferição do comprometimento do limite.

§ 1.º Compete à Secretaria de Estado da Fazenda exercer o controle dos contratos a serem celebrados e, obrigatoriamente, emitir parecer prévio acerca da capacidade de pagamento e limites.

§ 2.º Compete à Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação-Geral a manifestação prévia sobre o mérito do projeto e sua compatibilidade com o Orçamento Plurianual de Investimentos, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual.

§ 3.º Compete à Procuradoria-Geral do Estado, obrigatoriamente, emitir parecer prévio quanto aos editais e contratos.

§ 4.º Os contratos a que se refere o § 3.º do artigo anterior serão incluídos no Relatório de Gestão Fiscal mencionado no caput deste artigo e estarão sujeitos a todos os demais mecanismos de controle previstos nesta Lei.

#### Capítulo VII • DAS GARANTIAS

**Art. 23.** As obrigações pecuniárias contraídas pela Administração Pública em contrato de parceria público-privada poderão ser garantidas mediante:

## GABINETE DO GOVERNADOR



I – vinculação de receitas, observado o disposto no inciso IV do art. 167 da Constituição Federal;

II – instituição ou utilização de fundos especiais previstos em lei;

III – contratação de seguro-garantia com as companhias seguradoras que não sejam controladas pelo Poder Público;

IV – garantia prestada por organismos internacionais ou instituições financeiras que não sejam controladas pelo Poder Público;

V – garantias prestadas por fundo garantidor ou empresa estatal criada para essa finalidade;

VI – outros mecanismos admitidos em lei.

### Capítulo VIII DA SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO

**Art. 24.** Antes da celebração do contrato, deverá ser constituída sociedade de propósito específico, incumbida de implantar e gerir o objeto da parceria.

§ 1.º A transferência do controle da sociedade de propósito específico estará condicionada à autorização expressa da Administração Pública, nos termos do edital e do contrato, observado o disposto no parágrafo único do art. 27 da Lei Federal n.º 8.987/1995, sendo proibida a transferência de controle nos três primeiros anos do contrato.

§ 2.º A sociedade de propósito específico poderá assumir a forma de companhia aberta, com valores mobiliários admitidos a negociação no mercado.

§ 3.º A sociedade de propósito específico deverá obedecer a padrões de governança corporativa e adotar contabilidade e demonstrações financeiras padronizadas, conforme regulamento.

§ 4.º Fica vedado à Administração Pública ser titular da maioria do capital votante das sociedades de que trata este Capítulo.

§ 5.º A vedação prevista no § 4.º deste artigo não se aplica à eventual aquisição da maioria do capital votante da sociedade de propósito específico por instituição financeira controlada pelo Poder Público em caso de inadimplemento de contratos de financiamento.



Capítulo IX  
DO FUNDO GARANTIDOR DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS DO PARANÁ

**Art. 25.** Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo a instituir Fundo Garantidor das Parcerias Público-Privadas do Paraná – FGP/PR, regido pelo direito privado, com a finalidade de prestar garantias de pagamento de obrigações pecuniárias assumidas pelos parceiros públicos em virtude de parcerias integrantes do Programa de Parcerias Público-Privadas do Paraná.

**Parágrafo único.** O FGP-PR responderá por suas obrigações com os bens e direitos integrantes de seu patrimônio, não respondendo os cotistas por qualquer obrigação do Fundo, salvo pela integralização das cotas que subscreverem.

**Art. 26.** O patrimônio do FGP/PR será constituído pelo aporte dos seguintes créditos, bens e direitos, na forma que dispuser ato do Chefe do Poder Executivo:

I – ativos de propriedade do Estado, excetuados os de origem tributária;

II – bens móveis e imóveis, inclusive ações ordinárias ou preferenciais de titularidade do Estado, ou de suas entidades da Administração Indireta, representativas do capital social de empresas públicas ou sociedades de economia mista, desde que tal alienação ao FGP/PR não acarrete a perda do controle estatal;

III – títulos da dívida pública;

IV – recursos orçamentários destinados ao FGP/PR;

V – receitas de contratos de parceria público-privada, desde que destinados ao FGP/PR;

VI – rendimentos provenientes de depósitos bancários e outras aplicações financeiras dos recursos do próprio FGP/PR;

VII – doações, auxílios, contribuições ou legados destinados ao FGP/PR;

VIII – outras receitas destinadas ao fundo.

**§ 1.º** Os bens e direitos transferidos ao FGP/PR, quando não existir preços públicos cotados em mercados ou provenientes de demonstrações contábeis auditadas, serão avaliados por empresa especializada, que deverá apresentar laudo fundamentado, com indicação dos critérios de avaliação adotados e instruído com os documentos relativos aos bens avaliados.

## GABINETE DO GOVERNADOR



**§ 2.º** Os bens imóveis constantes do Anexo I serão aportados no FGP/PR no valor de sua avaliação, passando a ser considerados automaticamente desafetados, sendo que outros bens imóveis poderão ser aportados ao FGP/PR, mediante prévia autorização legislativa.

**Art. 27.** O FGP/PR será gerido pela Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação-Geral, observadas as diretrizes do Conselho Gestor do Programa Parcerias Público-Privadas do Paraná, com poderes para administrar os recursos financeiros em conta vinculada ou para promover a alienação de bens gravados, segundo condições previamente definidas em regulamento.

**Parágrafo único.** Os recursos a que se refere este artigo poderão ser destinados ao pagamento de obrigações contratadas ou garantidas, diretamente ao beneficiário da garantia ou em favor de quem financiar o projeto de parceria.

**Art. 28.** O estatuto e o regulamento do FGP/PR devem ser aprovados em assembleia dos cotistas, competindo a representação do Estado em referida assembleia ao Conselho Gestor do Paraná Parcerias.

**Art. 29.** A presidência do FGP/PR deve remeter ao Conselho Gestor do Paraná Parcerias, à Assembléia Legislativa e ao Tribunal de Contas do Estado, com periodicidade semestral, relatórios gerenciais das ações, evolução patrimonial, demonstrações contábeis, rentabilidade e liquidez do FGP/PR e demais fatos relevantes, sem prejuízo de parecer de auditores independentes, conforme definido em regulamento.

**§ 1.º** Os demonstrativos financeiros e os critérios para a prestação de contas do FGP devem observar as normas gerais sobre contabilidade pública e fiscalização financeira e orçamentária, conforme o disposto na Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964 e legislação correlata.

**§ 2.º** O FGP/PR não deve pagar rendimentos a seus cotistas.

**Art. 30.** As condições para concessão de garantias pelo FGP, as modalidades e utilização dos recursos do Fundo por parte do beneficiário devem ser definidas em regulamento.

**Parágrafo único.** Em caso de inadimplemento, os bens e direitos do FGP podem ser objetos de constrição judicial e alienação, para satisfazer às obrigações garantidas.

**Art. 31.** É vedada a concessão de garantia cujo valor presente líquido, somado ao das garantias anteriormente prestadas e demais obrigações, supere o ativo total do FGP/PR.

**Art. 32.** As garantias do FGP/PR serão prestadas nas seguintes modalidades:

## GABINETE DO GOVERNADOR



- I – fiança, sem benefício de ordem para o fiador;
- II – penhor de bens móveis ou de direitos integrantes do FGP/PR, sem transferência da posse da coisa empenhada antes da execução da garantia;
- III – hipoteca de bens imóveis do patrimônio do FGP/PR;
- IV – alienação fiduciária, permanecendo a posse direta dos bens com o FGP/PR ou com agente fiduciário por ele contratado antes da execução da garantia;
- V – outros contratos que produzem efeito de garantia, desde que não transfiram a titularidade ou posse direta dos bens ao parceiro privado antes da execução da garantia;
- VI – garantia real ou pessoal, vinculado a um patrimônio de afetação constituído em decorrência da separação de bens e direitos pertencentes ao FGP/PR.

**Art. 33.** O FGP/PR poderá prestar contragarantia a seguradoras, instituições financeiras e organismos internacionais que garantirem o cumprimento das obrigações pecuniárias dos cotistas em contratos de parceria público-privadas.

**Art. 34.** A quitação pelo parceiro público de cada parcela de débito garantido pelo FGP/PR importará exoneração proporcional da garantia.

**Art. 35.** A dissolução do FGP/PR ficará condicionada à prévia quitação da totalidade dos débitos garantidos ou liberação das garantias pelos credores.

**Art. 36.** É facultada a constituição de patrimônio de afetação, que não se comunicará com o restante do patrimônio do FGP/PR, ficando vinculado exclusivamente à garantia em virtude da qual tiver sido constituído, não podendo ser objeto de penhora, arresto, sequestro, busca e apreensão ou qualquer ato de constrição judicial decorrente de outras obrigações do FGP/PR.

**§ 1.º** A constituição do patrimônio de afetação será feita por registro em Cartório de Registro de Títulos e Documentos ou, no caso de bem imóvel, no Cartório de Registro Imobiliário correspondente.

**§ 2.º** Ao término dos contratos de parceria público-privadas, os saldos remanescentes do patrimônio de afetação constituído de acordo com o caput deste artigo poderão ser reutilizados em outros projetos ou, se previsto em contrato, revertidos ao patrimônio do ente que integralizou os respectivos recursos.

Capítulo X  
DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 37.** Os projetos de parceria público-privada serão objeto de consulta pública, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da publicação do edital da respectiva licitação, mediante publicação de aviso na imprensa oficial, em jornais de grande circulação e por meio eletrônico, no qual serão informadas as justificativas para a contratação, a identificação do objeto, o prazo de duração do contrato e seu valor estimado, fixando-se prazo para fornecimento de sugestões, cujo termo dar-se-á pelo menos com 7 (sete) dias de antecedência da data prevista para a publicação do edital.

**Art. 38.** O disposto nesta lei não prejudica os contratos de parceria público-privadas já celebrados, nem os procedimentos licitatórios em curso quando de sua vigência.  
Parágrafo único. Não serão objeto de repactuação as parcerias estabelecidas anteriormente a esta lei.

**Art. 39.** É aplicável, no que couber, o disposto na Lei n.º 8.987/1995 e Lei 11.079/2004, além das penalidades previstas no Decreto-Lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, na Lei n.º 8.429, de 2 de junho de 1992 – Lei de Improbidade Administrativa, na Lei n.º 10.028, de 19 de outubro de 2000 – Lei dos Crimes Fiscais, no Decreto-Lei n.º 201, de 27 de fevereiro de 1967, e na Lei n.º 1.079, de 10 de abril de 1950, sem prejuízo das penalidades financeiras previstas contratualmente.

**Art. 40.** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Curitiba, 31 de outubro de 2011, 190.º da Independência e 123.º da República.



**CARLOS ALBERTO RICHA**  
Governador do Estado

# GABINETE DO GOVERNADOR



MENSAGEM N.º 27/2011

Curitiba, 31 de outubro de 2011

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que institui o Programa de Parcerias Público-Privadas no Paraná e dá outras providências.

## JUSTIFICATIVA DO ANTEPROJETO DE LEI

Inicialmente, é notório que a Administração Pública muitas vezes se ressentida de condições técnicas e financeiras que lhe permitam executar projetos e programas destinados ao pleno atendimento das necessidades de seus administrados.

O surgimento deste modelo de contratação administrativa, que se produziu na esteira de um evolutivo processo de modificação quanto ao modo de atuação do Estado (preferindo a intervenção indireta e a transferência da gestão de serviços e empreendimentos públicos à esfera privada), teve o propósito de complementar o sistema de contratos administrativos até então vigente. Com a Lei Geral de Parcerias Público-Privadas – PPP, duas novas modalidades contratuais foram disponibilizadas à Administração, sobretudo quanto ao modo de arranjar economicamente os ajustes: (a) concessão patrocinada e (b) concessão administrativa.

Com a previsão do tipo concessão patrocinada, o legislador pretendeu dotar as concessões de serviços públicos convencionais da possibilidade de ser adicionada à receita tarifária uma contraprestação pecuniária pelo Poder Concedente, permitindo assim a execução de projetos que, pelo modo de remuneração tarifária pura, não eram economicamente viáveis (focando-se, particularmente, a modalidade tarifária).

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
CURITIBA – PR



Com a concessão administrativa, pretendeu-se, por um lado, estender a aplicação da técnica concessória a serviços e atividades que antes eram contratadas exclusivamente mediante a aplicação do modelo da Lei n.º 8.666/93, autorizando, neste particular, o surgimento de empreendimentos de longo prazo que não necessariamente envolvam a prestação de serviços públicos (mas, entre outros escopos, serviços à Administração), e, por outro, possibilitar a delegação da prestação de serviços públicos a um parceiro privado, comportando remuneração custeada integralmente pela Administração, sem pagamento de tarifas pelos usuários.

Essas modalidades vêm complementar o elenco das modalidades contratuais pelo Estado, criando importantes alternativas econômicas e jurídicas à Administração.

Repousa aí, então, o interesse público da medida ora justificada. O parceiro privado apresenta-se com a contribuição de partilhar e dispor da técnica necessária e da capacidade de apresentar, por exemplo, inovações na definição de soluções eficientes em relação ao custo de investimentos necessários para a execução de projetos e programas de interesse da Administração Pública e, via reflexa, do próprio administrado. A Parceria Público-Privada tem plenas condições de promover o desenvolvimento social no Estado, poupando-o de despenders significativos recursos que, por isso, podem ser aplicados de outra maneira, sempre tendo como fim o interesse público e o administrado.

Por outro lado, desde o ano de 2004, vige a Lei Federal nº. 11.079, advinda de Mensagem do Poder Executivo, no período em que o Chefe de Governo era Luiz Inácio Lula da Silva, que institui normas gerais para licitação e contratação de Parceria Público-Privada no âmbito da Administração Pública Federal.

Assim, após a edição da Lei Federal, diversos estados da Federação, no âmbito de sua competência territorial, têm instituído leis criando programas de Parcerias Público-Privadas. Na verdade, antes mesmo da edição da Lei Federal de n.º 11.079/2004, seis estados (Minas Gerais, pela Lei n.º 14.868/2003; Santa Catarina, Lei n.º 12.930/2004; São Paulo, Lei n.º 11.688/2004; Goiás, Lei n.º 14.910/2004; Sergipe, Lei n.º 6.299/2004; e Bahia, Lei n.º 9.290/2004) já dispunham e utilizavam esse instrumento com base na legislação própria. Depois da Lei Federal mencionada, o Distrito Federal, pela Lei n.º 3.792/2006, e outros treze estados (Rio Grande do Sul, Lei n.º 12.234/2005; Pernambuco, Lei n.º 12.765/2005; Amapá, Lei n.º 921/2005; Piauí, Lei n.º 5.494/2005; Rio Grande do Norte, Lei Complementar n.º 307/2005; Maranhão, Lei n.º 8.437/2006; Rio de Janeiro, Lei n.º 5.068/2007; Alagoas, Lei n.º 6.792/2008; Paraíba, Lei n.º 8.684/2008; Amazonas, Lei n.º 3.363/2008; Ceará, Lei n.º 14.391/2009; Espírito Santo, Lei Complementar n.º 492/2009; e o Tocantins, Lei n.º 2.231/2009) instituíram normas com o mesmo fim.



## GABINETE DO GOVERNADOR



O Estado do Paraná sempre foi pioneiro em iniciativas como essa, visando seu desenvolvimento social e econômico, já se fazendo tarde a instituição de tais normas que permitirão a compensação do *déficit* existente na capacidade de investimento do Estado. É certa, assim, a relevância da adoção dessas Parcerias Público-Privadas pelo Estado do Paraná, pois diversos serão os projetos e programas viabilizados jurídica e economicamente, incrementando a atração do capital privado para a expansão, recuperação e implementação de equipamentos e infraestrutura pública, o que será de fundamental importância se considerado o advento da Copa do Mundo de Futebol em 2014, que terá como uma das suas subseqüentes a Capital do Estado e que por consequência gerará efeitos em todo o território estadual.

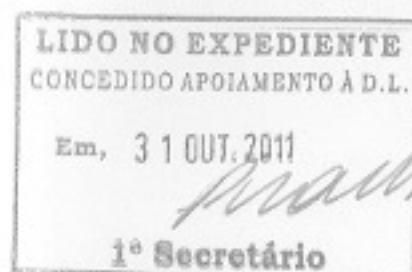
Sendo assim, apresenta-se importante e urgente que o Estado do Paraná crie sua própria legislação sobre a matéria, sobretudo disciplinando aspectos centrais desse modelo que dependem de previsão especial pelos entes federados.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

  
**CARLOS ALBERTO RICHA**  
Governador do Estado

GABINETE DO GOVERNADOR

Palácio das Araucárias – Curitiba, 31 de outubro de 2011  
OF CEE/G 090/11



Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para providências,  
a Mensagem n.º 27/2011, relativa ao Anteprojeto de Lei que  
institui o Programa de Parcerias Público-Privadas no Paraná.

Atenciosamente,

  
CARLOS ALBERTO RICHÁ  
Governador do Estado

Anexo

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
CURITIBA – PR

CEE(SRGVF)/JC

Palácio das Araucárias - Centro Cívico - Rua Jacy Loureiro de Campos  
80530-915 - Curitiba - Paraná - Brasil  
Fone: 41 3350 2800 Fax: 41 3254 7345

14:33 31/10/2011 000427 DP EXAMINAR LEGISLATIVA DO PARANÁ



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 852/11**

**Projeto de Lei nº. 852/11**

**Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 027/11**

**Súmula:** DISPÕE SOBRE NORMAS PARA LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA DO PARANÁ (PARANÁ PARCERIAS) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**EMENTA:** DISPÕE SOBRE NORMAS PARA LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA DO PARANÁ (PARANÁ PARCERIAS) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. ARTS. 66 E 87 DA CE. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

**PREÂMBULO**

O Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo dispõe sobre normas para licitação e contratação de parceria público-privada do Paraná (Paraná Parcerias) e dá outras providências.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei Complementar, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

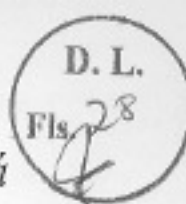
Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifos nossos)

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifos nossos)

Ademais, é preciso observar que a Constituição Estadual aduz que a iniciativa de Leis que disponham sobre criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo, criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública, a organização e funcionamento da administração estadual, **são de iniciativa privativa do Governador do Estado**, nos termos dos artigos 66 e 87, vejamos:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

I - criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração;

IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

IV - iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei, (grifos nossos)



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.


Sala das Comissões, 31 de outubro de 2011.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**

**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO ADEMAR TRAIANO**

**RELATOR**

  
**Concedido Vistas ao**  
**Senhor Deputado**

*Fernando / Cesar / Nereu / Fodur*

Em, 31, 10, 2011

ccj 





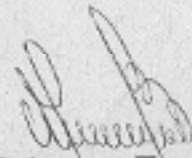
## REQUERIMENTO

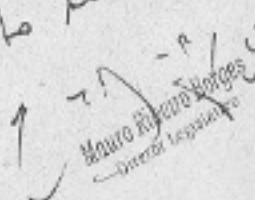


Requer "Regime de Urgência" para a votação dos Projetos de Lei 852/11, 909/11 e 919/11, oriundos de Mensagens Governamentais conforme especifica.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e conforme o artigo 181 do Regimento Interno desta Casa, requer, após ouvido o Douto Plenário, "Regime de Urgência" para a tramitação dos Projeto de Lei 852/11 (Mensagem 027 – institui Parcerias Público Privadas), 091/11 (Mensagem 091 – Cria a Secretaria de Estado do Esporte) e 919/11 (Mensagem 093 – Transfere atribuições da Secretaria de Desenvolvimento Social para as Secretarias da Justiça e Cidadania e Secretaria do Emprego e Trabalho)

Sala das Sessões, em 30 de novembro de 2011.

  
Deputado Ademar Traiano  
Líder do Governo

*Envia-se a todos  
os projetos de referência*  
  
Mauro Regino Borges  
Diretor Legislativo



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
1ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 852/11**

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo artigo 33-B, do Regimento Interno, examinando a Proposição de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 27/11, que dispõe sobre normas para licitação e contratação de Parceria Público-Privada do Paraná (paraná parcerias) e dá outras providências.

Convém, preliminarmente salientar que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que após sua análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável.

No que tange a vistoria desta Comissão Permanente de Finanças, podemos observar que o Projeto em questão, no seu art. 21, estabelece que o comprometimento anual com as despesas decorrentes dos contratos de Parcerias Público-Privadas que vierem a ser custeados com recursos do Tesouro Estadual, não excederá o limite previsto no art. 28 da Lei Federal nº 11.079/04 e, ainda atenderão aos preceitos da Lei Complementar nº 101/00. E, no art. 22, esclarece que as despesas relativas ao Programa de Parcerias Público-Privadas são caracterizadas como despesas obrigatórias de caráter continuado, submissas ao que disciplina a Lei Complementar nº 101/00.

Ainda, observe-se que os arts. 66 e 87 da Carta Estadual asseguram a competência privada do Governador do Estado para iniciar processos que dispõem sobre contratação de parceria público-privada do paraná.

Isto posto, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

1ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura

Comissão de Finanças

Sala das Comissões, 07/12/14

*[Assinatura]*  
DEPUTADO ADEMIR BIER  
PRESIDENTE

*[Assinatura]*  
DEPUTADO FRANCISCO BUHRER  
RELATOR

*[Assinatura]*  
VISTAS PARA  
DEB. ENVIADO VERRI  
Em 16/12/14  
MF:

**ANTEPROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 386/2011**

Súmula: Altera a Lei Complementar n.º 136, de 19 de maio de 2011.

**Art. 1.º** – O *caput* do art. 12 da Lei Complementar n.º 136, de 19 de maio de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 12. A estrutura administrativa mínima para assessoramento do Gabinete da Defensoria Pública-Geral, conforme Anexo III, será composta por:"

**Art. 2.º** – O art. 13 da Lei Complementar n.º 136, de 19 de maio de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 13. O Governador do Estado nomeará, no prazo de 15 (quinze) dias, o Defensor Público-Geral do Estado eleito pelo maior número de votos dentre os membros estáveis da Carreira de Defensor Público do Estado e maiores de 35 (trinta e cinco) anos, mediante voto direto, unipessoal, obrigatório e secreto dos membros ativos da Carreira de Defensor Público do Estado, para mandato de 02 (dois) anos, permitida uma recondução."

**Art. 3.º** – O art. 15 da Lei Complementar n.º 136, de 19 de maio de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 15. Na vacância do cargo de Defensor Público-Geral do Estado, o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado do Paraná, no prazo de 10 (dez) dias contados do evento, publicará as normas regulamentadoras do processo eleitoral obedecendo o disposto nesta Lei Complementar."

**Art. 4.º** – O art. 16 da Lei Complementar n.º 136, de 19 de maio de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 16. A posse no cargo de Defensor Público-Geral do Estado e o respectivo exercício ocorrerão no prazo de 05 (cinco) dias contados de sua nomeação ou do exaurimento do prazo previsto no artigo 13, *caput*, desta Lei Complementar."



## GABINETE DO GOVERNADOR



**Art. 5.º** – O *caput* e os incisos do art. 18 da Lei Complementar n.º 136, de 19 de maio de 2011, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 18. Compete privativamente ao Defensor Público-Geral do Estado, além de outras atribuições que lhe sejam conferidas por Lei ou que forem inerentes a seu cargo:

I – dirigir a Defensoria Pública do Estado do Paraná, superintender e coordenar suas atividades e orientar-lhe a atuação;

II – representar a Defensoria Pública do Estado do Paraná judicial e extrajudicialmente;

III – velar pelo cumprimento das finalidades da Instituição;

IV – integrar, como membro nato, e presidir o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado do Paraná;

V – submeter ao Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado do Paraná a proposta de criação ou de alteração do Regimento Interno da Defensoria Pública do Estado do Paraná;

VI – autorizar os afastamentos dos membros da Defensoria Pública do Estado do Paraná;

VII – estabelecer a lotação e a distribuição dos membros e dos servidores da Defensoria Pública do Estado do Paraná;

VIII – dirimir conflitos de atribuições entre membros da Defensoria Pública do Estado do Paraná, com recurso para seu Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado;

IX – instaurar processo disciplinar contra membros e servidores da Defensoria Pública do Estado do Paraná, por recomendação de seu Conselho Superior;

X – abrir concursos públicos para ingresso nas Carreiras da Defensoria Pública do Estado do Paraná;

XI – determinar correições extraordinárias;

XII – praticar atos de gestão administrativa, financeira e de pessoal;

## GABINETE DO GOVERNADOR



XIII – convocar o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado do Paraná;

XIV – designar membro da Defensoria Pública do Estado do Paraná para exercício de suas atribuições em órgão de atuação diverso do de sua lotação ou, em caráter excepcional, perante Juízos, Tribunais ou Ofícios diferentes dos estabelecidos para cada categoria;

XV – aplicar a pena da remoção compulsória, aprovada pelo voto de dois terços do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, assegurada a ampla defesa;

XVI – delegar atribuições à autoridade que lhe seja subordinada, na forma desta Lei Complementar;

XVII – requisitar força policial para assegurar a incolumidade física dos membros da Defensoria Pública do Estado do Paraná, quando estes se encontrarem ameaçados em razão do desempenho de suas atribuições institucionais;

XVIII – apresentar plano de atuação da Defensoria Pública do Estado do Paraná ao Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado;

XIX – prover os cargos iniciais da carreira, promover, exonerar, bem como praticar todo e qualquer ato que importe em provimento ou vacância dos cargos da Carreira de Defensores Públicos do Estado e de servidores auxiliares;

XX – dar posse e exercício aos membros da Carreira de Defensor Público do Estado e de servidores do Quadro de Pessoal da Defensoria Pública do Estado do Paraná;

XXI – propor ao Poder Legislativo o reajuste dos vencimentos de seus membros, bem como a criação de cargos da Carreira de Defensor Público do Estado e do Quadro de Pessoal da Defensoria Pública do Estado do Paraná;

XXII – editar resoluções e expedir instruções normativas aos órgãos da Defensoria Pública do Estado do Paraná, bem como firmar Convênios, Termos de Cooperação, Acordos, entre outros, com organizações, entidades, instituições, organismos, entre outros, em nível Municipal, Estadual e Federal;



XXIII – apresentar relatório anual das atividades da Defensoria Pública do Estado do Paraná, sugerindo medidas adequadas ao seu aperfeiçoamento;

XXIV – publicar lista anual de antiguidade dos membros da Defensoria Pública do Estado do Paraná;

XXV – delegar as atribuições de sua competência privativa."

**Art. 6.º** – O inciso III do art. 21 da Lei Complementar n.º 136, de 19 de maio de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 21. (...)

III – incumbir-se das tarefas e delegações que lhe forem determinadas pelo Defensor Público-Geral do Estado."

**Art. 7.º** – O art. 22 e o Parágrafo único da Lei Complementar n.º 136, de 19 de maio de 2011, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 22. O Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, órgão colegiado consultivo, deliberativo e decisório, será composto pelos seguintes membros:

(...)

**Parágrafo único.** O Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado contará com uma equipe administrativa de ao menos 02 (dois) Técnicos Administrativos, conforme Anexo III."

**Art. 8.º** – Os incisos do art. 27 da Lei Complementar n.º 136, de 19 de maio de 2011, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 27. (...)

I – exercer o poder normativo no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Paraná;

II – opinar, por solicitação do Defensor Público-Geral do Estado, sobre matéria pertinente à autonomia funcional e administrativa da Defensoria Pública do Estado do Paraná;

III – elaborar lista triplíce destinada à promoção por merecimento;

## GABINETE DO GOVERNADOR



- IV – aprovar a lista de antiguidade dos membros da Defensoria Pública do Estado do Paraná e decidir sobre as reclamações a ela concernentes;
- V – recomendar ao Defensor Público-Geral do Estado a instauração de processo disciplinar contra membros e servidores da Defensoria Pública do Estado do Paraná;
- VI – conhecer e julgar os processos administrativos disciplinares de membros da Defensoria Pública do Estado do Paraná;
- VII – decidir sobre pedido de revisão de processo administrativo disciplinar;
- VIII – decidir acerca da remoção voluntária dos integrantes da carreira da Defensoria Pública do Estado do Paraná;
- IX – decidir sobre a avaliação do estágio probatório dos membros da Defensoria Pública do Estado do Paraná, submetendo sua decisão à homologação do Defensor Público-Geral do Estado;
- X – decidir acerca da destituição do Corregedor-Geral da Defensoria Pública do Estado do Paraná, por voto de dois terços de seus membros, assegurada ampla defesa;
- XI – deliberar sobre a organização de concurso público para ingresso na Carreira de Defensor Público do Estado e do Quadro de Pessoal da Defensoria Pública do Estado e designar os representantes da Defensoria Pública do Estado do Paraná que integrarão a Comissão de Concurso Público;
- XII – organizar os concursos para provimento dos cargos da Carreira de Defensor Público do Estado e do Quadro de Pessoal da Defensoria Pública do Estado e editar os respectivos regulamentos;
- XIII – recomendar correições extraordinárias;
- XIV – editar as normas regulamentando a eleição para Defensor Público-Geral do Estado;
- XV – opinar nas representações oferecidas contra membros da Defensoria Pública do Estado do Paraná, quando solicitado o seu pronunciamento pelo Defensor Público-Geral do Estado;

## GABINETE DO GOVERNADOR



XVI – opinar sobre atos de disponibilidade de membros e servidores da Defensoria Pública do Estado do Paraná;

XVII – propor ao Defensor Público-Geral do Estado, sem prejuízo da iniciativa deste, a aplicação de penas disciplinares;

XVIII – estabelecer o processo de seleção dos estagiários e fixação do valor de sua bolsa auxílio;

XIX – representar ao Defensor Público-Geral do Estado sobre qualquer assunto que interesse à organização da Defensoria Pública do Estado do Paraná ou à disciplina de seus membros;

XX – pronunciar-se sobre qualquer assunto que lhe seja submetido pelo Defensor Público-Geral do Estado;

XXI – elaborar seu Regimento Interno;

XXII – fixar, ouvida a Escola da Defensoria Pública do Estado, parâmetros de qualidade para a atuação dos Defensores Públicos do Estado;

XXIII – deliberar e convocar audiências públicas de assuntos de interesse da sociedade, colhendo, inclusive, a manifestação da Ouvidoria Geral da Defensoria Pública do Estado;

XXIV – decidir, em grau de recurso, conflitos de atribuição dos membros e servidores da Defensoria Pública do Estado do Paraná após decisão prévia do Defensor Público-Geral.”.

**Art. 9.º** – Os incisos do art. 42 da Lei Complementar n.º 136, de 19 de maio de 2011, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 42. (...)”

I – atender às partes e aos interessados;

II – propor a ação penal privada nos casos em que a parte for juridicamente necessitada;

III – tentar a conciliação das partes antes de promover a ação, quando julgar conveniente;

## GABINETE DO GOVERNADOR



IV – defender os acusados em processo disciplinar;

V – exercer a função de curador especial de que tratam os códigos de Processo Penal e de Processo Civil, salvo quando a Lei a atribuir especificamente a outrem;

VI – postular a concessão da gratuidade de justiça e o patrocínio da Defensoria Pública do Estado do Paraná mediante comprovação do estado de pobreza por parte do interessado;

VII – exercer a função de curador nos processos em que ao Juiz competir a nomeação, inclusive a de procurador à lide do interditando, quando a interdição for pedida pelo órgão do Ministério Público do Estado do Paraná e na Comarca não houver tutor judicial;

VIII – acompanhar, comparecer aos atos processuais assídua e pontualmente, e impulsionar os processos, providenciando para que os feitos tenham a sua tramitação normal, utilizando-se de todos os meios processuais cabíveis;

IX – sustentar, quando necessário, nos Tribunais, oralmente, ou por memorial, os recursos interpostos e as razões apresentadas por intermédio da Defensoria Pública do Estado da Paraná;

X – atender e orientar as partes e interessados em locais e horários preestabelecidos;

XI – interpor recurso para qualquer grau de jurisdição e promover revisão criminal quando cabível;

XII – defender no processo criminal os réus que não tenham defensor constituído, inclusive os revéis;

XIII – requerer a transferência de presos para local adequado, quando necessário;

XIV – requerer o arbitramento e o recolhimento ao Fundo Próprio da Defensoria Pública do Estado do Paraná dos honorários advocatícios, quando devidos;

XV – requerer o acolhimento ou a internação de crianças e adolescentes em situação de abandono ou situação de risco;

XVI – impetrar *habeas corpus*;

XVII – diligenciar as medidas necessárias ao assentamento do registro civil de nascimento das crianças e adolescentes;

XVIII – funcionar por designação do Defensor Público-Geral a pedido do Juiz em ações penais, na hipótese do não comparecimento do advogado constituído;

XIX – representar ao Ministério Público do Estado do Paraná, em caso de tortura e maus tratos à pessoa do defendendo;

XX – participar, com direito a voz e voto, do Conselho Penitenciário;

XXI – certificar a autenticidade de cópias de documentos necessários à instrução de processo administrativo ou judicial, à vista da apresentação dos originais;

XXII – elaborar seu Regimento Interno;

XXIII – fixar, ouvida a Escola da Defensoria Pública do Estado, parâmetros de qualidade para a atuação dos Defensores Públicos do Estado;

XXIV – deliberar e convocar audiências públicas de assuntos de interesse da sociedade, colhendo, inclusive, a manifestação da Ouvidoria Geral da Defensoria Pública do Estado.”.

**Art. 10** – O art. 72 da Lei Complementar n.º 136, de 19 de maio de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 72. O Defensor Público do Estado poderá ser promovido às categorias superiores da carreira e optar por permanecer no grau de jurisdição em que estiver lotado.”.

**Art. 11** – Os parágrafos §1.º, §2.º, §3.º, §4.º e o §5.º do art. 82 da Lei Complementar n.º 136, de 19 de maio de 2011, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 82. (...)

§ 1.º A previsão no inciso IV e V deste artigo aplica-se somente à Carreira de Defensor Público do Estado.



§ 2.º Os candidatos proibidos de inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil comprovarão o registro até a posse no cargo de Defensor Público.

§ 3.º Os requisitos a serem exigidos em concurso público para os cargos do Quadro de Pessoal da Defensoria Pública do Estado do Paraná serão definidos pelo Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado quando da elaboração do edital do concurso, observando o Perfil Profissiográfico de cada cargo.

§ 4.º Os Perfis Profissiográficos dos cargos e funções do Quadro de Pessoal da Defensoria Pública do Estado do Paraná deverão ser criados por ato do Defensor Público-Geral, após estudo e proposta sobre o tema, realizado pela Coordenadoria-Geral de Administração da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

§ 5.º Caracterizará prática profissional para os fins do inciso V deste artigo, o exercício:

a) da advocacia, por advogados e estagiários do Curso de Direito, nos termos dos artigos 1.º e 3.º, ambos da Lei Federal n.º 8.906/94, e dos artigos 28 e 29 do Regulamento Geral do Estatuto de Advocacia;

b) de estagiário credenciado na área da Assistência Judiciária da Defensoria Pública da União ou dos Estados, nos termos do artigo 145, § 3.º, da Lei Complementar Federal n.º 80/94;

c) na Defensoria Pública, no Ministério Público ou na Magistratura, na qualidade de membro;

d) de estagiário do Curso de Direito, desde que devidamente credenciado junto ao Poder Judiciário e ao Ministério Público;

e) de estagiário do Curso de Direito devidamente credenciado na área pública, não inserido na situação prevista na letra "a", em razão de eventual permissivo legal específico;

f) de cargos, empregos ou funções exclusivas de Bacharel em Direito;

g) de cargos, empregos ou funções, inclusive de magistério superior público ou privado, que exijam a utilização de conhecimento jurídico;"



## GABINETE DO GOVERNADOR



**Art. 12** – O inciso I do art. 91 da Lei Complementar n.º 136, de 19 de maio de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 91. (...)

I – habilitação em exame de saúde e avaliação de tal exame por órgão estadual;

(...)"

**Art. 13** – O parágrafo 2.º do art. 93 da Lei Complementar n.º 136, de 19 de maio de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 93. (...)

§ 2.º O membro e o servidor da Defensoria Pública do Estado do Paraná comprovará a entrada em exercício mediante Termo de Exercício."

**Art. 14** – O *caput* do art. 95 da Lei Complementar n.º 136, de 19 de maio de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 95. O membro da Defensoria Pública do Estado do Paraná que for promovido ou removido terá o prazo para entrada em exercício contado da data da publicação do correspondente ato."

**Art. 15** – O *caput* do art. 104 da Lei Complementar n.º 136, de 19 de maio de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 104. A previsão do artigo 103 desta Lei Complementar poderá ser objetada pela maioria absoluta do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, se o Defensor Público do Estado mais antigo na categoria."

**Art. 16** – O inciso I do art. 246 da Lei Complementar n.º 136, de 19 de maio de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 246 . (...)

I – 500 (quinhentos) cargos do Grupo Ocupacional Superior, subdivididos em:

(...)"

## GABINETE DO GOVERNADOR



**Art. 17** – A alínea "b" do inciso II do art. 246 da Lei Complementar n.º 136, de 19 de maio de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 246 . (...) "

II – (...)

b) 154 (cento e cinquenta e quatro) cargos Técnicos Administrativos;

(...)"

**Art. 18** – O *caput* do art. 249 da Lei Complementar n.º 136, de 19 de maio de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 249. No primeiro concurso público para o provimento dos cargos de Grupo Ocupacional Superior do Quadro de Pessoal da Defensoria Pública do Estado do Paraná, salvo para os cargos de Assessor Jurídico da Defensoria e Superior com graduação em Psicologia, serão providos os cargos previstos no Edital de Abertura do Certame, em número máximo do constante no artigo 246, inciso I, desta Lei Complementar, conforme Anexo IX."

**Art. 19** – Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 7 de novembro de 2011, 190.º da Independência e 123.º da República.



**CARLOS ALBERTO RICHIA**  
Governador do Estado

GABINETE DO GOVERNADOR



MENSAGEM N.º 70/2011

Curitiba, 7 de novembro de 2011

Senhor Presidente,


Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa Augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei Complementar que objetiva a alteração da Lei Complementar 136, de 19 de maio de 2011.

A Lei Complementar n.º 136, de 19 de maio de 2011, que estabeleceu a Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado do Paraná, foi aprovada e sancionada com alguns erros formais que afetam a compreensão do texto legal, devido ao anseio do Governo em estabelecer a estrutura da Defensoria Pública no Estado do Paraná.

Desta forma, mostra-se imperiosa a correção para melhor compreensão do texto legal.

Ressalte-se que as modificações não alteram a essência da Lei Complementar, a estrutura da Defensoria Pública do Estado do Paraná, o número de cargos, bem como não acarreta nenhum impacto orçamentário ou financeiro ao erário.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

  
**CARLOS ALBERTO RICHÁ**  
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
CURITIBA – PR

Prot. n.º 11.135.437-51 lph/ccl

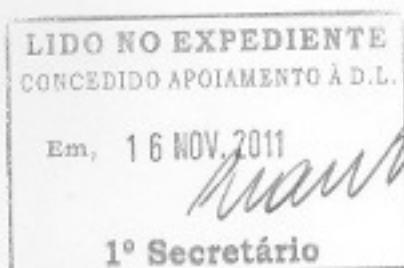
Palácio das Araucárias – Centro Cívico – Rua Jacy Loureiro de Campos  
80530-915 – Curitiba – Paraná – Brasil  
Fone: 41 3350-2465 Fax: 41 3350-2476



**PARANÁ**  
GOVERNO DO ESTADO

GABINETE DO GOVERNADOR

Palácio das Araucárias – Curitiba, 7 de novembro de 2011  
OF CEE/G 184/11



I – À DAP para leitura no expediente  
II – À DL para providências,  
Em, 16 / 11 / 11

Presidente

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para providências, a Mensagem n.º 70/2011, relativa ao Anteprojeto de Lei Complementar que objetiva a alteração da Lei Complementar 136, de 19 de maio de 2011.

Atenciosamente,

  
CARLOS ALBERTO RICHA  
Governador do Estado

Anexo

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
CURITIBA – PR

CEE/SRGVF/JC



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

D. L.

Fls. 110

**PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 886/2011**

**Projeto de Lei Complementar nº. 886/2011**  
**Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 070/11**

**Súmula:** Altera a Lei Complementar nº 136, de 19 de maio de 2011.

**EMENTA:** ALTERA LEI COMPLEMENTAR Nº 136/11 VISANDO CORRIGIR ERROS FORMAIS QUE AFETAM A COMPREENSÃO DO TEXTO LEGAL POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 5º E 134 CF. ARTS. 13, 65, 66, 127 E 128 DA C.E. ARTIGO 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

**PREÂMBULO**

O Projeto de Lei Complementar em análise, de autoria do Poder Executivo, objetiva alterar a Lei Complementar nº 136, de 19 de maio de 2011, que estabeleceu a Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado do Paraná, a qual foi aprovada e sancionada com alguns erros formais que afetam a compreensão do texto legal, devido ao anseio do Governo em estabelecer a estrutura da Defensoria Pública no Estado do Paraná.

Desta forma, este Projeto de Lei Complementar visa a correção destes erros para melhor compreensão do texto legal.





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei de Complementar, enuncia o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição do Estado do Paraná, em seu artigo 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Cabe ressaltar, que o Projeto de Lei Complementar é o meio adequado para dispor acerca da Defensoria Pública, nos termos do artigo 128 da Constituição Estadual:

Art. 128. Lei complementar, observada a legislação federal, disporá sobre a organização, estrutura e funcionamento da Defensoria Pública, bem como sobre os direitos, deveres, prerrogativas, atribuições e carreiras de seus membros.

Além disso, a Constituição do Estado do Paraná estabelece em seu artigo 13 que compete ao Estado legislar concorrentemente com a União sobre a Defensoria Pública:

Art. 13. Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre:  
XIII - assistência jurídica e defensoria pública;



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Destarte, é preciso observar que a Constituição Estadual aduz que a iniciativa de Leis que disponham sobre organização da Defensoria Pública do Estado, bem como a criação, estrutura e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública, **são de iniciativa privativa do Governador do Estado**, nos termos do artigo 66, vejamos:

Art. 66 – Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

III - organização da Defensoria Pública do Estado e das Polícias Civil e Militar;

IV – criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

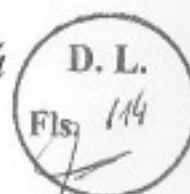
Também, devemos observar que o Projeto de Lei Complementar ora em tela que altera a Lei Complementar nº 136, de 19 de maio de 2011, não modifica a essência da Lei Complementar, a estrutura da Defensoria Pública do Estado do Paraná, o número de cargos, bem como não acarreta nenhum impacto orçamentário ou financeiro ao erário.

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei Complementar.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o Projeto de Lei Complementar em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.




*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*




**CONCLUSÃO**

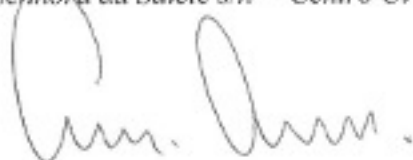
Diante da exposta, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei Complementar, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 28 de novembro de 2011.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO ADEMAR TRAIANO**  
**RELATOR**







ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
1ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças

D. L.  
Fls. 17

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 886/11**  
**COMPLEMENTAR**

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo artigo 33-B, do Regimento Interno, examinando a Proposição de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 70/11, que altera a Lei Complementar nº 136/11, de 19 de maio de 2011, (Estabeleceu a Lei Orgânica da Defensoria Pública do Paraná).

Convém, preliminarmente salientar que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Ademar Traiano e após sua análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável.

No que compete a esta Comissão Permanente de Finanças, podemos observar que a Lei Complementar nº 136/11, de 19 de maio de 2011, que estabeleceu a Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado do Paraná, quando da sua aprovação e devido sancionamento apresentou erros formais que afetam a compreensão do texto legal, devido ao anseio do Governo em estabelecer a estrutura da Defensoria Pública no Estado do Paraná.

A presente proposta, não fere os preceitos constantes da Lei Complementar Federal nº 101/00, uma vez que, constata-se na justificativa do autor, que não acarreta nenhum impacto orçamentário ou financeiro ao erário.

Ainda, observe-se que o objeto do Projeto em tela, está em consonância com o art. 66, da Carta Estadual, onde denota-se a competência privativa do Governador do Estado.

Isto posto, nada encontramos que possa obstaculizar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
1ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças



É o parecer.

Sala das Comissões, 30/11/11

  
DEPUTADO ADEMIR BIER  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO WALDYR PUGLIESI  
RELATOR





COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

PARECER AO PROJETO DE LEI nº 886/2011

O presente Projeto de Lei Complementar em análise, de autoria do Poder Executivo, objetiva alterar a Lei Complementar nº 136, de 19 de maio de 2011, que estabeleceu a Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado do Paraná, a qual foi aprovada e sancionada com alguns erros formais que comprometem a perfeita leitura do texto legal.


A implementação da Defensoria Pública é fundamental e sua atividade é imprescindível para a afirmação do Estado Democrático de Direito, pois a busca pelo acesso à justiça, pela defesa da dignidade da pessoa humana e dos direitos humanos deve ser vista sempre como prioridade, senão vejamos:


*“Art. 1º A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbendo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados,*

assim considerados na forma do inciso LXXIV do art. 5º  
da Constituição Federal. (Redação dada pela Lei  
Complementar nº 132, de 2009).”

Razão pela qual, opinamos pela aprovação do presente Projeto de Lei.

Sala das Comissões, em 12, 12, 2013

  
TADEU MENERI  
PRESIDENTE

  
PR. EDSON PRACZYK  
RELATOR



**ANTEPROJETO DE LEI N.º 890/2011**

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Ipiranga, do imóvel que especifica.

**Art. 1.º** – Fica autorizado o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Ipiranga, do lote urbano com área de 1.012,00 m<sup>2</sup>, localizado na Rua João Ribeiro da Fonseca, 74, no perímetro urbano da Cidade de Ipiranga, conforme matrícula n.º 2.362, do Registro de Imóveis da Comarca de Ipiranga.

**Art. 2.º** – O imóvel em questão, que fica gravado com cláusula de inalienabilidade e impenhorabilidade, será usado exclusivamente para serviço público municipal, retornando ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.

**Art. 3.º** – O Município terá o prazo de 02 (dois) anos para a conclusão da obra e regularização cartorial da titularidade do imóvel doado, caso contrário o imóvel retornará ao patrimônio do Estado.

**Art. 4.º** – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 7 de novembro de 2011, 190.º da Independência e 123.º da República.



**CARLOS ALBERTO RICHA**  
Governador do Estado

**MENSAGEM N.º 87/2011**

Curitiba, 7 de novembro de 2011

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação de imóvel de propriedade do Estado do Paraná ao Município de Ipiranga.

Inicialmente, insta salientar que o Projeto de Lei em análise encontra respaldo na Constituição Estadual, que estabelece no art. 10:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

A alienação de bens imóveis é disciplinada, de regra, pela legislação própria das entidades estatais, sendo normalmente exigida a autorização legislativa, avaliação prévia e concorrência, sendo dispensável este último requisito quando se tratar de doação, pois este contrato em particular visa imóveis certos, sendo incompatíveis com o procedimento licitatório.

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
CURITIBA – PR

LC/CTL-Prot. n.º 11.088.992-5

Palácio das Araucárias – Centro Cívico – Rua Jacy Loureiro de Campos  
80530-915 – Curitiba – Paraná – Brasil  
Fone: 41 3350-2465 Fax: 41 3350-2476



O art. 17 da Lei Ordinária Federal 8.666/93 estabelece as condições para que sejam feitas as alienações de bens públicos:

Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

**b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo, ressalvado o disposto nas alíneas f e h; (Redação dada pela Lei n.º 11.481, de 2007)**

f) alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis residenciais construídos, destinados ou efetivamente utilizados no âmbito de programas habitacionais ou de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgãos ou entidades da administração pública; (Redação dada pela Lei n.º 11.481, de 2007). (Grifo nosso).

Ainda, leciona Hely Lopes Meirelles:

A Administração pode fazer doações de bens móveis ou imóveis desafetados do uso público, e comumente o faz para incentivar construções e atividades particulares de interesse coletivo. Essas doações podem ser com ou sem encargos e em qualquer caso dependem, de lei autorizatória, que estabeleça as condições para sua efetivação, e de prévia avaliação do bem a ser doado, não sendo exigível licitação para o contrato alienativo.<sup>1</sup>

Nesses termos, pretende o Estado do Paraná doar imóvel ao Município de Ipiranga, para que este faça utilização do bem público, conforme possível e necessário.

Destaque-se também o \*interesse público na referida doação, verificando que no terreno se pretende construir uma Biblioteca Cidadã e uma Capela Mortuária, para que fiquem à disposição dos cidadãos de Ipiranga.

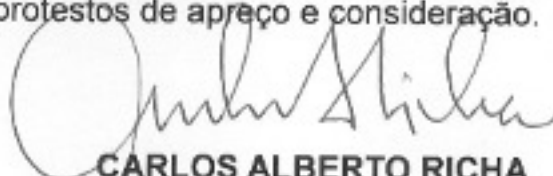
1 MEIRELLES, H.L. Direito Administrativo Brasileiro, 33 ed. 2007. p. 538.

## GABINETE DO GOVERNADOR



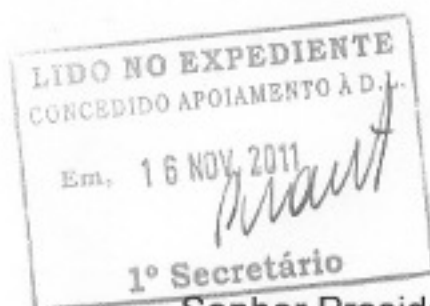
Diante do exposto, bem como da autorização para que o órgão público efetue doações sem a necessidade de licitação, quando o donatário for outro órgão ou entidade da administração pública, não haveria razão para que o legislador impedisse a doação, haja vista a expressa autorização legal.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

  
**CARLOS ALBERTO RICHÁ**  
Governador do Estado

GABINETE DO GOVERNADOR

Palácio das Araucárias – Curitiba, 7 de novembro de 2011  
OF CEE/G 188/11



Senhor Presidente,

I – À DAP para leitura no expediente  
II – À DL para providências.

Em, 16/11/11

Presidente

Encaminho a Vossa Excelência, para providências, a Mensagem n.º 87/2011, relativa ao Anteprojeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação de imóvel de propriedade do Estado ao Município de Ipiranga.

Atenciosamente,



CARLOS ALBERTO RICHIA  
Governador do Estado

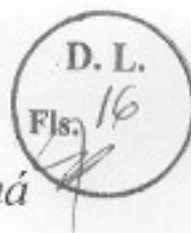
Anexo

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
CURITIBA – PR

CEE/(SRGVF)/JC



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI 890/11**

**Projeto de Lei nº 890/11**

**Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 087/11**

**Súmula:** Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Ipiranga, do imóvel que especifica.

**EMENTA:** DOAÇÃO DE IMÓVEL AO MUNICÍPIO DE IPIRANGA. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTIGOS 33 E 124 DO REGIMENTO INTERNO ALEP. ARTIGOS 10 E 65 DA CE. ARTS. 6º E 8º LEI ESTADUAL 15.608/07. ARTIGO 17 DA LEI 8.666/93. LC 95/98. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 087/2011, visa autorizar o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de Ipiranga.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ainda, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o presente projeto de lei, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, vejamos:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



O projeto de lei ora em tela encontra respaldo na Constituição Estadual, que estabelece em seu artigo 10 e parágrafo único:

**Art. 10.** Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

**Parágrafo único.** A alienação, a título oneroso, de bens imóveis do Estado dependerá de autorização prévia da Assembléia Legislativa e será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito público interno, referidas neste artigo, ou para fins de assentamentos de caráter social. (grito nosso)

A alienação de bens imóveis é disciplinada, via de regra, pela legislação própria das entidades estatais, sendo normalmente exigida a autorização legislativa, avaliação prévia e concorrência, sendo dispensável este último requisito quando se tratar de permuta ou doação, pois estes contratos em particular visam a pessoas ou imóveis certos, sendo incompatíveis com o procedimento licitatório.

Os artigos 6º e 8º da Lei Estadual nº 15.608/07 complementam o texto da Constituição Estadual e dispõem sobre a alienação de bens da Administração Pública Estadual, observe-se:

**Art. 6º.** A alienação de bens da Administração Pública Estadual subordina-se à:



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

D. L.  
Fls. 19

I - existência de interesse público devidamente justificado;

II - prévia avaliação, visando à definição do preço mínimo;

III - autorização legislativa para os bens imóveis, bem como para bens móveis quando envolver alienação de controle societário de economia mista e empresa pública;

IV - licitação na modalidade de concorrência ou leilão público, desde que realizado por leiloeiro oficial ou servidor designado pela Administração.

Art. 8º. Será dispensada a licitação, nos seguintes casos:

f) doação com encargo, no caso de interesse público devidamente justificado; (grifos nossos)

A Lei Ordinária Federal 8.666/93 em seu artigo 17 determina as condições para que sejam feitas as alienações de bens públicos:

Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



esfera de governo, ressalvado o disposto nas alíneas f e h; (Redação dada pela Lei nº 11.481, de 2007)

f) alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis residenciais construídos, destinados ou efetivamente utilizados no âmbito de programas habitacionais ou de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgãos ou entidades da administração pública; (Redação dada pela Lei nº 11.481, de 2007) (grifo nosso)

O jurista José dos Santos Carvalho Filho leciona que "A Administração pode fazer doação de bens públicos, mas tal possibilidade deve ser tida como excepcional e atender a interesse público cumprimamente demonstrado. Qualquer violação a tais pressupostos espelha conduta ilegal e dilapidatória do patrimônio público. **São requisitos da doação de bens públicos: autorização legal, avaliação prévia e interesse público justificado.** A licitação, levando em conta a existência de interesse social da doação, será dispensável"<sup>1</sup>.

Tendo em vista a autorização para que o órgão público efetue doações sem a necessidade de licitação, quando o donatário for outro órgão ou entidade da administração pública, não haveria razão para que o legislador impedisse a doação, haja vista a expressa autorização legal.

•

<sup>1</sup> CARVALHO, José dos Santos Filho. Manual de Direito Administrativo. Lumen Juris. RJ.



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Dessa forma, observa-se que estão presentes o requisitos necessários, quais sejam, a autorização legislativa que é dada através de lei e o interesse público.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 28 de novembro de 2011.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**

Presidente

  
**DEPUTADO NEREU MOURA**

Relator



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury  
Comissão de Fiscalização da ALEP e Assuntos Municipais




## PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 890/11

O presente Projeto de Lei apresentado pelo Poder Executivo – Mensagem nº 87/11 tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Ipiranga, do imóvel que especifica.

Chamada esta Comissão de Fiscalização da ALEP e Assuntos Municipais a se manifestar, entendendo ser a matéria de suma importância, manifestamo-nos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05 de dezembro de 2011.

  
**DEPUTADO NELSON GARCIA**  
Presidente •

  
Relator







## **PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 890/2011**

**Projeto de Lei nº 890/2011**

**Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 87/11**

**Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação, ao município de Ipiranga, do imóvel que especifica.**

### **I – PREÂMBULO**

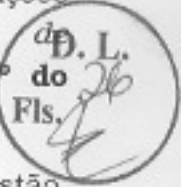
O presente Projeto de Lei 890/11, de autoria do Poder Executivo, através da mensagem 87/11, objetiva efetuar a doação ao município de Ipiranga, do lote urbano com área de 1.012,00 metros quadrados, localizado na Rua João Ribeiro da Fonseca, 74, matrícula número 2.362, do Registro de Imóveis da Comarca de Ipiranga.

### **II - RELATÓRIO**

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº 890/2011**, na qual passo a relatar:

No que tange ao mérito da matéria, resta evidente não existir qualquer impedimento para a tramitação da presente proposição em tela, já que o projeto objetiva beneficiar o Município de Ipiranga, com o intuito de criar um espaço para o desenvolvimento de serviços públicos, retornando ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.

Cumpra a nós destacar que "Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos", nos termos do disposto no **Art. 33, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.**



Desta Forma, ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a necessidade do processo para efetuar a doação deste imóvel. O **Projeto de Lei 890/11** em análise desta Comissão, no que justifica-se, estará cobrindo a necessidade exclusiva da população de forma meramente justificada, a partir da doação do imóvel, será construída a Biblioteca Cidadã e a Capela Mortuária do município.

**Art. 6º A alienação de bens da Administração Pública Estadual subordina-se à:**

**I Existência de interesse público devidamente justificado; (...)**

**(Artigos 6º e 8º da Lei Estadual nº 15.608/07)**

Esta proposta, enviada pelo Poder Executivo através da Mensagem 87/11 ganha peso e méritos indiscutíveis ao vir de encontro ao interesse e a necessidade comum.

O projeto evidencia de forma clara o mérito proposto, restando grandes benefícios em sua composição para ser avaliado e aprovado por esta Comissão, já que a partir da presente proposta Ipiranga terá uma melhoria com esta doação.

### **III - CONCLUSÕES**

Basando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, venho relevar o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: "A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal". (**Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná**).

A Carta magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar de sua competência de forma a trabalhar os direitos humanos e a busca de mecanismos que beneficiem a população, por esta razão tal proposição encontra fortes respaldos em seu mérito para prosseguir sua tramitação.

#### IV - VOTO DO RELATOR



Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à matéria, não vislumbra-se impedimentos no que se refere ao mérito analisado por esta Comissão, já que a partir de referida doação, o Município de Ipiranga será contemplado com a construção de espaços de interesse público, como a instalação da Biblioteca Cidadã, que sem dúvida trará grandes benefícios a toda população.

Desta forma opto pela **Aprovação** do referido **Projeto de Lei 890/11**, em sua forma apresentada.

**Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.**

**Sala das Comissões em 07 de dezembro de 2011.**



**MARCELO RANGEL**

**Presidente da Comissão**



**TERUO KATO**

**Relator.**



~~ANTE~~PROJETO DE LEI N.º 933/2011

Súmula: Aprova crédito especial, alterando o vigente Orçamento Geral do Estado.

**Art. 1.º** Fica aprovado um crédito especial ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual n.º 16.739, de 29 de dezembro de 2010, no valor de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais), conforme Anexos I, II, III e IV desta Lei.

**Art. 2.º** Servirá como recurso para cobertura de crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotação, conforme Anexo V desta Lei.

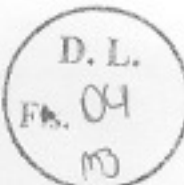
**Art. 3.º** Em decorrência do contido nos artigos anteriores, fica alterado o Demonstrativo de Receita, conforme Anexos VI e VII desta Lei.

**Art. 4.º** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Curitiba, 24 de novembro de 2011, 190.º da Independência e 123.º da República.



**CARLOS ALBERTO RICHÁ**  
Governador do Estado



ANEXO II  
ANEXO A LEI Nº

Fl. 02

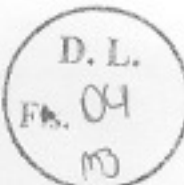
6100 - SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA, DO COMÉRCIO E ASSUNTOS DO MERCOSUL

6101 - GABINETE DO SECRETÁRIO

DISCRIMINAÇÃO DA DESPESA SEGUNDO OS DESDOBRAMENTOS POR GRUPO DE FONTES

Recursos de Todas as Fontes								R\$ 1,00
Projeto/ Atividade	Grupo Fonte	Pessoal e Enc. Sociais	Juros e Enc. da Dívida	Outras Desp. Correntes	Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida	Total
1053	01 T					700.000		700.000
						700.000		700.000
TOTAL						700.000		700.000





ANEXO II  
ANEXO A LEI Nº

Fl. 02

6100 - SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA, DO COMÉRCIO E ASSUNTOS DO MERCOSUL

6101 - GABINETE DO SECRETÁRIO

DISCRIMINAÇÃO DA DESPESA SEGUNDO OS DESDOBRAMENTOS POR GRUPO DE FONTES

Recursos de Todas as Fontes								R\$ 1,00
Projeto/ Atividade	Grupo Fonte	Pessoal e Enc. Sociais	Juros e Enc. da Dívida	Outras Desp. Correntes	Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida	Total
1053	01 T					700.000		700.000
						700.000		700.000
TOTAL						700.000		700.000



ANEXO III  
ANEXO A LEI Nº

Fl. 03

6100 - SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA, DO COMÉRCIO E ASSUNTOS DO MERCOSUL

6101 - GABINETE DO SECRETÁRIO

DISCRIMINAÇÃO DA DESPESA SEGUNDO OS DESCOBRAMENTOS POR MODALIDADE DE APLICAÇÃO

Recursos de Todas as Fontes

R\$ 1,00

Projeto/ Atividade	Mod. Aplic.	Pessoal e Enc. Sociais	Juros e Enc. da Dívida	Outras Desp. Correntes	Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida	Total
1053	90 T					700.000 700.000		700.000 700.000
TOTAL						700.000		700.000

SUPLEMENTAÇÃO		ANEXO IV				Fl. 04	
DE DESPESA		ANEXO A LEI Nº				R\$ 1,00	
Cód.	Especificação	Natureza da Despesa	Fontes	Gr.	Valor	N.º do Proc.	
			IFNCEI			CCP	
6100	SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA, DO COMÉRCIO E						
	ASSUNTOS DO MERCOSUL						
6101	GABINETE DO SECRETÁRIO						
1059	INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL NA AMBIENTAL PARANÁ						
	FLORESTAS S/A	45906500	103	01	1	1817	
Total					700.000		



CANCELAMENTO		ANEXO V				FL. 05	
DE DESPESA		ANEXO A LET Nº				R\$ 1,00	
I	I						
I	Sec.	Especificação	Natureza	I	I	Valor	N.º
I	I	I	da	IFntel	Gr. IALO	I	Proc
I	I	I	Despesa	IFntel	I	I	COF
I	2500	ADMINISTRAÇÃO GERAL DO ESTADO - RECURSOS SOB	I	I	I	I	I
I	I	SUPERVISÃO DA SEPL	I	I	I	I	I
I	I	I	I	I	I	I	I
I	2501	PROGRAMAÇÕES ESPECIAIS, REGIONAIS E MULTISSECTORIAIS	I	I	I	I	I
I	1144	PROJETO DE INCLUSÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO RURAL	I	I	I	I	I
I	I	SUSTENTÁVEL - PRODESEN - PROTERITORIO/BIRD - AGE/SEPL	I	33903004	I	142	I
						15	I
						0	I
						300.000	1919
T o t a l						300.000	



I ACRÉSCIMO		ANEXO VI		Fl. 06		I
I RECEITA CENTRALIZADA		ANEXO A LEI Nº		R\$ 1,00		I
I	Código	I	Especificação	I	Fonte	I Gr. I
I	I	I	I	I	I	I
I	1721.89.01	I	Auxílio aos Estados Exportadores	I	103	I 01 I
				Valor		I Processo I
				700.000		I 1817 I
				TOTAL		I
				700.000		I



REDUÇÃO		ANEXO VII		Fl. 07	
RECEITA CENTRALIZADA		ANEXO A LEI Nº		R\$ 1,00	
Código	Especificação	Fonte	Gr.	Valor	Processo
2123.99.42	Outras Operações de Crédito Externas - PROCEBUS/BIHO	142	15	700.000	1018
TOTAL				700.000	







Identificação | Pedido nr: 01 - 00115 | para uso da COP | Ctrl.Anexo: 156 |

Orgão : 01 - SECRETARIA DE ESTADO DA INDUSTRIA, DO COMERCIO E ASSUNTOS DO MERCOSUL | N°m. Processo : 01817 | N°m. Ato : |

Unidade : 00 - GRUPO DE PLANEJAMENTO SETORIAL - GPS | Data entrada : 21/11/11 | Data Ato : |

Data : 21/11/11 | Documento : L - Lei | Crédito : 2 - Especial | Recurso : 1 - Normal | Remanej.: 2 - M3o |

Justificativa Circunstanciada

Motivo : | Memória de Cálculo/Despesa/Receita/Obras/Mecan |

Suplementação para o Plano Ambiental | |

Obras e Metas a atingir, incluídas ou canceladas | |

at | |

Lançamentos de Despesa

RS 1,00

Orgão	Unidade	P/A	Natureza	Ft	Alô	Aumentar	Reduzir	Saldo Pendente	A Programar	Saldo
01	01	1053	95906500	1103	L	700.000	0	700.000	0	700.000
Total =>						700.000	0	700.000	0	700.000

Lançamentos de Receita Centralizada

RS 1,00

Receita	Fonte	Aumentar	Reduzir	Saldo Pendente	Saldo
17219901	103	700.000	0	82.600.307	81.900.307
Total =>		700.000	0	82.600.307	81.900.307

ação atual : 2 - Pendente no Sistema

Avaliação GPS : Data : 21/11/11 | Situação Justificativa : Confirmado | Descrição da Justificativa : |



Identificação I Pedido nr: 25 - 00050 I para uso da COP Ctrl. Anexo: 156 I

Orgão : 25 - ADMINISTRAÇÃO GERAL DO ESTADO - RECURSOS SOB I Núm. Processo : 01818 I Núm. Ato : I

SUPERVISÃO DA SEPL I I

Unidade : 00 - GRUPO DE PLANEJAMENTO SETORIAL - GPS I Data entrada : 22/11/11 I Data Ato : I

I I

Data : 21/11/11 I Documento : L - Lei I Crédito : 1 - Normal I Recurso : 1 - Normal I Ressanoj.: 2 - Não I

## Justificativa Circunstanciada

Motivo : I Memória de Cálculo/Despesa/Receita/Obras/Metas I

Indicação de recursos para a Parâmetro Ambiental I

Obras e Metas a atingir, incluídas as canceladas I

nt I

## Lançamentos de Despesa

R\$ 1,00 I

Orgão	Unidade	P/A	Natureza	Pt	Alo	Aumentar	Reduzir	Saldo Pendente	A Programar	Saldo
25	01	1144	33903004	1142	0	0	700.000	13.870	13.870	13.870
Total =>						0	700.000	13.870	13.870	13.870

## Lançamentos de Receita Centralizada

R\$ 1,00 I

Receita	Fonte	Aumentar	Reduzir	Saldo Pendente	Saldo
21239942	142	0	700.000	9.530.658	10.230.658
Total =>		0	700.000	9.530.658	10.230.658

Situação atual : S - Pendente no Sistema

Avaliação GPS I Data : Situação Justificativa I Descrição da Justificativa

I 21/11/11 I Confirmado I

GABINETE DO GOVERNADOR



MENSAGEM N.º 95/2011

Curitiba, 24 de novembro de 2011

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que solicita a aprovação de um crédito especial no valor de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais) ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e Assuntos do Mercosul, aprovado pela Lei Estadual n.º 16.739, de 29 de dezembro de 2010, para a abertura do Projeto 1053 – Integralização de Capital na Ambiental Paraná Florestas S/A, com a finalidade de destinar recursos para as atividades da Instituição.

Insta salientar que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação da Administração Geral do Estado – Recursos sob supervisão da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação-Geral – SEPL.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e conseqüente deferimento, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

  
**CARLOS ALBERTO RICHÁ**  
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
CURITIBA – PR

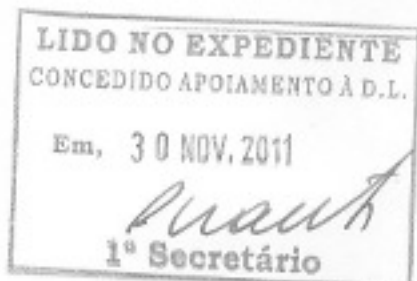
lhph/ctl



**PARANÁ**  
GOVERNO DO ESTADO

GABINETE DO GOVERNADOR

Palácio das Araucárias – Curitiba, 24 de novembro de 2011  
OF CEE/G 203/11



Senhor Presidente,

I – À DAP para leitura no expediente  
II – À DL para providências.

Em, 29/11/11

Presidente

Encaminho a Vossa Excelência, para providências, a Mensagem n.º 95/2011, relativa ao Anteprojeto de Lei que solicita a aprovação de um crédito especial no valor de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais) ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e Assuntos do Mercosul, aprovado pela Lei Estadual n.º 16.739, de 29 de dezembro de 2010, para a abertura do Projeto 1053 – Integralização de Capital na Ambiental Paraná Florestas S/A, com a finalidade de destinar recursos para as atividades da Instituição.

Atenciosamente,

CARLOS ALBERTO RICHIA  
Governador do Estado

Anexo

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
CURITIBA – PR

CEE(SRGVF)/JC



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER**

Projeto de Lei nº. 933/11

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 095/11

**Súmula:** Aprova crédito especial, alterando o vigente Orçamento Geral do Estado.

**PREÂMBULO**

O Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo tem como escopo aprovar crédito especial no valor de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e Assuntos do Mercosul, aprovado pela Lei Estadual nº 16.739, de 29 de dezembro de 2010, para a abertura do Projeto 1053 – Integralização de Capital na Ambiental Paraná Florestas S/A, com a finalidade de destinar recursos para as atividades da Instituição.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifos nossos)

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifos nossos)

Com efeito, a Constituição Federal em seu artigo 24, inciso II estabelece:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:  
II - orçamento;

Além disso, podemos verificar a adequação do proponente às normas pertinentes, nesse ponto dispõe a Constituição do Estado do Paraná:

Art. 133. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:  
II - as diretrizes orçamentárias anuais;  
III - os orçamentos anuais.  
§ 3º. A lei de diretrizes orçamentárias, de caráter anual, compreenderá:  
VI - os ajustamentos do plano plurianual decorrentes de uma reavaliação da realidade econômica e social do Estado;  
Art. 134. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



adicionais serão apreciados pela Assembleia Legislativa. (grifo  
nosso)

O projeto de lei ora em tela, que objetiva aprovar a abertura de crédito especial, nos termos do artigo 41, inciso II, da Lei Federal nº 4.320 de 1964:

Art. 40. São créditos adicionais, as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento.

Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:

I - suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária;

II - especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;

III - extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.

(...)

Art. 46. O ato que abrir crédito adicional indicará a importância, a espécie do mesmo e a classificação da despesa, até onde for possível. (grifos nossos)

Não obstante, o Chefe do Poder Executivo ressalta que os recursos são decorrentes de cancelamento de dotação da Administração Geral do Estado – Recursos sob supervisão da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação-Geral-SEPL, não ferindo desta forma a Lei Complementar nº 101/00.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.




*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, o parecer é pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 05 de dezembro de 2011.

  
DEP. NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

  
DEP. ELIO RUSCH  
RELATOR

  
Pedro Lupian relator  
suplente  
05.12




ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
1ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 933/11**

A presente proposta tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo § 3º, do artigo 33-B, do Regimento Interno, examinando a Proposição de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 95/11, que aprova crédito especial, no valor de R\$700.000,00 (setecentos mil reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e Assuntos do Mercosul, aprovado pelo Lei Estadual nº 16.739, de 29 de dezembro de 2010, para a abertura do Projeto 1053 – Integralização de Capital na Ambiental Paraná Florestas S/A, com a finalidade de destinar recursos para as atividades da Instituição.

Convém preliminarmente salientar que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que após sua análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável.

No que tange a vistoria desta Comissão Permanente de Finanças, podemos observar que a matéria em questão atende aos preceitos constantes da Lei Orçamentária Federal nº 4320/64.

Constata-se ainda, que o Chefe do Poder Executivo destaca que os recursos são advindos de cancelamento de dotação da Administração Geral do Estado – Recursos sob supervisão da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral – SEPL, conforme podemos observar no Anexo V desta Lei. De igual modo, observa-se que não há desrespeito em relação ao preceituado na Lei Complementar Federal nº 101/00.

Isto posto, nada visualizamos que possa impedir a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
1ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 933/11**

A presente proposta tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo § 3º, do artigo 33-B, do Regimento Interno, examinando a Proposição de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 95/11, que aprova crédito especial, no valor de R\$700.000,00 (setecentos mil reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e Assuntos do Mercosul, aprovado pelo Lei Estadual nº 16.739, de 29 de dezembro de 2010, para a abertura do Projeto 1053 – Integralização de Capital na Ambiental Paraná Florestas S/A, com a finalidade de destinar recursos para as atividades da Instituição.

Convém preliminarmente salientar que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que após sua análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável.

No que tange a vistoria desta Comissão Permanente de Finanças, podemos observar que a matéria em questão atende aos preceitos constantes da Lei Orçamentária Federal nº 4320/64.

Constata-se ainda, que o Chefe do Poder Executivo destaca que os recursos são advindos de cancelamento de dotação da Administração Geral do Estado – Recursos sob supervisão da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral – SEPL, conforme podemos observar no Anexo V desta Lei. De igual modo, observa-se que não há desrespeito em relação ao preceituado na Lei Complementar Federal nº 101/00.

Isto posto, nada visualizamos que possa impedir a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
1ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças

D.L.  
Fls. 42

É o parecer.

Sala das Comissões, 07/12/11

DEPUTADO ADEMIR BIER  
PRESIDENTE

DEPUTADO WALDYR PUGLIESI  
RELATOR

*[Handwritten signatures and notes]*

*70014*



## PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 933/11

Autoria: - Poder Executivo

### I — RELATÓRIO

O Projeto de Lei acima epigrafoado foi encaminhado pelo chefe do Executivo Estadual, acompanhado da Mensagem n.º 95/2011, para este Legislativo, a fim de ser apreciado e votado pelos pares desta Casa, e tem como proposta *“autorizar a abertura de crédito especial no valor de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais), alterando o vigente orçamento da Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e Assuntos do Mercosul, aprovado pela Lei Estadual nº 16.739, de 29 de dezembro de 2010.”*

Os recursos de que trata este crédito especial no valor de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais), será para abertura do Projeto 1053 “Integralização de Capital na Ambiental Paraná Florestas S/A”, com a finalidade de destinar recursos para as atividades da Instituição.

Os recursos para cobertura dos créditos serão provenientes do cancelamento de dotação da Administração Geral do Estado – Recursos sob supervisão da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação-Geral - SEPL, conforme o anexo V, Cód. 1144 – Projeto de Inclusão Social e Desenvolvimento Rural Sustentável – PRODESUS - PROTERRITÓRIO/BIRD – AGE/SEPL, Natureza de Despesa 33903004 – material de consumo.

A autonomia do Poder e a sua função fiscalizadora devem ser sempre mantidas, para que o papel das Instituições tenha legitimidade na consolidação do processo democrático. Assim a definição de limites e/ou critérios aprovados pelos instrumentos legais é a garantia de que este Legislativo exerce com plenitude o seu papel constitucional.





É o parecer

## II — DA FUNDAMENTAÇÃO DO PARECER

A proposta ora em análise tramitou pelas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, sendo que seus relatores exararam parecer favorável pela constitucionalidade e legalidade, sendo aprovado por unanimidade naquelas comissões.

A autorização legislativa para a abertura de crédito especial ora proposta encontra-se embasada no inciso V, do artigo 135 da Constituição Estadual que diz:


*"Art. 135 São vedados:*

*V — a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes."*

## III — CONCLUSÃO

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar no projeto de lei em epigrafe, conforme preceitua o § 4º, do artigo 33 do Regimento Interno, nosso **parecer é favorável**.

Sala de Reunião das Comissões, 12 de dezembro de 2011.

  
DEP. NEREU MOURA  
PRESIDENTE

  
DEP. RELATOR

 : • 

**ANTEPROJETO DE LEI N.º 940/2011**

Súmula: Regulamenta o Acordo Direto de Precatórios e estabelece Políticas Fazendárias.

**CAPÍTULO I**  
**DOS ACORDOS DIRETOS**

**Art. 1.º** Nos termos do art. 97, § 8.º, III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, fica instituído o Acordo Direto de Precatórios, resultado da conciliação que tenha por objeto débitos do Estado do Paraná, inclusive da Administração Pública Indireta, que originaram precatórios requisitórios.

**Art. 2.º** Fica criada a Câmara de Conciliação de Precatórios (CCP), que funcionará no âmbito da Procuradoria-Geral do Estado, composta exclusivamente por Procuradores do Estado do Paraná.

§ 1.º A CCP é o órgão competente para propor o ato convocatório de conciliação e emitir parecer conclusivo.

§ 2.º Os pareceres conclusivos da CCP, emitidos após a análise dos requerimentos, serão apreciados pelo Procurador-Geral do Estado.

**Art. 3.º** Participará da conciliação o credor, por meio de advogado, devidamente munido de procuração, contendo os poderes da cláusula *ad judicia*, com firma reconhecida, e ainda os poderes específicos para transigir e dar quitação, mencionando o processo e o precatório objeto da conciliação.

§ 1.º Os créditos de litisconsortes, de substituídos processuais, de honorários sucumbenciais e contratuais são considerados autônomos para efeitos de conciliação, desde que, com relação aos últimos, tenha sido juntado aos autos o contrato antes da expedição do precatório, nos termos do art. 22, § 4.º da Lei n.º 8.906/94.

§ 2.º Poderá o credor renunciar a parte do crédito para participar de conciliação, quando o ato de convocação estabelecer limite de valor de pagamento.

§ 3.º É defeso ao credor do principal transacionar sobre créditos relativos aos honorários sucumbenciais e contratuais reservados no processo, a menos que esteja munido de procuração com firma reconhecida e poderes específicos para a conciliação.

**Art. 4.º** O cessionário, se o auto convocatório autorizar, o inventariante, o herdeiro e o cônjuge supérstite do credor original do precatório poderão participar da conciliação.

## GABINETE DO GOVERNADOR



§ 1.º Os interessados relacionados no *caput* deverão atender aos requisitos previstos nesta Lei e no ato de convocação para habilitação e comprovação de titularidade do crédito.

§ 2.º Não tendo havido partilha do crédito, os sucessores do *de cujus* serão admitidos à conciliação, mediante apresentação de autorização específica do juízo do inventário, que ateste a liquidez, certeza e titularidade do crédito.

§ 3.º Tendo havido partilha do crédito, o cessionário, cada herdeiro e o cônjuge supérstite podem conciliar os seus quinhões individualmente, mediante apresentação do formal de partilha.

**Art. 5.º** O credor somente pode transacionar sobre o crédito que detenha, apurado após a exclusão de créditos de terceiros incluídos no precatório requisitório, ressalvada a possibilidade de renúncia, nos termos do art. 3.º, § 2.º desta Lei.

§ 1.º Os créditos decorrentes de cessão ou partilha, conforme art. 4.º, §§ 1.º e 3.º desta Lei devem representar percentual do crédito total do credor originário, observando-se as exclusões mencionadas no *caput* deste artigo, devendo ser comprovada, de maneira individualizada, a cadeia dominial de sucessão do crédito, desde o credor original até o último cedente, nos termos desta Lei.

§ 2.º Para estabelecimento da cadeia sucessória do crédito, os instrumentos públicos de cessão devem ser apresentados nos autos judiciais que originaram a requisição de pagamento e nos autos de precatório requisitório, levando-se em conta para estabelecimento da preferência entre cessionários credores, sucessivamente, a data de celebração da cessão e a data da comunicação do juízo de execução.

**Art. 6.º** A rodada de conciliação será veiculada através de Decreto do Poder Executivo.

**Art. 7.º** O ato convocatório poderá:

I – ser revogado e substituído por outro, a qualquer tempo, ou perderá vigor depois de escoado o prazo de vigência ou quando se esgotarem os recursos destinados àquela conciliação;

II – estabelecer parâmetros diferenciados de conciliação, de acordo com a natureza e o valor do crédito, a natureza da demanda que originou o crédito, ano de inscrição do precatório no orçamento estadual, dentre outros, podendo combiná-los entre si;

III – delimitar o universo de créditos a serem objeto de uma rodada de conciliação.

**Parágrafo único.** A delimitação de que trata o inciso III do *caput* somente se fará por meio de utilização de parâmetros gerais e abstratos, tais como a natureza do crédito, seu valor, a natureza da demanda que o originou, ou parâmetro que objetive concretizar políticas de administração fazendária.

## GABINETE DO GOVERNADOR



**Art. 8.º** As concessões a serem feitas pelos credores serão especificadas no ato convocatório, nos termos do art. 7.º desta Lei, que poderá se valer, dentre outras, das seguintes condições:

- I – pagamento com deságio em percentual fixo;
- II – pagamento de acordo com oferta de deságio maior;
- III – modificação nos critérios de readequação do valor nominal da dívida.

**Parágrafo único.** Na modalidade prevista no inciso II do *caput*, haverá pré-fixação de deságio mínimo.

**Art. 9.º** Para a celebração do Acordo Direto previsto nesta Lei, os créditos alimentares não gozam de preferência, salvo se o ato convocatório utilizar esse critério para fins de distinção, conforme art. 7.º, II desta Lei ou de filtragem, nos termos do art. 7.º, III desta Lei.

**Parágrafo único.** Se o crédito alimentar gozar da preferência especial concedida pelo art. 100, § 2.º, da Constituição Federal, ele será excluído da conciliação até que seja pago o valor limite de que trata o mesmo dispositivo, e seu saldo poderá ser objeto de acordo.

**Art. 10.** Aquele que detiver crédito que se enquadre nos parâmetros estabelecidos pelo ato convocatório deverá apresentar requerimento de conciliação perante a CCP, acompanhado dos documentos exigidos por esta Lei e pelo ato convocatório.

§ 1.º A apresentação dos documentos não dispensa a análise dos autos judiciais e do precatório requisitório para verificação do preenchimento das condições legais e regulamentares para a conciliação, em especial a certeza, liquidez e titularidade do crédito.

§ 2.º Para os fins desta Lei, compete à Procuradoria-Geral do Estado a apuração dos valores e percentuais dos créditos do precatório e das respectivas cessões.

**Art. 11.** Preenchidos todos os requisitos intrínsecos e formais, a CCP apresentará parecer conclusivo sobre o requerimento e encaminhará ao Procurador-Geral do Estado e ao Secretário de Estado da Fazenda, para apreciação, e após a celebração do termo de acordo de pagamento, será encaminhado ao Tribunal competente, que homologará o acordo e realizará os pagamentos devidos.

§ 1.º O pagamento será feito com os recursos financeiros destinados especificamente à conciliação, integrantes do repasse constitucional previsto no art. 97, § 6.º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

§ 2.º Quando do levantamento do montante, devem ser observadas as regras referentes às retenções e recolhimentos previdenciários e tributários cabíveis, inclusive o montante devido a título de custas judiciais.

§ 3.º A celebração do acordo para pagamento implicará quitação integral do percentual e do débito conciliado e renúncia a qualquer discussão acerca dos critérios de cálculo do percentual apurado e do valor devido.

**Art. 12.** Não podem ser objeto de conciliação os créditos que estejam de alguma forma controvertidos quanto à sua certeza, liquidez, exigibilidade e titularidade, em razão de impugnação administrativa ou judicial, inclusive por objeção ou exceção de pré-executividade e ação autônoma anulatória, até o respectivo trânsito em julgado.

**Parágrafo único.** Não podem ser conciliados créditos sobre os quais incida constrição judicial de que qualquer espécie ou que foram dados em garantia de obrigação de qualquer natureza.

## **CAPÍTULO II**

### **DA PRIMEIRA RODADA DE NEGOCIAÇÕES**

**Art. 13.** A primeira rodada de conciliação, especificamente, atenderá objetivos de política de administração fazendária e de responsabilidade fiscal, e:

I – admitirá a habilitação de credores originários de precatórios requisitórios não pagos e inscritos até o orçamento do ano de 2010, que possuam débitos de ICMS com a Fazenda Pública Estadual e que tenham celebrado o termo de acordo de parcelamento previsto no art. 19 desta Lei;

II – admitirá a habilitação de cessionários de créditos de precatórios requisitórios não pagos e inscritos até o orçamento do ano de 2010, cuja cessão de direitos tenha sido celebrada até 9 de dezembro de 2009, data de promulgação da Emenda Constitucional n.º 62/2009, e que tenham celebrado o termo de acordo de parcelamento previsto no art. 19 desta Lei;

III – terá como limite global de recursos o montante necessário para atender ao pagamento de todos os acordos diretos deferidos na presente rodada;

IV – terá como limite máximo individual de pagamento o montante líquido suficiente para a quitação da parcela postergada prevista no art. 19, após as retenções previdenciárias e tributárias cabíveis.

**Art. 14.** Para ingressar na primeira rodada de conciliação, os interessados deverão apresentar requerimento com proposta de deságio máximo de 30% (trinta por cento) do montante do crédito oferecido, consideradas as exclusões previstas no *caput* do art. 5.º desta Lei.



**Parágrafo único.** Os requerimentos serão analisados, sucessivamente, conforme a ordem cronológica de protocolo e respeitarão o limite de recursos disponíveis para conciliação.

**Art. 15.** Para habilitação na primeira rodada de conciliação, especificamente, o interessado, nos termos dos arts. 3.º e 4.º desta Lei, deverá apresentar requerimento à Procuradoria-Geral do Estado do Paraná acompanhado:

I – de certidão original do registro de empresário individual ou do contrato social consolidado, em que esteja especificado quem é o representante legal da empresa;

II – de cópia autenticada do documento oficial de identidade do representante legal da empresa e do instrumento procuratório respectivo, com firma reconhecida, e cópia autenticada do documento oficial de identidade do outorgado;

III – de requerimento de cópia integral e autenticada do precatório requisitório, a ser efetivada junto ao Tribunal de Justiça, que as encaminhará diretamente à Procuradoria-Geral do Estado, mediante o pagamento dos serviços de fotocópia e autenticação;

IV – certidão original expedida pelo cartório competente, da cessão do crédito, se o interessado for sucessor do credor original, demonstrando a cadeia dominial sucessória, do credor primário até o último cedente, de maneira individualizada, atestando a certeza, liquidez, exigibilidade e titularidade do crédito, na cadeia sucessória respectiva;

V – de cópia do termo de acordo de parcelamento firmado nos termos do art. 19 desta Lei;

VI – de cópia do formal de partilha e da sentença homologatória respectiva, ou da autorização judicial específica, se o crédito apresentado se enquadrar nas hipóteses do art. 4.º, §§ 2.º e 3.º, desta Lei;

VII – declaração firmada pelo interessado atestando que o crédito de precatório objeto da conciliação não é controvertido, nos termos do art. 12, *caput*, e não pese sobre ele constrição judicial ou ônus, conforme previsto no parágrafo único do art. 12 deste diploma legal, exceto nos casos de garantia em execução fiscal do Estado do Paraná, nos termos do artigo 20, §5.º desta Lei.

§ 1.º Os requerimentos deverão ser protocolizados no prazo de até 90 (noventa) dias contados do encerramento do prazo previsto no art. 20 desta Lei.

§ 2.º A CCP atualizará o valor total do precatório requisitório e apurará, com base na documentação constante do requerimento, dos autos judiciais e dos autos de precatório, o percentual e o valor líquido do crédito oferecido pelo interessado, nos termos dos arts. 5.º e 10, §§ 1.º e 2.º, desta Lei.



§ 3.º Caso a CCP verifique o não atendimento dos requisitos legais, intimará o signatário para, no prazo de 15 (quinze) dias, saná-las, sob pena de indeferimento do requerimento de conciliação.

§ 4.º Verificada a regularidade do requerimento, apurado o percentual e o valor do crédito oferecido nos termos dos art. 5.º, §§ 1.º e 2.º, e art. 10, § 2.º, desta Lei, o interessado será intimado para, em 5 (cinco) dias, comparecer à sede da Procuradoria-Geral do Estado do Paraná e firmar termo de acordo de pagamento com o Procurador-Geral do Estado.

§ 5.º O termo de acordo de pagamento conterá os dados do precatório requisitório e seu valor total atualizado, os dados das partes acordantes, a descrição da cadeia dominial sucessória, o percentual e o valor objeto de conciliação, e implica aceitação pelo interessado dos valores e percentuais apurados pela PGE e quitação integral do valor devido pelo Estado do Paraná, nos termos do art. 11, § 3.º desta Lei.

§ 6.º Após parecer conclusivo da CCP, o termo de acordo será firmado pelo Procurador-Geral do Estado, e em seguida, encaminhado ao Tribunal competente para homologação judicial, efetivo pagamento e demais anotações no precatório.

§ 7.º No termo de acordo de pagamento constará cláusula expressa de autorização para que a Procuradoria-Geral do Estado, após as retenções legais, levante o valor depositado nos termos do art. 11 e proceda ao seu recolhimento, por GR-PR, para quitação da parcela postergada.

**Art. 16.** As condições do art. 13, os documentos e procedimento do art. 15, bem como o modelo de requerimento do Anexo I, servem como edital de convocação para a primeira rodada de conciliação, nos termos desta Lei.

**Parágrafo único.** As condições, os documentos e o procedimento previstos no *caput* vinculam-se exclusivamente à primeira rodada de conciliação, podendo ser alterados, por ato do Chefe do Poder Executivo, nos termos desta Lei e da legislação correlatas, para as próximas rodadas de conciliação.

### **CAPÍTULO III** **DO PARCELAMENTO DOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS**

**Art. 17.** Os créditos tributários relacionados ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, suas multas e demais acréscimos legais, cujos fatos geradores tenham ocorrido até 30 de setembro de 2011, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, inclusive ~~ajuzados~~ <sup>ajustados</sup>, poderão ser pagos em até 120 (cento e vinte) parcelas mensais consecutivas, observadas as condições desta Lei.

§ 1.º O débito será consolidado na data do pedido do parcelamento, com todos os acréscimos legais vencidos previstos na legislação vigente na data dos respectivos fatos geradores da obrigação tributária.

§ 2.º Poderão ser incluídos na consolidação os valores espontaneamente denunciados pelo contribuinte ao fisco, decorrentes de infrações relacionadas a fatos geradores ocorridos até 30 de setembro de 2011.

§ 3.º O pedido de parcelamento importa confissão irrevogável e irretratável dos débitos fiscais e expressa renúncia a qualquer defesa, recurso administrativo ou ação judicial, bem como desistência dos já interpostos, relativamente aos débitos fiscais incluídos no pedido por opção do contribuinte.

**Art.18.** Para os créditos tributários relacionados ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, suas multas e demais acréscimos legais, cujos fatos geradores tenham ocorrido até 30 de novembro de 2009, a consolidação poderá ocorrer separadamente dos demais, a critério do contribuinte, alocando até 50% (cinquenta por cento) do valor total para a última parcela, devendo ser o restante dividido em até 119 (cento e dezenove) parcelas, respeitando-se o valor mínimo disposto no artigo 22.

**Parágrafo único.** A postergação prevista neste artigo será mantida independentemente do resultado do acordo direto previsto nos artigos 13 e 14 desta Lei.

**Art. 19.** Para fazer jus aos parcelamentos previstos nos arts. 18 e 19 desta Lei, o contribuinte deverá estar em dia com o recolhimento das Guias de Informação e Apuração do ICMS – GIA's, posteriores a 30 de setembro de 2011.

**Art. 20.** O pedido de parcelamento deverá ser formalizado até 60 (sessenta) dias da vigência desta Lei, mediante requerimento a ser protocolado na Agência da Receita Estadual – ARE do domicílio tributário do interessado, indicando todos os débitos que pretende parcelar.

§ 1.º A falta de pagamento da primeira parcela ou o inadimplemento de três parcelas consecutivas ou não, implica rescisão imediata do parcelamento.

§ 2.º A falta de recolhimento do ICMS declarado através do GIA/ICMS mensal, no período de vigência do parcelamento, implica rescisão imediata deste.

§ 3.º A rescisão do parcelamento importará a exigência do saldo do crédito tributário, incluindo juros e multas, com inscrição em dívida ativa para cobrança judicial.

§ 4.º Para as dívidas ajuizadas, o pedido deverá ser instruído com comprovante de pagamento de custas processuais e dos honorários advocatícios ou da primeira parcela do acordo de parcelamento de honorários, estes limitados ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor total do débito tributário cobrado mediante execução fiscal, bem como apresentação de termo de penhora formalizado em juízo.

§ 5.º Para fins de garantia do crédito tributário ajuizado, somente será aceito crédito oriundo de precatório, nos casos de termo de penhora formalizado até 30 de novembro de 2009, desde que não haja decisão judicial em sentido contrário.

**Art. 21.** O crédito parcelado e os honorários estarão sujeitos:

I – a partir da segunda parcela, até a data do vencimento, a juros vincendos correspondentes ao somatório da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, aplicada sobre os valores do imposto e multa constantes da parcela até a data do efetivo pagamento;

II – a juros de 1% (um por cento) ao mês ou fração, sobre o valor da parcela paga em atraso, sem prejuízo do disposto na alínea anterior.

**Art. 22.** O valor de cada parcela não será inferior a R\$ 1.000,00 (um mil reais), devendo o pagamento da primeira parcela ser efetuado até o último dia útil do mês da adesão ao parcelamento e o das demais parcelas até o último dia útil dos meses subsequentes.

**Art. 23.** O contribuinte que antecipar a quitação integral do parcelamento do crédito tributário, exclusivamente em dinheiro, obterá os seguintes benefícios sobre o saldo residual:

I – redução de 100% sobre a multa e 45% dos juros sobre imposto e multa, para quitação integral até 31 de dezembro de 2012;

II – redução de 70% sobre a multa e 30% dos juros sobre imposto e multa, para quitação integral até 31 de dezembro de 2013;

III – redução de 50% sobre a multa e 20% dos juros sobre imposto e multa, para quitação integral até 31 de dezembro de 2014.

**Parágrafo único.** Este artigo não se aplica aos créditos tributários originários de autos de infração em que sejam exigidas as penalidades previstas nos incisos VII, VIII, IX, X, XI, XII, na alínea "a" do inciso XIII, na alínea "g" do inciso XV e nas alíneas "b" e "c" do inciso XVII, todos do § 1.º do art. 55 da Lei n.º 11.580/1996, e as penalidades correlatas previstas nas leis orgânicas anteriores do ICMS.

**Art. 24.** Os parcelamentos que estejam em curso poderão ser rescindidos, a pedido do contribuinte, para que ocorra novo parcelamento nos termos desta legislação, com a perda dos benefícios antes concedidos, relativamente aos valores pendentes de recolhimento.

**Art. 25.** O contribuinte somente estará em situação regular, relativamente aos débitos parcelados, após o pagamento da primeira parcela, sob a condição resolutória de pagamento integral das demais parcelas, nos prazos fixados.

**Art. 26.** Os créditos tributários objeto do parcelamento previsto nesta Lei terão sua exigibilidade suspensa, nos termos do art. 151, VI do Código Tributário Nacional.

**Art. 27.** Ficam remetidos os créditos tributários relativos ao ICMS, cujo montante atualizado até 31 de dezembro de 2010 seja igual ou inferior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

§ 1.º A autorização prevista neste artigo alcança o crédito tributário inscrito em dívida ativa, ajuizada ou não, e o lançamento de ofício, efetuados até 31 de dezembro de 2010.

§ 2.º Para fins de apuração do montante de que trata o *caput* deve ser observada a soma de créditos tributários, por inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS – CAD/ICMS.

§ 3.º Os procedimentos necessários para o cancelamento dos créditos tributários serão estabelecidos por ato do Poder Executivo.

§ 4.º O disposto neste artigo não autoriza a restituição ou compensação de valores eventualmente recolhidos.

**Art. 28.** A Lei Estadual n.º 15.354, de 22 de dezembro de 2006, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1.º Não estão sujeitos ao processo de execução fiscal os créditos tributários e não tributários, inscritos em dívida ativa, cujo valores atualizados sejam iguais ou inferiores a:

I – 80 UPF/PR (Unidade de Padrão Fiscal do Estado do Paraná) na hipótese de créditos de natureza tributária, relativos ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS;

II – 30 UPF/PR (Unidade de Padrão Fiscal do Estado do Paraná) na hipótese de quaisquer outros créditos;”

“Art. 1.º A Salvo os créditos relativos ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, não estão sujeitos à inscrição em dívida ativa pela Secretaria de Estado da Fazenda, aqueles cujos valores atualizados sejam iguais ou inferiores a 10 UPF/PR;”

“Art. 5.º Fica autorizada a Secretaria de Estado da Fazenda a reemitir automaticamente dívidas ativas cujo saldo restante seja igual ou inferior a 0,2 UPF/PR.”

## GABINETE DO GOVERNADOR



**Art. 29.** A Lei Estadual n.º 11.580, de 14 de novembro de 1996, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 3.º Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênios concessivos de benefícios fiscais na forma prevista em lei complementar a que se refere o art. 155, inciso XII, alínea "g" da Constituição Federal.

§ 1.º Ao regulamentar a matéria tributária, o Poder Executivo arrolará as hipóteses de imunidade e benefícios fiscais, observadas as disposições previstas:

I – em tratados e convenções internacionais;

II – em convênios celebrados ou ratificados na forma da lei complementar a que se refere o art. 155, inciso XII, "g" da Constituição Federal.

§ 2.º A instituição de Programas de Recuperação Fiscal no Estado do Paraná dependerá de lei específica para a sua implementação."

\*Art.41 (...)

§ 2.º Tratando-se de crédito tributário ajuizado, o parcelamento será autorizado desde que haja bens em garantia ou fiança suficiente para liquidação do débito, ficando dispensada a garantia quando o valor do crédito tributário for inferior a 800 (oitocentas) UPF/PR (Unidade de Padrão Fiscal do Estado do Paraná), e for parcelado em 12 (doze) parcelas."

**Art. 30.** Fica revogada a Lei n.º 14.470/2004.

**Art. 31.** O Poder Executivo regulamentará a presente Lei por meio de decreto.

**Art. 32.** Esta Lei entrará em vigor em 90 (noventa) dias de sua publicação.

Curitiba, 18 de novembro de 2011, 190.º da Independência e 123.º da República.

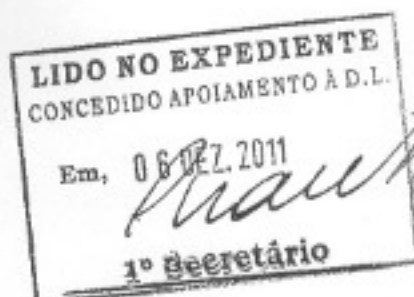
Assinatura manuscrita de Carlos Albert Q. Richa.

**CARLOS ALBERTQ RICHQ**  
Governador do Estado



**GABINETE DO GOVERNADOR**

Palácio das Araucárias – Curitiba, 18 de novembro de 2011  
OF CEE/G 196/11



I – À DAP para leitura no expediente  
II – À DL para providências  
Em, 05/12/2011  
Presidente

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para providências,  
a Mensagem n.º 92/2011, relativa ao Anteprojeto de Lei que  
objetiva regulamentar o Acordo Direto de Precatórios e o  
estabelecimento de Políticas Fazendárias.

Atenciosamente,



CARLOS ALBERTO RICHA  
Governador do Estado

Anexo

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
CURITIBA – PR

CEE(SRGVF)/GUI

Palácio das Araucárias - Centro Cívico - Rua Jacé Loureiro de Campos  
80530-915 - Curitiba - Paraná - Brasil  
Fone: 41 3350 2800 Fax: 41 3254 7345

14:04 06/12/2011 010039 DP ASSINATURA LUIZ CARLOS RICHA



## GABINETE DO GOVERNADOR



MENSAGEM N.º 92/2011

Curitiba, 18 de novembro de 2011

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei, objetivando regulamentar o Acordo Direto de Precatórios e o estabelecimento de Políticas Fazendárias.

Atualmente, o ajuizamento de execução fiscal é obrigatório sempre que as dívidas ativas forem maiores que 30 UPF/PR (Unidade de Padrão Fiscal do Estado do Paraná) para ICMS, e 5 UPF/PR para os demais tipos de créditos, de acordo com a Lei n.º 15.354/2006.

Tais valores hoje encontram-se defasados, implicando ajuizamento de execuções fiscais de R\$ 1.921,80 para créditos de ICMS e R\$ 320,00 para créditos diversos.

Estudo recente do Conselho Nacional de Justiça aponta que o custo de um único processo de execução fiscal é de R\$ 4.300,00, em média, e que seu trâmite possui tempo médio de 8 anos.

Na Justiça Estadual, o custo é ainda maior. Sabendo-se que as custas processuais integram este cálculo, pode-se comparar tais valores na esfera federal e estadual. A título de exemplo, uma execução fiscal de R\$ 5.000,00 na Justiça Federal, com um ato de citação, penhora e intimação, tem custas iniciais no valor de R\$ 25,00. No cível, o mesmo processo custaria R\$ 422,50 (R\$ 294,10 de custas iniciais, mais R\$ 20,00 de taxa judiciária, mais R\$ 9,40 de autuação, e R\$ 99,00 de penhora e intimação).

Assim, processos de execução fiscal para cobrança de créditos inferiores a R\$ 5.000,00 possuem custo-benefício à sociedade próximo ou menor que zero, quando efetivamente recebidos.

Ademais, o baixo valor hoje estabelecido para ingressar com execuções fiscais tem levado a um excessivo número de processos judiciais de pouca relevância para a arrecadação da dívida ativa em estoque.

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
CURITIBA – PR

Protocolo n.º 11.258.343-2 (hph/vcl)

Palácio das Araucárias – Centro Cívico – Rua Jacy Loureiro de Campos  
80530-915 – Curitiba – Paraná – Brasil  
Fone: 41 3350-2485 Fax: 41 3350-2476

Atualmente, existem cerca de sessenta e cinco mil processos de execução fiscal em andamento cujo valor de cobrança é inferior a R\$ 5.000,00. Isso corresponde a quase 50% do total de execuções fiscais do Estado, cujo montante somado é pouco superior a 1% do estoque da dívida e cujo custo de cobrança é igual ou maior que o crédito que se pretende cobrar.

Esses processos geraram, nos últimos 12 meses, aproximadamente 30.000 peças processuais, representando mais de ¼ do trabalho desenvolvido com as execuções fiscais no período.

A grande quantidade de processos pouco relevantes contribui decisivamente para a morosidade na tramitação de todos os processos da justiça estadual, posto que concorre em termos de recursos com processos milionários e com os demais processos de particulares.

Por tal razão, apresentamos a proposta para que o valor mínimo de ajuizamento seja aumentado para 80 UPF/PR para dívidas de ICMS, e 30 UPF/PR para dívidas diversas, cujos valores para 2011 correspondem a R\$ 5.124,80 e R\$ 1.921,80, respectivamente.

Ressalta-se que a proposta não implica renúncia fiscal do Estado, mas sim evitar o meio judicial para a cobrança de créditos, buscando recebê-los de forma administrativa.

Saliente-se que continua possível ajuizar os créditos, se no prazo de cinco anos seus débitos acumulados superam o limite previsto na legislação.

Ainda, outra proposta apresentada visa diminuir a quantidade de inscrições em dívida ativa de créditos pouco representativos para o Estado. São dívidas que não serão ajuizadas, pois muito inferiores ao limite mínimo proposto. A inscrição traria apenas geração de despesas de inscrição e manutenção de dívida ativa sem retorno financeiro ao Estado.

Propõe-se que, mantendo-se o lançamento tributário ou o ato administrativo que a gerou, seja autorizado não inscrevê-la em dívida ativa, podendo ser cobrada administrativamente até o momento de sua prescrição quinquenal. Também não se verifica impacto orçamentário, tratando-se meramente de usar meios adequados à importância do crédito que se pretende receber.

Por fim, a proposta repassa ao Governador, por meio de Decreto, a análise futura de valores mínimos de ajuizamento, posto que se trata de questão de aprimoramento da máquina pública sem impacto orçamentário, podendo-se conferir maior dinamismo no ajuste a maior ou a menor.

## GABINETE DO GOVERNADOR



Com relação à remissão dos créditos tributários de ICMS iguais ou inferiores a R\$ 10.000,00, esta alcançará os débitos inscritos em dívida ativa, ajuizada ou não, e os lançamentos de ofício, efetuados até 31 de dezembro de 2010, observada a soma de créditos tributários, por inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS – CAD/ICMS.

A proposta se justifica diante dos custos da cobrança administrativa e judicial que, tal como nos casos de não ajuizamento de valores iguais ou inferiores a 80 UPF para créditos de ICMS, são maiores que os eventuais benefícios que essa cobrança poderia trazer.

Com a remissão proposta, estima-se que cerca de 35.000 (trinta e cinco mil) débitos inscritos serão cancelados – perfazendo o montante de aproximadamente R\$ 44.000.000,00 (quarenta e quatro milhões de reais) –, com a respectiva extinção das execuções correlatas, o que corresponde a 0,30% (trinta centésimos por cento) do estoque da dívida, de forma a concentrar o esforço para a cobrança de valores de maior expressão e com efetiva possibilidade de recuperação do crédito tributário, além de desafogar o Poder Judiciário, já que aproximadamente 30% (trinta por cento) das execuções fiscais em andamento no Estado serão arquivadas.

Salienta-se que os cerca de 35.000 (trinta e cinco mil) débitos de ICMS inscritos em dívida ativa referem-se a 10.471 inscrições no Cadastro de Contribuintes de ICMS, ou seja, em média, cada contribuinte seria devedor de 3,3 débitos inscritos em dívida ativa, podendo ensejar o mesmo número de execuções fiscais. Se levamos em consideração que, segundo o CNJ, o valor despendido para ajuizamento de cada execução fiscal equivaleria a R\$ 4.300,00, estaríamos gastando R\$ 14.190,00 para a cobrança de valores tributários iguais ou inferiores a R\$ 10.000,00.

Ademais, grande parte do valor que será remitido decorre de débitos de ICMS de empresas inativas (R\$ 37.348.239,63), débitos estes de difícil recuperação e que consomem grande parte dos recursos do Poder Judiciário e da Procuradoria-Geral do Estado.

Por fim, ressalta-se que a proposta de remissão vem ao encontro das recomendações do Conselho Nacional de Justiça, que tem solicitado ao Poder Judiciário e às Procuradorias a implementação de medidas que propiciem agilidade e eficiência na tramitação dos processos de execução fiscal.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

A assinatura manuscrita de Carlos Alberto Richa, em tinta preta, sobre uma linha decorativa curva.  
**CARLOS ALBERTO RICHA**  
Governador do Estado



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 940/11**

**Projeto de Lei nº. 940/11**

**Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 092/11**

**Súmula:** Regulamenta o acordo direto de precatórios e estabelece políticas fazendárias.

**EMENTA:** REGULAMENTA O ACORDO DIRETO DE PRECATÓRIOS E ESTABELECE POLÍTICAS FAZENDÁRIAS NO ÂMBITO DO ESTADO DO PARANÁ. POSSIBILIDADE. REGIMENTO INTERNO ART. 124. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 13; 65 e 66 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. DECRETO ESTADUAL 2.838/97. LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. LEGAL. CONSTITUCIONAL. PARECER FAVORÁVEL.

**PREÂMBULO**

O projeto de lei de autoria do Poder Executivo tem por escopo regulamentar o acordo direto de precatórios e estabelece políticas fazendárias no âmbito do Estado do Paraná.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a

+ cópia PL  
Tadeu  
J

Regimento Interno da
Senhor Deputado
Tadeu Venen
em, 07, 12, 2011
ccj



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:**

**§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:**

**I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.**

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

**Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.**

**Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.**

Em consonância com o Regimento Interno desta Casa, a Constituição Estadual, em seu art. 65, estabelece que:

**Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral**



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Deste modo, resta-se evidenciada a capacidade de iniciativa do Governador para realizar a propositura do referido projeto de lei.

Já, com relação à competência, é importante destacar que a Constituição do Estado do Paraná determina como competência concorrente entre o Estado e a União legislar sobre direito tributário, conforme segue:

**Art. 13. Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre:**

**I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;** (Grifos Nossos)

Ademais, quanto ao tema em análise cumpre ressaltar que é de competência da Secretaria de Estado da Fazenda do Estado do Paraná (SEFA), vide Decreto nº 2.838 de 15 de janeiro de 1997 que aprova o regulamento desta secretaria e assim preceitua:

**Art. 1º - A Secretaria de Estado da Fazenda - SEFA constitui, nos termos da Lei nº 8.485, de 03 de junho de 1987, órgão de primeiro nível hierárquico da administração estadual, de natureza instrumental, para o planejamento, a coordenação, a fiscalização, o controle, a execução e a orientação normativa dos sistemas estaduais orçamentário, financeiros e de tributação.**





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

Art. 2º - A Secretaria de Estado da Fazenda e as entidades da administração indireta a ela vinculadas têm como finalidade elaborar, acompanhar e executar o orçamento do Estado, obter e fornecer ao Poder Público os recursos financeiros necessários à consecução de seus objetivos, gerir os valores do Estado, propiciar a administração pública as informações do setor imprescindíveis à sua boa gestão e desenvolver as medidas tendentes a fortalecer e a ampliar os setores da economia.

Parágrafo único - Para atingir as finalidades constantes do artigo, a Secretaria de Estado da Fazenda deverá alcançar os seguintes objetivos:

(...)

III - o aperfeiçoamento da legislação tributária estadual;

IV - a formulação da política tributária, como instrumento de ação do Governo;

(...)

Art. 8º - Ao Secretário de Estado da Fazenda compete:

(...)

XIV - expedir instruções referentes à matéria tributária;

[gritos nossos]

Desse modo, nota-se que a respectiva Secretaria possui prerrogativas para realizar o planejamento, a coordenação, a fiscalização, o controle, a execução e a orientação normativa dos sistemas estaduais orçamentário, financeiros e de tributação; bem como, expedir instruções referentes à matéria tributária.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

Ocorre que, por se tratar de competência da SEFA-PR, consequentemente, deve-se ressaltar a **competência privativa do Governador do Estado**; uma vez que a Constituição Estadual assim preceitua:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

(...)

IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da Administração Pública. (grifos nossos)

Para finalizar, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00 que determina que a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro, tendo em vista que abrange um valor de inadimplência irrelevante, e, portanto, amparada pelo art. 16 da Lei Complementar Federal n.º 101/00:

**Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:**

**I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes; •**

**II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.**



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

§ 1º Para os fins desta Lei Complementar, considera-se:

I - adequada com a lei orçamentária anual, a despesa objeto de dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício;

II - compatível com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias, a despesa que se conforme com as diretrizes, objetivos, prioridades e metas previstos nesses instrumentos e não infrinja qualquer de suas disposições.

§ 2º A estimativa de que trata o inciso I do caput será acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas.

§ 3º Ressalva-se do disposto neste artigo a despesa considerada irrelevante, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias. (grifos nossos)

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém o poder de iniciativa e a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.




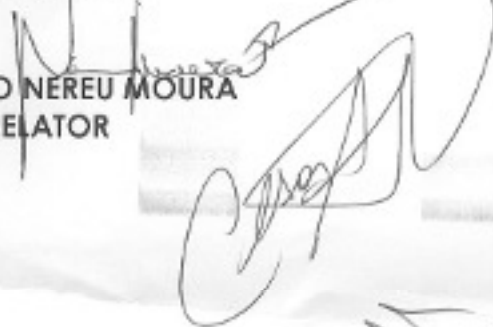
*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 07 de dezembro de 2011.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO NEREU MOURA**  
**RELATOR**




## REQUERIMIENTO

**APROVADO**

À Diretoria Legislativa.

Em. 12 FEB 2011

1º Secretário

Requer "*Regime de Urgência*" para a votação dos Projetos de Lei, oriundos de Mensagens Governamentais conforme especifica.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e conforme os artigos 181 e 184 do Regimento Interno desta Casa, **requer**, na condição de Presidente da Comissão de Obras Públicas, Transporte e Comunicação após ouvido o Douto Plenário, "*Regime de Urgência*" para a tramitação dos Projetos de Lei 823, 884, 885, 886, 907, 908, 914, 932, 933, 938, 939, 940, 941, 942, 944, 951, 952 e 953, todos do ano de 2011 e oriundos de Mensagens do Poder Executivo e em tramitação nesta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 12 de dezembro de 2011.

Deputado **Marcelo Rangel**

Presidente Com. Obras, Transporte e Comunicação

Anatomical &  
Entomological  
project for perspective

  
 Roberto Augusto  
 Diretor Legislativo





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
1ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 940/11**

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo artigo 33-B, do Regimento Interno, examinando a Proposição de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 92/11, que regulamenta o acordo direto de precatórios e estabelece políticas fazendárias.

A proposta foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que após sua análise constitucional e regimental exarou parecer favorável.

No que compete a vistoria desta Comissão Permanente de Finanças, podemos observar que a matéria em questão apresenta-se justificada.

Insta ressaltar, que a matéria proposta, está em consonância com os arts. 13, 65 e 66, da Carta Estadual, onde denota-se a competência privativa do Governador do Estado, para matérias dessa natureza.

De igual modo, constata-se que a proposta em tela está em consonância com o que preceitua o Decreto 2838 de 15 de janeiro de 1997 que aprova regulamento da Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná.

Observando ainda, que o Projeto em questão, não apresenta impedimento com relação a Lei Complementar Federal nº 101/00.

Assim sendo, não encontramos nada que possa impedir a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.






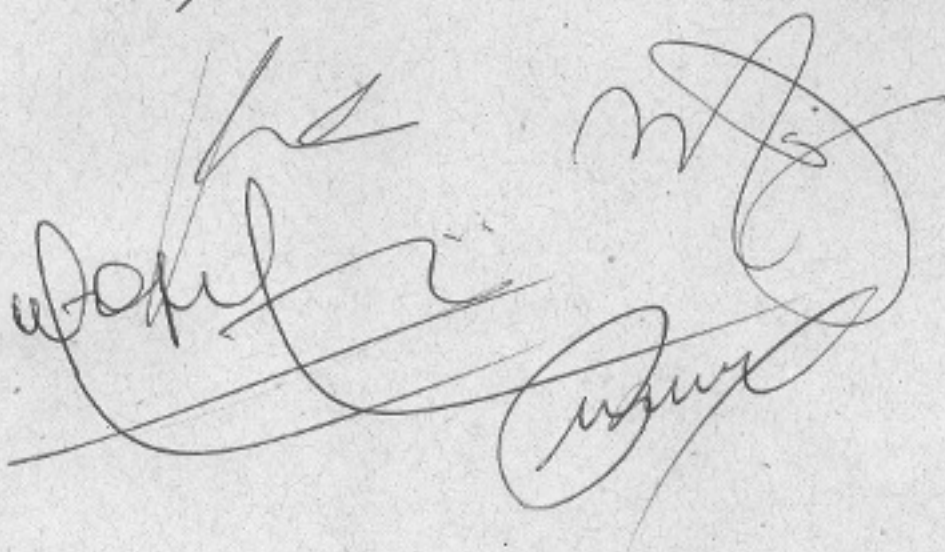
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
1ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças

Sala das Comissões,

13/12/11

  
DEPUTADO ADEMIR BIER  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO FRANCISCO BUHRER  
RELATOR



**ANTEPROJETO DE LEI N.º 942/2011**

Súmula: Institui o Serviço Auxiliar Voluntário na Polícia Militar do Paraná.

Art. 1.º Fica instituído na Polícia Militar do Estado do Paraná (PMPR), nos termos da Lei Federal n.º 10.029, de 20 de outubro de 2000, o Serviço Auxiliar Voluntário, obedecidas as condições previstas nesta lei.

Parágrafo único. O voluntário que ingressar no serviço de que trata esta lei será denominado Soldado PM Voluntário e estará sujeito, no que couber, às normas aplicáveis aos integrantes da PMPR.

Art. 2.º O Serviço Auxiliar Voluntário objetiva:

- I – proporcionar a ocupação, qualificação profissional e renda aos jovens que especifica, contribuindo para evitar o seu envolvimento em atividades antissociais;
- II – aumentar o contingente de militares estaduais nas atividades diretamente ligadas à segurança da população.

Art. 3.º O Serviço Auxiliar Voluntário, de natureza profissionalizante, tem por finalidade a execução de atividades-meio da Corporação, em especial as relacionadas às missões administrativas, de saúde e de defesa civil.

Parágrafo único. No exercício das atividades a que se refere o *caput* deste artigo, ficam vedados, sob qualquer hipótese, nas vias públicas, o uso de uniforme, o porte ou o emprego de arma de fogo, bem como o exercício do poder de polícia.

Art. 4.º A seleção para o Serviço Auxiliar Voluntário deverá ser precedida de autorização expressa do Chefe do Poder Executivo, mediante proposta fundamentada do Comandante-Geral da PMPR, observado o limite de 1 (um) Soldado PM Voluntário para cada 5 (cinco) integrantes do efetivo total fixado em lei para a PMPR.

Art. 5.º O ingresso no Serviço Auxiliar Voluntário dar-se-á mediante aprovação em processo seletivo próprio, atendidos aos seguintes requisitos:

- I – se homem, ser maior de 18 (dezoito) anos e menor de 23 (vinte e três) anos, tendo excedido às necessidades de incorporação das Forças Armadas;
- II – se mulher, estar na mesma faixa etária a que se refere o inciso anterior;

## GABINETE DO GOVERNADOR



- III – estar em dia com as obrigações eleitorais;
- IV – ter concluído o ensino fundamental;
- V – apresentar aptidão intelectual e habilidade específica ou técnica;
- VI – ter sanidade física, comprovada em inspeção de saúde;
- VII – apresentar adequação psicológica para o desempenho das atribuições institucionais, avaliada em exame psicológico;
- VIII – possuir capacidade física, demonstrada por intermédio de exames próprios;
- IX – não possuir antecedentes de caráter policial ou criminal que, em razão da natureza e do grau de responsabilidade das atribuições institucionais, sejam incompatíveis com o exercício delas, não estar sendo processado criminalmente ou haver cumprido pena privativa de liberdade ou restritiva de direitos pela prática de crime comum ou militar;
- X – apresentar conduta social irrepreensível e idoneidade moral inatacável, compatível com as atribuições e grau de responsabilidade das funções a serem desempenhadas, cuja verificação dar-se-á mediante pesquisa social;
- XI – estar classificado dentro do número de vagas oferecidas no edital do processo seletivo próprio;
- XII – não ter sido desligado ou excluído da Corporação, das Forças Armadas, de Forças Auxiliares ou de Instituição Policial, por motivo disciplinar ou, como servidor público, não haver sido demitido, inclusive por ato de improbidade administrativa, nem tampouco condenado em processo administrativo disciplinar por fato incompatível com o exercício das funções institucionais.

§1.º As condições pormenorizadas relativas aos incisos V, VI, VII, VIII, X e XI serão definidas em ato do Comandante-Geral.

§2.º Os requisitos estabelecidos no inciso IX serão comprovados no ato da efetivação do termo de voluntariado, mediante apresentação de certidões dos últimos 5 anos, conforme estipulado em edital, sendo de inteira responsabilidade do candidato.

Art. 6.º A prestação voluntária dos serviços terá duração de um ano, prorrogável por, no máximo, igual período, a critério do Poder Executivo, ouvido o Comandante-Geral da Polícia Militar.

## GABINETE DO GOVERNADOR



§1.º A prorrogação prevista no *caput* deste artigo dar-se-á mediante pedido protocolado do Soldado PM Voluntário com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias da data de encerramento do período de prestação dos serviços.

§ 2.º Findo o prazo previsto no *caput* deste artigo, inexistindo manifestação expressa do Soldado PM Voluntário ou não havendo interesse da PMPR ou ainda, não sendo mais possível a prorrogação, considerar-se-á concluído o serviço de voluntariado.

Art. 7.º As responsabilidades, proibições e o processo administrativo para apuração de irregularidades praticadas pelo Soldado PM Voluntário serão regulados por ato do Comandante-Geral da PMPR.

Art. 8.º A extinção do serviço de voluntariado a que se refere a presente lei ocorrerá nas seguintes hipóteses:

- I – ao final do período de prestação do serviço, nos termos do art. 6º desta lei;
- II – a qualquer tempo, mediante requerimento do Soldado PM Voluntário;
- III – quando o Soldado PM Voluntário apresentar conduta incompatível com o exercício das atribuições institucionais;
- IV – em razão da natureza do serviço prestado.

Parágrafo único. A extinção do voluntariado decorrentes das hipóteses previstas nos incisos III e IV deste artigo será regulada por ato do Comandante-Geral da PMPR.

Art. 9.º São direitos do Soldado PM Voluntário:

- I – frequência a curso específico de treinamento, a ser ministrado pelas Organizações Policiais Militares do Paraná, com duração de até 90 (noventa) dias;
- II – auxílio mensal, de natureza indenizatória, equivalente a 2 (dois) salários-mínimos;
- III – uso de uniforme, a ser regulado por ato do Comandante-Geral da PMPR, exclusivamente no exercício das atividades definidas nesta lei, com identificação ostensiva da condição de Soldado PM Voluntário;
- IV – contar, como título, em concurso público para cargo de Soldado de Segunda Classe, 1 (um) ponto para cada ano de serviço prestado, a ser utilizado como critério de desempate do certame.



## GABINETE DO GOVERNADOR



§ 1.º O auxílio mensal a que fará jus o Soldado PM Voluntário indenizará as despesas decorrentes de transporte, alimentação e uniforme.

§ 2.º O custeio do uniforme pelo Soldado PM Voluntário dar-se-á pela retenção de 3% (três por cento) do valor do auxílio mensal, cujo montante será recolhido ao Conselho Econômico e Financeiro da PMPR.

Art. 10. Somente fará jus ao auxílio mensal, o Soldado PM Voluntário que prestar serviço voluntário por, no mínimo, 30 horas semanais.

Parágrafo único. Não será permitida a prestação de serviço voluntário em período superior a 40 horas semanais.

Art. 11. Deverá ser contratado, para todos os integrantes do Serviço Auxiliar Voluntário, seguro de acidentes pessoais destinado a cobrir os riscos do exercício das respectivas atividades, cujo valor será descontado do auxílio mensal previsto no inciso II do art. 9.º desta Lei.

Art. 12. A prestação do Serviço Auxiliar Voluntário não gera vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim, nos termos da Lei Federal n.º 10.029, de 20/12/2000.

Parágrafo único. Fica vedada a criação de cargos em decorrência da instituição do Serviço Auxiliar Voluntário.

Art. 13. Os municípios interessados poderão responsabilizar-se pelos custos dos Soldados PM Voluntários na forma a ser definida em convênio.

Art. 14. O Comandante-Geral da PMPR encaminhará à Secretaria de Estado da Segurança Pública – SESP, listagem contendo nome, patente e qualificação dos integrantes do Quadro da Polícia Militar – QPPM que estão exercendo funções administrativas e serão alocados nas atividades ligadas diretamente à segurança da população, a fim de que esta autorize, no prazo de 5 (cinco) dias, em igual número ao da listagem encaminhada, a contratação do equivalente de soldados PM voluntários.

Art. 15. O Comandante-Geral da PMPR poderá baixar instruções complementares necessárias à aplicação do disposto nesta lei.

Art. 16. As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta das dotações consignadas no orçamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública.


## GABINETE DO GOVERNADOR



Art. 17. A destinação dos integrantes do Quadro da Polícia Militar – QPPM que estão exercendo funções administrativas e serão alocados nas atividades ligadas diretamente à segurança da população deverá ocorrer no prazo máximo de 90 (noventa) dias.

Art. 18. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 5 de dezembro de 2011, 190.º da Independência e 123.º da República.

  
**CARLOS ALBERTO RICHA**  
Governador do Estado



## GABINETE DO GOVERNADOR



MENSAGEM N.º 38/2011

Curitiba, 5 de dezembro de 2011

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei objetivando instituir o Serviço Auxiliar Voluntário na Polícia Militar do Paraná.

É notório o interesse social que as questões envolvendo a segurança pública têm despertado nos diversos meios de comunicação, na Administração Pública e no Poder Legislativo.

Esse interesse nasce dos crescentes índices de criminalidade e violência e da dificuldade dos órgãos estatais responsáveis pela segurança pública em fazer-lhes frente.

Diante dessa realidade, a Polícia Militar do Paraná precisa adotar todas as medidas que estiverem ao seu alcance, de acordo com o seu nível de responsabilidade, para minimizar os efeitos do crime sobre a população. Buscar alternativas reais e exequíveis é o mínimo que se pode esperar das instituições responsáveis pela segurança pública, porque há muito tempo as aspirações dos brasileiros residiam no atendimento de suas necessidades de saúde, educação, moradia, alimentação, entre outras, sendo que hoje o tema "segurança", de modo geral, ganhou destaque especial.

Visando minimizar essa situação, a Corporação apresenta como alternativa para o Governo do Estado o Anteprojeto de Lei em anexo, cujo conteúdo revela-se viável e de pouco impacto financeiro, além de contribuir para o oferecimento do primeiro emprego.

Há muito cogita-se a hipótese da contratação de pessoal civil para exercer atividades de cunho administrativo na Corporação, de forma que esta possa destinar para a atividade-fim os militares estaduais que hoje executam tais tarefas. Nessa esteira, e também visando suprir necessidades de pessoal na atividade-meio, serão alocados os Soldados PM Voluntários, cujo emprego dar-se-á nas atividades administrativas, de saúde e de defesa civil.

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
CURITIBA – PR

## GABINETE DO GOVERNADOR



Para o exercício das missões que lhe estiverem afetas, serão oportunizados ao Soldado PM Voluntário auxílio mensal e uniforme, quando em serviço.

Será contratado, ainda, junto à iniciativa privada, seguro de acidentes pessoais destinado a cobrir os riscos do exercício das respectivas atividades.

Dessa forma, com o projeto que ora se apresenta, pretende-se otimizar os esforços da Corporação, direcionando seus efetivos prioritariamente para a atividade-fim, bem como fomentar a profissionalização dos integrantes do Serviço Auxiliar Voluntário, facilitando sua inserção no mercado de trabalho.

Aliado à profissionalização, o exercício do voluntariado assegurará a contagem, como título, em concurso público para cargo de Soldado de Segunda Classe, de 1 (um) ponto para cada ano de serviço prestado.

Ressalto que a Lei Federal n.º 10.029/2000, ao definir a proporção de 1 (um) Soldado PM Voluntário para cada cinco integrantes do efetivo estabelecido em lei para a Corporação Militar Estadual, possibilita a admissão na PMPR de até 4.911 (quatro mil e novecentos e onze) voluntários, visto contar ela atualmente com a previsão legal de 24.555 (vinte e quatro mil e quinhentos e cinquenta e cinco) militares estaduais.

Objetiva-se, em face do cenário de contingente legal acima apresentado e das necessidades levantadas junto aos diversos órgãos da Corporação, a admissão de 1.527 (mil quinhentos e vinte e sete) Soldados PM Voluntários, no fito de laborarem, dentre outras, nas seguintes tarefas: digitador, recepcionista, cozinheiro, protocolista, arquivista, telefonista, garçom e serviços de obras e de intendência.

Os voluntários serão empregados no Quartel do Comando-Geral, sedes de Diretorias, Ajudância-Geral, Estado-Maior, Academia Policial Militar do Guatupê, Escolas de Formação, Aperfeiçoamento e Especialização de Praças, Colégio, Hospital, Comandos Regionais de Polícia Militar, Comando do Corpo de Bombeiros e em todas as Unidades Operacionais da PMPR, na capital e interior do Estado.

Destarte, com as admissões propostas, suprir-se-á carências nas atividades-meio da Corporação, viabilizando-se a realocação de militares estaduais hoje empregados em tarefas administrativas, os quais poderão ser deslocados para as atividades-fim. No que diz respeito a esta última circunstância, frise-se no entanto, que tal realocação não se dará na mesma proporção das admissões dos Soldados PM Voluntários, em razão, sobretudo, da necessidade de adaptação do contingente voluntário.

## GABINETE DO GOVERNADOR



Por fim, resta ser enfocado que o impacto financeiro mensal para a implementação do projeto com o Soldado PM Voluntário, geral e tomado individualmente, corresponde ao constante na tabela abaixo, sendo oportuno ressaltar haver sido utilizado como referência o salário-mínimo nacional instituído pela Lei Federal n.º 12.382, de 25 de fevereiro de 2011.

CÁLCULO DE IMPACTO FINANCEIRO	
AUXÍLIO MENSAL	R\$ 1.090,00
Nº DE VOLUNTÁRIOS	1.527
TOTAL GERAL	R\$ 1.664.430,00

Cumpra-se traçar um comparativo, conforme tabela a seguir, entre as despesas com auxílio mensal para a seleção de um Soldado PM Voluntário e do ingresso definitivo de um Soldado de Primeira Classe, considerando-se para o cálculo, quanto a este, que não possua nenhum adicional por tempo de serviço, bem como se somando a indenização para aquisição de fardamento, férias proporcionais e parcela patronal da contribuição previdenciária, despesas estas inexistentes no voluntariado.

Comparativo de despesas entre Sd Temporário e Sd 1ª Classe		
Soldado PM Voluntário	Soldado de 1ª Classe	DIFERENÇA
R\$ 1.090,00	R\$ 2.766,56	R\$ 1.676,56

Portanto, se houver a adesão de todos os Soldados PM Voluntários previstos, a diferença de impacto ao erário comparativamente à mesma quantidade de Soldados de Primeira Classe é a que abaixo se demonstra:

Soldado PM Voluntário	Soldado de 1ª Classe	DIFERENÇA
R\$ 1.664.430,00	R\$ 4.224.537,10	R\$ 2.560.107,10

Ressalto que a sanção da lei supracitada não gera nenhum impacto financeiro imediato, tendo em vista, que o recrutamento para o Serviço Auxiliar Voluntário depende de autorização expressa do Governador do Estado. Ademais, o ônus aos cofres públicos poderá ser rateado com os municípios, que por convênio poderão responsabilizar-se pelos custos dos Soldados PM Voluntários em exercício nas Organizações Militares Estaduais sediadas nos respectivos territórios.

## GABINETE DO GOVERNADOR



Assim, espera-se que Vossas Excelências deem a atenção necessária à presente proposta legislativa, analisando-a, votando favoravelmente e, por consequência, transformando-a em Lei Ordinária, por medida de inteira justiça.

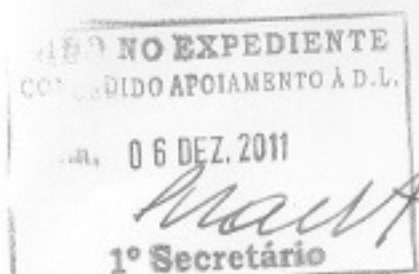
Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



**CARLOS ALBERTO RICHA**  
Governador do Estado

GABINETE DO GOVERNADOR

Palácio das Araucárias – Curitiba, 5 de dezembro de 2011  
OF CEE/G 120/11



I – À DAP para leitura no expediente

II – À DL para providências

Em 25/12/2011

Presidente

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para providências, a Mensagem n.º 38/2011, relativa ao Anteprojeto de Lei que objetiva instituir o Serviço Auxiliar Voluntário na Polícia Militar do Estado do Paraná – PMPR.

Atenciosamente,



CARLOS ALBERTO RICHIA  
Governador do Estado

Anexo

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
CURITIBA – PR





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 942/11**

**Projeto de Lei nº. 942/11**

**Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 038/11**

**Súmula:** Institui o Serviço Auxiliar Voluntário na Polícia Militar do Paraná.

**EMENTA:** INSTITUI O SERVIÇO AUXILIAR VOLUNTÁRIO NA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. ART. 144 CF. ARTS. 46, 48, 49, 65, E 66 DA CE. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

**PREÂMBULO**

O Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo tem como instituir o Serviço Auxiliar Voluntário na Polícia Militar do Paraná.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:**

**§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:**

Concedido Vistas	20
Senhor Deputado	
Tadeu / Nereu	Cesar
Em, 07, 12, 20 11	
CCJ	





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifos nossos)

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifos nossos)

•



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

Além disso, a Constituição Federal dispõe em seu artigo 144 sobre a segurança pública:

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

V - polícias militares e corpos de bombeiros militares.

§ 5º - às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.

§ 6º - As polícias militares e corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

§ 7º - A lei disciplinará a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, de maneira a garantir a eficiência de suas atividades.

Corrobora deste entendimento a Constituição Estadual:

Art. 46. A segurança Pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos é exercida, para a preservação da ordem pública e incolumidade das pessoas e do patrimônio, pelos seguintes órgãos:

II - Polícia Militar;

Art. 48. À Polícia Militar, força estadual, instituição permanente e regular, organizada com base na hierarquia e disciplina militares, cabe a polícia ostensiva, a preservação da ordem pública, a



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

execução de atividades de defesa civil, prevenção e combate a incêndio, buscas, salvamentos e socorros públicos, o policiamento de trânsito urbano e rodoviário, de florestas e de mananciais, além de outras formas e funções definidas em lei.

Parágrafo único. As patentes, com prerrogativas, direitos e deveres a elas inerentes, são asseguradas em toda sua plenitude aos oficiais da ativa, reserva ou reformados da Polícia Militar, sendo-lhes privativos os títulos, uniformes militares e postos até o coronel.

Art. 49. A Polícia Militar, comandada por oficial da ativa do último posto, força auxiliar e reserva do Exército, e a Polícia Civil subordinam-se ao Governador do Estado e serão regidas por legislação especial, que definirá suas estruturas, competências, bem como direitos, garantias, deveres e prerrogativas de seus integrantes, de maneira a assegurar a eficiência de suas atividades.

Ademais, é preciso observar que a Constituição Estadual aduz que a iniciativa de Leis que disponham sobre organização da Polícia Militar, **são de iniciativa privativa do Governador do Estado**, nos termos do artigo 66, vejamos:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

III - organização da Defensoria Pública do Estado e das Polícias Civil e Militar;



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

Além disso, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira, tendo em vista que não gera nenhum impacto financeiro imediato, pois o recrutamento para o Serviço Auxiliar Voluntário depende de autorização expressa do Governador do Estado. Destarte, o Poder Executivo afirma que o ônus aos cofres públicos poderá ser rateado com os Municípios, que por convênio poderão responsabilizar-se pelos custos dos Soldados da PM Voluntários em exercício nas Organizações Militares Estaduais sediadas nos respectivos territórios.

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

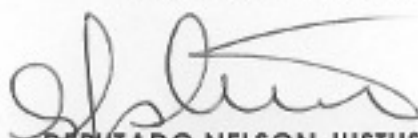


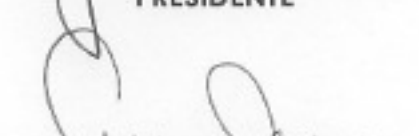
*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

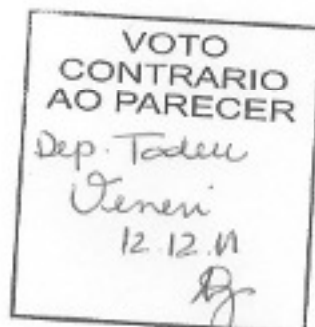
**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 7 de dezembro de 2011.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO ALEXANDRE CURI**  
**RELATOR**







ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

PARECER AO PROJETO DE LEI 942/11

O Projeto de Lei 942/11, oriundo da Mensagem Governamental 038/11 tem por objetivo instituir o Serviço Auxiliar Voluntário na Polícia Militar do Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão de Segurança Pública a se manifestar, conforme suas prerrogativas regimentais assentadas no art. 33-H, passa a relatar a proposição.

O objetivo da proposta é possibilitar a contratação de civis para desempenharem atividades de cunho administrativo na Corporação, liberando os militares para atividades de segurança junto à população. Assim os militares hoje empregados em tarefas administrativas poderão ser deslocados para as atividades-fim, atuando efetivamente no combate a criminalidade.

Ademais, o projeto tem grande alcance social, pois possibilitará aos jovens de 18 a 23 anos a chance de uma ocupação, qualificação profissional e obtenção de renda, evitando seu envolvimento em atividades anti-sociais.

Pelo exposto, esta Comissão de Segurança Pública entende que a matéria é de suma importância e nada obsta sua tramitação nesta Casa de Leis, manifestando-se **FAVORAVELMENTE** à aprovação do Projeto em tela.

Sala das Comissões, em 26 de outubro de 2011.



~~PROJETO~~ PROJETO DE LEI N.º 951/2011

Súmula: Altera dispositivos da Lei n.º 1.943, de 23 de junho de 1954 – Código da Polícia Militar do Paraná.

**Art. 1.º** Fica alterado os parágrafos 1.º e 3.º do art. 160 da Lei n.º 1.943, de 23 de junho de 1954, que passam a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 160 (...)**

**§1.º** A obrigatoriedade de transferência para reserva remunerada, prevista nesta Lei, poderá ser suspensa ainda, por necessidade técnica de serviço, para os oficiais classificados nas funções de Comandante-Geral e Chefe da Casa Militar do Governo do Estado, prescindindo de ato do Chefe do Poder Executivo e perdurando até a exoneração do oficial ou até que atinja o prazo máximo de permanência como agregado.

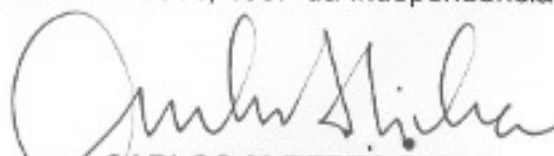
(...)

**§3.º** A permanência na função após 35 (trinta e cinco) anos de tempo de serviço, para todos os efeitos legais, acarreta a automática agregação do Oficial ao seu respectivo quadro e não poderá exceder a 05 (cinco) anos.”

**Art. 2.º** Ficam revogados os parágrafos 2.º e 4.º do art. 160, bem como os incisos I e II do parágrafo 3.º do mesmo artigo.

**Art. 3.º** Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Curitiba, 7 de dezembro de 2011, 190.º da Independência e 123.º da República.



**CARLOS ALBERTO RICHA**  
Governador do Estado

**PARANÁ**  
GOVERNO DO ESTADO

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.  
Em, 07/DEZ.2011  
*[Assinatura]*  
2º Secretário

Em 01/12/2011  
Corr  
Presidente

Palácio das Araucárias - Centro Cívico - Rua Lucy Loureiro de Campos  
80530-915 - Curitiba - Paraná - Brasil  
Fone: 41 3350 2800 Fax: 41 3254 7345

07/22/2011 01:01:53 ON TUESDAY 11/05/2010 00:10:56

## GABINETE DO GOVERNADOR



**MENSAGEM N.º 107/2011**

Curitiba, 7 de dezembro de 2011

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei com proposta de alteração na Lei n.º 1.943, de 23 de junho de 1954 – Código da Polícia Militar do Paraná.

A Polícia Militar do Paraná, instituição sesquicentenária, responsável pela polícia ostensiva e a preservação da ordem pública, possui estrutura organizacional determinada por diversos diplomas legais, os quais, em decorrência de múltiplos fatores, demandam periódicas atualizações no fito de melhor atender às suas finalidades.

Um dos principais diplomas legais de que dispõe a Corporação é a Lei n.º 1.943, de 23 de junho de 1954 – Código da Polícia Militar do Paraná –, a qual, especialmente pela longaevia sanção, encontra-se em descompasso com as necessidades da Corporação.

Côncio de que a melhoria das condições de segurança em nosso Estado passa, dentre outras coisas, por alterações legislativas que possibilitem a melhor administração da Polícia Militar, bem como que o alcance da excelência na prestação do Serviço atinente à Segurança Pública é prioridade no Governo do Estado, torna-se imperioso a aprovação deste, que tem por escopo legislar acerca 2 (dois) pontos específicos do Código da PMPR, quais sejam:

- a) alteração do rol de funções privativas de Coronel nas quais o Chefe do Poder Executivo pode manter seus ocupantes na ativa, por necessidade técnica do serviço, mesmo após completar o tempo máximo de permanência no serviço ativo;
- b) revogação da obrigatoriedade de manter no serviço ativo todos os Coronéis que não contenham 04 (quatro) anos de exercício no posto, independentemente de Quadro a que pertença ou função que exerça.

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
CURITIBA – PR

Protocolo n.º 11.256.789-3 Inph/cd

Palácio das Araucárias – Centro Cívico – Rua Jacy Loureiro de Campos  
80530-915 – Curitiba – Paraná – Brasil  
Fone: 41 3350-2465 Fax: 41 3350-2478

## GABINETE DO GOVERNADOR



Essas alterações têm por objeto reparar incongruências advindas da edição da Lei n.º 14.806/05, a qual exige que todos os Oficiais do último posto exerçam o coronelato por no mínimo 04 (quatro) anos, exigência essa que tem causado diversos transtornos à Corporação e àqueles Oficiais que, ao serem promovidos, se vêem tolhidos em seu direito de optar pela inatividade mesmo tendo preenchido todos os requisitos legais, de tempo de serviço e contribuição. Em outras palavras, são equiparados indiretamente aos militares estaduais que não têm o tempo de serviço necessário para a transferência para a reserva remunerada.

Ainda, por esta proposta alterar-se-á o rol de funções privativas de Coronel passíveis de permanecer no serviço ativo, por necessidade técnica do serviço, após completar 35 (trinta e cinco) anos de serviço, persistindo apenas as funções de Comandante-Geral e Chefe da Casa Militar do Governo do Estado, os quais prescindirão para isso de qualquer ato do Governador do Estado, bastando que esta autoridade lhes mantenha na função após completar aquele tempo de serviço.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e conseqüente deferimento, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

**CARLOS ALBERTO RICHA**  
Governador do Estado



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**PARECER AO PROJETO DE LEI 951/2011.**

Projeto de Lei nº 951/2011.

Autor: Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 107/2011.

Súmula: Altera dispositivos da Lei n.º. 1.943 de 23 de junho de 1954 – Código da Polícia Militar do Paraná.

EMENTA: ALTERAÇÃO DOS PARÁGRAFOS 1º E 3º DO ARTIGO 160. CÓDIGO DA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTIGOS 33 E 124 DO REGIMENTO INTERNO ALEP. 65, 66 e 87 DA CE. ART. 61 CF. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO COM EMENDA MODIFICATIVA.

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo visa alterar os parágrafos 1º e 3º do artigo 160 do Código da Polícia Militar Do Paraná.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, verificar a



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:**

**§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:**

**I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.**

Ainda, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o presente projeto de lei, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

**Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)**

**Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.**

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, vejamos:





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Antônio Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

No que tange aos funcionários do Poder Executivo, especialmente da Polícia Militar, a competência para versar sobre a administração dos mesmos, está elencada na CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ, em seu artigo 66, que determina que é **competência exclusiva do Governador do Estado do Paraná**, conforme segue:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

II - servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência de policiais militares para a reserva; (grifo nosso)

III - organização da Defensoria Pública do Estado e das Polícias Civil e Militar; (Grifo Nosso).

Seguindo, a CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ, em seu artigo 87, reforça a competência privativa do governador para dispor sobre a administração estadual, senão vejamos:

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

(...)

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração estadual, na forma da lei;

(...)

Corroborando com esse entendimento, o **SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL** já decidiu da seguinte forma:

ADI 2887 / SP - SÃO PAULO  
AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE  
Relator(a): Min. MARCO AURÉLIO  
Julgamento: 04/02/2004  
Órgão Julgador: Tribunal Pleno

**Parte(s)**

REQTE:GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO  
REQDO:ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

**Ementa**

PROJETO - INICIATIVA - SERVIDOR PÚBLICO - DIREITOS E OBRIGAÇÕES. A Iniciativa é do Poder Executivo, conforme dispõe a alínea "c" do inciso II do § 1º do artigo 61 da Constituição Federal. PROJETO - COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO EXECUTIVO - SERVIDOR DO ESTADO - EMENDA - AUMENTO DE DESPESA. Resultando da emenda apresentada e aprovada aumento de despesa, tem-se a inconstitucionalidade, consoante a regra do inciso I do artigo 63 da Constituição Federal. PROJETO - COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO EXECUTIVO - EMENDA - POSSIBILIDADE. Se de um lado é possível haver emenda em projeto de iniciativa do Executivo, indispensável é que não se altere, na essência, o que proposto, devendo o ato emanado da Casa Legislativa guardar pertinência com o objetivo visado. PROJETO - COMPETÊNCIA DO EXECUTIVO - EMENDA - PRESERVAÇÃO DE



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

DIREITO ADQUIRIDO. Emenda a projeto do Executivo que importe na ressalva de direito já adquirido segundo a legislação modificada não infringe o texto da Constituição Federal assegurador da iniciativa exclusiva. LICENÇA-PRÊMIO - TRANSFORMAÇÃO DA OBRIGAÇÃO DE FAZER EM OBRIGAÇÃO DE DAR - ALTERAÇÃO NORMATIVA - VEDAÇÃO - OBSERVÂNCIA. Afigura-se constitucional diploma que, a um só tempo, veda a transformação da licença-prêmio em pecúnia e assegura a situação jurídica daqueles que já tenham atendido ao fator temporal, havendo sido integrado no patrimônio o direito adquirido ao benefício de acordo com as normas alteradas pela nova regência

Ainda, a Lei 6.417/1973, regulamenta sobre os vencimentos da Polícia Militar do Estado do Paraná, vejamos:

Arl. 1º. Este Código regula os vencimentos, indenizações, proventos e dispõe sobre outros direitos dos integrantes da Polícia Militar do Estado do Paraná.

O Projeto sob análise está dentro da constitucionalidade exigida, uma vez que compete exclusivamente ao Poder Executivo através do Governador do Estado, legislar sobre a matéria em questão.

Por fim, no que tange à elaboração legislativa, o projeto em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº. 95/98.

Todavia, na alteração do §3º, erroneamente, o Poder Executivo deixou de mencionar a possibilidade de suspensão da obrigatoriedade de transferência para reserva remunerada para os cargos de Subcomandante-Geral e Chefe do Estado-Maior. Dessa maneira, o projeto necessita da emenda modificativa em anexo.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE e LEGALIDADE**, na forma da emenda modificativa em anexo.

Sala das Comissões, 12 de Dezembro de 2011.



**DEPUTADO NELSON JUSTUS**

**PRESIDENTE**



**DEPUTADO ADEMAR TRAIANO**

**RELATOR**





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº. 951/2011**

Em conformidade com a previsão do art. 137, § 4º, do Regimento Interno desta Casa de Leis, apresentamos a presente emenda modificativa ao Projeto de Lei 951/11, de autoria do Poder Executivo, conforme segue:

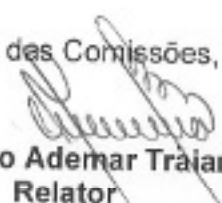
**O art. 1º do Projeto de Lei nº 951/2011 passa a contar com a seguinte redação:**






**Art. 1º** Ficam alterados os parágrafos 1º e 3º do art. 160 da Lei nº 1.943, de 23 de junho de 1954, que passam a vigorar com a seguinte redação:

**§1º.** A obrigatoriedade de transferência para a reserva remunerada, prevista nesta lei, poderá ser suspensa ainda, por necessidade técnica do serviço, mediante ato do Chefe do Poder Executivo, para os oficiais classificados nas funções de Comandante-Geral, Subcomandante-Geral, Chefe do Estado-Maior e Chefe da Casa Militar da Governadoria.

**§3º.** A permanência na função após 35 (trinta e cinco) anos de tempo de serviço, para todos os efeitos legais, acarreta a automática agregação do oficial ao seu respectivo quadro e não poderá exceder a 05 (cinco) anos.

Sala das Comissões, em 12 de dezembro de 2011.

  
**Deputado Ademar Traiano**  
**Relator**

  
  
  
  
  
Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Segurança Pública*

**PARECER AO PROJETO DE LEI 951/11**

Chamada esta Comissão de Segurança Pública a se manifestar sobre o Projeto de Lei 951/11, oriundo da Mensagem 107/11, que altera a Lei 1.943/54, a qual dispõe sobre o Código da Polícia Militar do Estado do Paraná, passa a emitir seu parecer em conformidade com o que preceitua o art. 33-H do Regimento Interno.


A legislação que rege a PM-PR é a Lei 1.943 de 1954, ou seja, muito defasada e baseada em aspectos gerais muito diferentes dos encontrados hoje em dia, sendo de extrema importância as alterações propostas.

Ademais, a modificação proposta atende a solicitação da Secretaria de Segurança Pública, conforme pode se depreender da justificativa do projeto.

Observa-se, portanto, que o projeto tem grande interesse público. Sendo assim, esta comissão é **FAVORÁVEL** ao Projeto de Lei 951/11, na forma da emenda proposta na CCJ, podendo o mesmo prosseguir com a sua tramitação regimental.

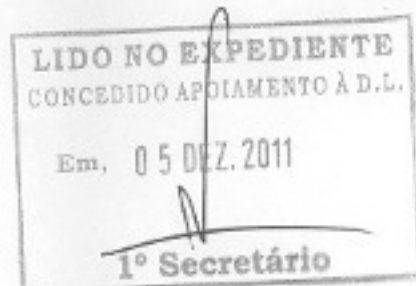
É o Parecer.

Sala das Comissões, 12 de dezembro de 2011.

  
Deputado Estadual  
Relator




PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 34/11

Revoga o artigo 19 da Resolução 003, de 15 de março 2004, que regulamenta a verba de ressarcimento de despesas relacionadas ao exercício da atividade parlamentar.

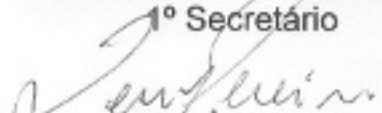
Art. 1º - Fica revogado o artigo 19 da Resolução 003, de 15 de março de 2004.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 05 de dezembro de 2011

  
**Valdir Rossoni**  
Presidente

  
**Plauto Miró Guimarães**  
1º Secretário

  
**Reny Pereira**  
2º Secretário



#### JUSTIFICATIVA

A revogação que se pretende, mediante a presente proposição de Projeto de Resolução, justifica-se ante a exigüidade do prazo previsto na Resolução 003/2004, para a apresentação dos comprovantes de despesa ocorridas no mês de dezembro, decorrentes do exercício da atividade parlamentar e passíveis de ressarcimento.

Com a revogação do dispositivo que previa a apresentação dos comprovantes de despesa até o dia 10 do mês de dezembro, os parlamentares terão o tempo hábil necessário para apurar as despesas ocorridas no mês, sem prejuízo da necessária verificação das mesmas em face das normas financeiras que regem a aplicação dos recursos públicos.

*Mauro*



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**PARECER AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 034/11**

**Projeto de Resolução nº 034/11**

**Autor: Comissão Executiva**

**Súmula:** Revoga o artigo 19 da Resolução 003, de 15 de março de 2004, que regulamenta a verba de ressarcimento de despesas relacionadas ao exercício da atividade parlamentar.

**EMENTA: REVOGA O ARTIGO 19 DA RESOLUÇÃO Nº 003 DE 15 DE MARÇO DE 2004 QUE REGULAMENTA A VERBA DE RESSARCIMENTO DE DESPESAS RELACIONADAS AO EXERCÍCIO DE ATIVIDADE PARLAMENTAR. INICIATIVA PRIVATIVA DA MESA EXECUTIVA POSSIBILIDADE. ARTS. 18, II, III, "b", DO REGIMENTO INTERNO ALEP. ART. 54 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. LEGAL. APROVAÇÃO. PARECER PELA APROVAÇÃO.**

**PREÂMBULO**

O presente Projeto de Resolução, de autoria da Comissão Executiva objetiva revogar o artigo 19 da Resolução 003, de 15 de março de 2004, que regulamenta a verba de ressarcimento de despesas relacionadas ao exercício da atividade parlamentar.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33 do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**,



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Anibal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:**

**§ 2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:**

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

No entanto, o Regimento Interno desta Casa de Leis enuncia que à Mesa Executiva compete administrar a Assembleia Legislativa e iniciar o processo legislativo quando se refere a organização dos serviços administrativos:

**Art. 18. À Mesa compete, além das atribuições consignadas em outras disposições regimentais:**

(...)

II – administrar a Assembleia Legislativa;

III – iniciar o processo legislativo nos seguintes casos:

b) organização dos serviços administrativos;

Ademais, a Constituição do Estado do Paraná estabelece as competências privativas da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

**Art. 54. Compete, privativamente, à Assembleia Legislativa:**

(...)

III - dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

cargos, empregos e funções de seus serviços, e a iniciativa de lei para fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;

Assim, resta claro que o Projeto de Resolução encontra-se revestido de **CONSTITUCIONALIDADE e LEGALIDADE**.

Por fim, no que tange à técnica legislativa, o Projeto de Resolução ora em tela encontra-se em consonância com os ditames legais estabelecidos pela Lei Complementar nº 95/98.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Resolução, em face de sua **LEGALIDADE**.

Sala das Comissões, 12 de dezembro de 2011.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**

Presidente

  
**DEPUTADO ELIO RUSCH**

Relator